

Luso

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO	
Documento recebido em	6 Fev 80
Distribuído em	6 Fev 80 através
do envelope n.º	5FEV80 00015
para a reunião ordinária de	

Jornais de 30 JAN.  
a 5 FEV. 1980

IMPrensa NACIONAL

A questão das próximas eleições presidenciais torna-se mais premente, e sugere intervenções mais ou menos discretas que sugerem estar já em curso o processo de busca de uma alternativa militar ao General Ramalho Eanes. Continua em foco o Conselho da Revolução, em parte no seguimento do contencioso sobre a política externa do Governo, em parte na forma de declarações públicas recentes de alguns dos seus membros. Alguns indícios de divergências no seio da AD e outros temas.

1. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A "estratégia canista" volta a ser discutida, desta vez em "A Tarde". Artigos atribuídos, clara ou implicitamente, a redactores militares, vêm dizer claramente, no "Tempo" e no "Diabo", que o próximo Presidente da República deve ser um militar, "íntegro, patriota e prestigiado", em substituição de Ramalho Eanes. Vítor Alves apoia a eventual recandidatura de Eanes.

2. O PRESIDENTE, O C.R. E O GOVERNO

O papel do Conselho da Revolução, a sua relação com os partidos e com o Governo, voltam a estar em foco: as comemorações do 3 de Fevereiro e a proximidade do 25 ABR. chamam as atenções para as figuras de alguns Conselheiros, nomeadamente Pezarat Correia e Sousa e Castro; por outro lado, o Governo e instâncias partidárias da AD reagem a declarações de Melo Antunes, suscitando uma breve polémica sobre competências em matéria de política externa, na qual intervém ainda Vítor Alves. Há alguma celeuma em torno do caso de uma carta do presidente Carter ao General Ramalho Eanes, indevidamente retida no MNE.

3. O EQUILÍBRIO DE FORÇAS NA AD e outros temas

Mesmo jornais afectos à AD recebem mal os últimos aumentos, e o CDS pede na Assembleia esclarecimentos ao Governo. Alguma especulação sobre o papel dos Reformadores, como "amortecedor" entre a AD e o Presidente.



## 1. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A "estratégia canista", expressão e assunto de um artigo do "Diabo" referido na análise anterior, reaparece na "Tarde" de sex.1 FEV., num artigo em que Mário Cília prevê o "risco de ruptura institucional" caso ve-nhamos a ter um Parlamento e um Governo AD, com um Presidente da República eleito por socialistas e comunistas ; a estratégia, segundo este comentador, tem quatro frentes simultâneas ( Belém, Restelo, Emenda e António Serpa ) e o artigo termina com um apelo à coesão, firmeza e argúcia das forças agrupa-das na Aliança Democrática.

Entretanto, no "Tempo" de qui.31 JAN., o habitual artigo sobre questões das Forças Armadas, assinado F.A., procura o candidato desejável e afirma que homens "virgens do pecado original da partidarização e garantes da plataforma do regime" só podem ser encontrados na Igreja ou nas Forças Armadas, optando pelas últimas ; o texto rejeita fortemente tanto o Gene-ral Ramalho Eanes como um candidato civil, que possibilitaria a vitória da-quele, fazendo "o jogo dos interesses do totalitarismo soviético".

O mesmo tom forte num artigo no "Diabo" de 5FEV., assinado M.F.A. com referência expressa a um "oficial superior no activo" ; este texto des-creve o cenário de uma realicção do General Ramalho Eanes, com apoio de mem-bros do C.R. e dos partidos socialista e comunista, advertindo a terminar : "Isto se ... os Militares ( com letra maiúscula ) patriotas e dignos ( que ainda restem ) o permitirem."

Entretanto, vários nomes de oficiais são apresentados como possí-veis concorrentes, nomeadamente Soares Carneiro, publicamente apontado pelo presidente do Governo Regional da Madeira como "um homem que cumpre sem pre-cisar de prometer", Lemos Ferreira e Pires Veloso.

Numa entrevista publicada pelo "Jornal de Notícias" de hoje, ter.5, Vítor Alves afirma, entre outras coisas, que "a estabilidade necessária para o enraizamento da Democracia passa necessariamente pela reeleicção deste Pre-sidente da República".

## 2. O PRESIDENTE, O C.R. E O GOVERNO

Um discurso do Coronel Pezarat Correia, no Porto, na sessão evoca-tiva do 3 FEV., suscitou reparos de Lucas Pires, que considera o C.R. "um apoio táctico das forças partidárias que se opõem à AD. Entre os recortes fotocopiados segue também, na íntegra, uma entrevista do Capitão Sousa e Castro ao "Comércio do Porto", onde se trata de uma pluralidade de assuntos - o 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas, a "questão religiosa", o papel do C.R. e outros.



À sua chegada de Estrasburgo, o prof. Freitas do Amaral censura declarações de Melo Antunes e considera não ser da competência do C.R. "pronunciar-se publicamente" sobre a política externa. Esta questão suscita várias tomadas de posição, nomeadamente da comissão política do PSD, que pede ao Presidente da República a "condenação formal" daquelas declarações, idêntica atitude tomando comentadores de jornais próximos da A D. Também Vítor Alves é citado na Imprensa do dia 31 como tendo corrigido a negação da competência do C.R. em matéria de política externa, embora afirmando que esta não será matéria de conflito entre o C.R. e o Governo.

O "caso" mais recente, quanto a pontos de fricção entre o Presidente e o Executivo, é o da carta do presidente dos Estados Unidos ao General Ramalho Eanes, sobre o boicote aos Jogos Olímpicos, que aparece no "Expresso" antes de chegar ao seu destinatário, levantando o problema do extravio a nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

### 3. O EQUILÍBRIO DE FORÇAS NA AD e outros temas

Seguem, entre os recortes fotocopiados, alguns textos mais significativos sobre eventuais linhas de fractura no seio da A D, nomeadamente no recente caso dos aumentos, em que o CDS parece querer demarcar-se. Chama-se ainda a atenção para um artigo do "Expresso" de sáb.2, sobre o papel dos Reformadores, e para a análise política de J.M.Júdice no "Diabo" de hoje, 5FEV., que aponta falhas à AD em matéria de sabedoria na condução da política externa.

SECRETÁRIO PERMANENTE  
CONSELHO DA REVOLUÇÃO

*Russo*

SACR, 5 FEV.80





# FORÇAS ARMADAS

## Uma questão importante

Nos últimos dias, temos visto a ser tratada em diversos órgãos de comunicação escrita e nas declarações de algumas personalidades políticas uma questão importante: as candidaturas a Belém no final deste ano de 1980.

Dadas a instabilidade da correlação das forças partidárias no espectro político português, as tensões acumuladas e latentes (mais ou menos hibernantes) na instituição militar, a fragilidade das autodefesas democráticas da sociedade civil, e a especial falta de solidez do Estado (que, em contraponto ao gigantismo da sua máquina orgânica sofre de uma preocupante invertebrabilidade) — dadas todas estas comprovadas realidades da vida da Nação Portuguesa neste início da década de 80, a questão das candidaturas às eleições presidenciais é, em nosso entender, a **questão mais importante** para os próximos cinco anos.

De facto, o cidadão que, em 15 de Janeiro de 1981, se sentar no cadeirão da Presidência terá uma missão histórica: ser o principal protagonista da tarefa de consolidação de um regime democrático, europeu e moderno em Portugal. Missão essa que fôra já confiada ao seu antecessor (o general Ramalho Eanes), mas que a omnipresente sombra de Melo Antunes (e não só) com o seu voluntarismo terceiromundista destruiu as hipóteses do seu oportuno cumprimento.

Descrita a responsabilidade histórica que caberá ao novo Presidente da República, entremos agora a analisar o perfil que deverá ter. Vários candidatos já se anunciaram ou (adivinha-se) anunciarão a sua presença. O actual Presidente, a jogar forte há vários meses na sua recandidatura tem, obviamente, trunfos importantes para jogar. Mas, mesmo liberto da influência de Melo Antunes (que, a não ir para a Unesco, poderá ser mandado para Macau ou para Nova Iorque), Ramalho Eanes não dá, realmente, quaisquer garantias de que venha a cumprir em novo mandato o muito que prometeu da primeira vez.

Com excepção de Pires Veloso — cuja candidatura se apresenta já irreversível — os candidatos já anunciados (de Otelo a Meneses Alves, de Pinheiro de Azevedo a Galvão de Melo) serão pouco mais do que platónicos figurantes de uma festa em que o papel de vedeta não estará jamais ao seu alcance.

Para a possibilidade real de uma vitória face ao actual PR, as forças políticas que pretendem para Portugal um regime europeu moderno têm

que apostar num candidato sério e prestigiado. E aqui põe-se uma questão primordial: civil ou militar?

Personalidades políticas e órgãos da comunicação social do quadrante para que esta questão é crucial têm referido com preocupação a fatalidade histórica dos presidentes militares, fatalidade essa que seria a causadora de todas as desgraças que nos têm caído em cima. Ignorantes da fórmula institucional duma democracia moderna, afirmam que o PR não poderá acumular, no futuro, com o cargo de Chefe do Estado-Maior General das FFAA, como se esta hipótese não estivesse já automaticamente afastada ao terminar a divisão entre os poderes civil e militar, situação decorrente do período de excepção que está prestes a findar. Antimilitaristas primários julgam todos os militares pela bitola dos Otelos e dos Vascos Lourenços e os futuros possíveis Presidentes pelos exemplos de Costa Gomes ou de Ramalho Eanes.

Mas analisemos serenamente outra premissa: onde encontrar em Portugal-1980 um homem que possa apresentar-se à votação dos Portugueses sem estar de tal forma vinculado à actividade partidária que garanta a função PR a nível nacional que se não admite lhe não pertença?

Os nossos homens-políticos afirmaram-se nos Partidos (o que é normal) e, por isso, despartidarizar algum dos mais insignes para o sentar em Belém seria extremamente difícil, quer se lhe chame Sá Carneiro, Mário Soares ou Freitas do Amaral.

Efectivamente, para bem da democracia em Portugal, o futuro Presidente deverá ser o garante do regime democrático de tipo europeu e dos seus princípios fundamentais, deixando aos Partidos a escolha das vias possíveis. Explicando melhor: o novo PR deve ser o garante da defesa da democracia e das opções europeia, atlântica e ocidental do Povo Português nas suas expressões económicas, política e de segurança (CEE e OTAN) e na potenciação da defesa da Portugalidade como língua, cultura e relações com os Portugueses espalhados pelo mundo. É aqui que se afirma — e praticamente se esgota — o seu campo de acção. O resto será com o Governo.

Por tudo isto, apenas em duas áreas se poderão encontrar homens que sejam, simultaneamente, virgens do pecado original da partidarização e garantes da plataforma do regime: na Igreja e nas Forças Armadas.

Fosse tal compatível com as servidões eclesiásticas e onde se encontraria um vulto com a grandeza moral, cultural e política dum D. António Ferreira Gomes para lhe confiar tão importante missão? Assim, posta de lado a Igreja, restam-nos as FFAA. Forças Armadas que dissolveram na sua memória colectiva, graças ao «25 de Abril», todos os traumas que fixaram chancelas em muitos membros da sociedade civil.

É que, marginalizados de facto aqueles (relativamente poucos) que se «queimaram», em termos de instituição, na descolonização e nos exageros do Prec, a grande maioria dos militares não tem (nem precisa) certificados de qualquer antifascismo histórico ou republicanismo epidérmico. Nas FFAA é-se militar. Se competente, íntegro e dedicado, é-se reconhecidamente prestigiado. Se aquelas qualidades atingem o superlativo, assim o acompanha o prestígio. Simples e transparente, como o exige uma Instituição com um código de valores muito especial.

Ter, na sociedade civil, «parti-pris» contra os militares em geral pode ser perigoso. Bem o explora Álvaro Cunhal quando acusa a AD de querer subjugar os militares a um poder civil

uma vez mais, magistralmente. E, mais uma vez, os seus inimigos lhe concedem toda a iniciativa.

Um candidato civil da «direita» é o alvo que Cunhal deseja, para aglutinar contra ele todas as desconfianças, os receios, as solidariedades específicas dos militares. Por isso, defender a opção de um candidato civil é, quanto a nós, fazer o jogo dos interesses do totalitarismo soviético e possibilitar uma nova vitória de Ramalho Eanes que, por razões de mera estratégia, agora lhes interessa sobremaneira.

Apoiar a candidatura de um militar íntegro, patriota e prestigiado nas FFAA é dar ao órgão de soberania PR uma solidez indispensável. Um Presidente militar despartidariza as FFAA. Um candidato civil (e quiçá um PR civil) poderá transformar-se num factor negativo de aglutinação e de partidarização dos militares contra ele. Torna-se, pois, indispensável que os interesses nacionais sejam colocados acima de meras simpatias ou do primarismo antimilitar. Caso contrário poderá estar-se (nova e ingenuamente) a abrir a porta à opção da sociedade socialista-militar: nela ninguém pode depreciar (ou sequer criticar) os seus militares!

# CONSELHO DA REVOLUÇÃO PASSA AO ATAQUE?

## • Política externa do Governo em "exame" hoje no CR



**S**ERÁ de perguntar: o senhor que se segue? Porque outros se seguirão, estimulados por sanha vingativa que procuram apresentar como defesa arrebatada da Revolução em que intervieram. Arvoram-se em paladinos de ideais que não serão precisamente os que marcaram 25 de Abril de 1974. Os que então simbolizavam a «Revolução dos cravos», depressa transformados em cardos, foram afastados pelos paladinos de hoje, e para estabelecer uma nova era antagonizando a iniciada em 1974. Só que o País trebilado com a liberdade recuperada se reencontrou, passado o período de euforia silenciadora das realidades, e soube expulsar as que procuravam ludibri-lo e ainda pretendem ludibriá-lo.

Outros se seguirão. Primeiro foi Vasco Lourenço, depois Melo Antunes e por último, mas não o derradeiro, Pizaral Correia, todos conselheiros da Revolução cuja defesa chamam impudicamente a si como pretexto para combater o Governo e os que o apoiam.

**S**ERVIU de detonador Vasco Lourenço, enfim, terrível a quem muito se deve por não ser dotado com os atributos que fazem de Melo Antunes, afirmam uns quantos, intelectual de pura cepa. O tenente-coronel alviado para um posto na ONU foi mais além e, retomando teoria expandida pelo FCP, apelou para a oposição ao Governo de todas as forças no seu pensamento demo-

Fonte próxima do Conselho da Revolução afirmou ontem a A TRIBUNA «ser natural» que os conselheiros da Revolução se debruçam, na reunião que hoje efectuam, sobre a orientação que o VI Governo está a dar à política externa portuguesa. Observadores julgam que esta preocupação do CR resulta da influência do grupo normalmente designado como «meloantunista», que diverge da política do Governo, considerando-a ultrapassada e não abrangendo o Terceiro Mundo. Ontem, o social-democrata Carlos Macedo classificou afirmações de conselheiros do CR, nesse sentido, de «total intromissão numa área que não lhe diz respeito em termos constitucionais». A Presidência da República, por seu turno, disse não pretender fazer, sobre o assunto, quaisquer «declarações de intenção».

críticas. Pizaral Correia avançou um passo importante. Descobriu o jogo, como costuma dizer-se. Para o oficial que em terras do Alentejo deixou triste imagem de um militar do 25 de Abril, consentindo esbulhos, violências e ilegalidades de toda a ordem, confundindo a pre-

servação da liberdade com a autorização da arbitrariedade, permitindo — esta a verdade irrefutável — que os comunistas transformassem a planura alentejana num feudo do PCP, para Pizaral Correia o Governo é já e apenas a AD que

tem como inimiga n.º 1 da Democracia. Em singular raciocínio a Aliança seria formada por «neodemocratas», em contraste com os «democratas» da sua cor política.

Esquecendo que os que são para ele democratas novos mereceram a aprovação geral do Povo e igualmente olvidando um slogan que já leve por detrás a sobrepor-se aos galibet: «o Povo é quem mais ordena»...

**A** VANGUARDI rapidamente e feito em contra-senso. Inimicavelmente. Verberou, em clara referência a recentes afirmações do comandante da Região Militar Sul, o aproveitamento por militares de cerimónias públicas para afirmações que «invadem o campo da política». Adoptando procedimento similar, não se absteve de condenar o Executivo e uma terrível política. Na invasão do campo ribeiro que vituperara a outros, acusou o Governo de desviar a atenção dos problemas internos com a política externa que realiza e, em inclemente mal disfarçado, admitiu a eventualidade de os «democratas» terem de lutar «por um novo 25 de Abril».

Não é exagero classificar como quase sediciosas as declarações deste membro do Conselho da Revolução. Entocam-se nestas palavras seus pares no CR e evidenciam, sem cambria de dúvida, a existência de uma estratégia delineada com intenções preconcibidas de desestabilização política e social e, quiçá, com finalidades mais arrojadas que o tempo mostrará. Aludindo a elas, um líder do CDS, Lucas Pires, considerou ser estranho que os adeptos do internacionalismo e da nova ordem económica (Melo Antunes, Pizaral Correia, etc.) pretendam separar o linhão interno da externa, «achando tudo num caso em que o linhão se serve internamente de agências institucionalizadas da representação». É nítida a alusão ao Conselho da Revolução, órgão de soberania cujos elementos (alguns) pautam o seu comportamento político, consoante se observem, por ditamos que nem com extrema benevolência se julgaria baseadas na realidade nacional e, logo, no interesse do País.

**D**EPOIS de Vasco Lourenço, Melo Antunes e Pizaral Correia, outros se seguirão. Talvez hoje deem que falar. Na agenda da reunião do Conselho da Revolução está inscrita a apreciação da política externa portuguesa. Foga à nossa percepção em que preceito se enquadram os dignos conselheiros para obediência em um tema forte da eficácia da sua competência — mas a ninguém passará despercebido o motivo por que o fazem...

## Vitor Alves indeferiu pedido de demissão do secretário-geral

O tenente-coronel Vitor Alves indeferiu o pedido de demissão apresentado pelo secretário-geral da comissão organizadora do Congresso das Comunidades, comandante Costa Correia.

Vitor Alves afirmou que indeferiu o pedido com o fundamento de que se aguardava o desbloqueamento da situação motivada pelo pedido de ratificação dos diplomas que regulam a iniciativa.

O Governo decidira, em Janeiro último, submeter à ratificação da Assembleia o decreto que criava aquela comissão, diploma no âmbito do qual o porta-voz do CR, tenente-coronel Vitor Alves, foi nomeado para presidir aos preparativos conducentes ao Congresso.

O comandante Costa Correia demittira-se na última segunda-feira, alegando que os atrasos impedem a aplicação do programa previsto até Junho.

Por seu turno, para além de indeferir o pedido de demissão apresentado por Costa Correia, Vitor Alves disse ontem que a comissão continuava a trabalhar normalmente, apesar da nota governamental que manda suspender a realização de despesas com os actos preparatórios do Congresso, a efectuar em 10 de Junho, que publicamos noutra local.

O tenente-coronel Vitor Alves elucidou, nas declarações que produziu, que o V Governo, no ano passado, concedera 7 mil e 500 contos e que para todo este ano estavam previstos 67 mil e 500 contos, frisando que «o Congresso custa este dinheiro porque está organizado em bases democráticas».

## NA SUA REUNIÃO DE HOJE

A TRIBUNA — Quarta-feira, 6.2.80

# Conselho da Revolução poderá pronunciar-se sobre política externa

«É natural que a actual política externa portuguesa seja analisada pelos conselheiros da Revolução, no período destinado ao debate da situação política em geral» — apurou a A TRIBUNA junto do gabinete de Imprensa do Conselho da Revolução que esta tarde se reúne, no seu habitual encontro das quartas-feiras, destinado à análise conjunta da situação político-militar existente.

O eventual debate sobre a política externa portuguesa, — que outra fonte autorizada nos confirmou como certo — surge numa altura em que o Governo do dr. Francisco Sá Carneiro acaba de proibir a participação de estrangeiros num encontro previsto para esta semana, que se destina a apoiar os «povos em luta» e o vice-primeiro-ministro, prof. Diogo Freitas do Amaral, se encontra em Bruxelas para acelerar o processo de integração do nosso País no seio da Comunidade Económica Europeia.

De notar que, no mês passado, no momento em que regressava da Jugoslávia, onde se deslocou a convite do partido do Poder naquele país, a Aliança Socialista, o conselheiro da Revolução, Melo Antunes, considerou que a actual política externa portuguesa é um repositório de «teses que já fizeram época», no seu entender, há anos atrás.

Melo Antunes disse então que a política seguida pelos actuais responsáveis do Ministério dos Negócios Es-

## CR não vai tratar de promoções

A tão falada lista de promoções, a ser presente ao Conselho da Revolução, não deverá ser analisada hoje. Só uma profunda reavaliação de agenda da reunião do CR marcada para esta tarde poderá conduzir a debater a possível mudança de patente de vários oficiais dos ramos das Forças Armadas.

A informação foi obtida, junto do próprio CR, mas o nosso jornal não conseguiu apurar qual o número de oficiais, cujos nomes serão apresentados para promoção em próximo plenário dos conse-

lheiros da Revolução.

Além, o gabinete de Imprensa daquele órgão de soberania garantiu-nos que não possuía a essa lista, pois as promoções são, normalmente, propostas aos conselheiros pelas chefias dos Estados-Maiores dos 3 ramos das Forças Armadas.

Contudo, A TRIBUNA pode hoje referir que, no que ao Exército diz respeito, vão ser propostas, pelo menos, as promoções do coronel Carlos Azevedo a brigadeiro e do brigadeiro Soares Carneiro a general.

trangeiros tem «um tipo de linguagem favorável à intensificação da guerra fria e nada propícia à paz e à détente, elementos fundamentais da convivência humana».

Isto significa que o grupo do Conselho da Revolução, normalmente considerado como próximo das posições daquele conselheiro, se prepara para contestar a política externa governamental, que diverge de propósitos

defendidos por Belém, designadamente quanto ao Terceiro Mundo.

## «Interferência do CR na matéria»

A TRIBUNA ouviu ontem sobre este assunto o presidente da Comissão Política Nacional do PSD, dr. Carlos Macedo, responsável por um

órgão partidário que, na semana passada, tinha tomado já posição quanto às declarações do conselheiro Melo Antunes sobre o tipo de política externa que o Governo vem praticando.

Instado a pronunciar-se sobre a eventualidade de o Conselho da Revolução vir a debater tal questão, Carlos Macedo disse textualmente que «tenho a declarar, como presidente da Comissão Política Nacional do PSD, que o Conselho da Revolução não faz declarações públicas uma total intromissão por parte do Conselho da Revolução, numa área que não lhe diz respeito em termos constitucionais. Poderá o porta-voz do CR ter a opinião que quiser, interpretativa sobre este assunto, que nada na Constituição aponta para a interferência do Conselho da Revolução sobre a matéria em questão».

## Presidência não faz declarações

A TRIBUNA quis saber qual o ponto de vista da Presidência da República sobre a eventualidade de o Conselho da Revolução vir a debater a política externa portuguesa.

A propósito, o gabinete de Imprensa, em Belém, divulgou-nos a seguinte declaração oficial: «A Presidência da República não faz declarações de intenção» e menos ainda se pronuncia sobre eventualidades «na sequência de perguntas de órgãos de comunicação social».

Fundação Cuidar o Futuro



# Preço de um holocausto nacional não cabe à Instituição Militar

— afirmou Alberto João Jardim durante um jantar oferecido a uma delegação da Associação de Comandos

No jantar oferecido, no Funchal, à delegação da Associação de Comandos que visita a Madeira, chefiada pelo brigadeiro Soares Carneiro, o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, disse não ser correcto «querer atribuir à Instituição Militar o preço de um holocausto nacional, quando foi, precisamente, essa instituição que aceitou imolar-se pelo tempo suficiente e possível, para que outros, ditos então responsáveis, encontrassem a solução, adequadamente patriótica, realista e democrática».

Usando da palavra, no repasto em que participaram além dos membros do Executivo regional, o ministro da República, para o arquipélago, o presidente da Assembleia Regional e diversas personalidades militares, Alberto João Jardim expressou a «mais profunda veneration por todos aqueles que, ao longo dos séculos, morreram pela Pátria e a fizeram, nas horas boas e nas horas más». Manifestando, igualmente, o seu reconhecimento «pelo papel que os comandos no activo e a sua associação, sempre desempenharam com decisão, com pertinência e com profundo sentimento ético, nas

ocasiões em que o povo português neles depositou a sua esperança».

Afirmando que a Igreja, a Universidade e as Forças Armadas «situam-se acima, eticamente não confundíveis, das legítimas organizações da concreta estrutura política do Estado em cada ocasião», o chefe do Executivo madeirense, salientou não ser «de estranhar que as referidas instituições, porque são formadas por homens, tenham igualmente, os seus momentos de crise».

Prosseguindo, acentuou: «Não é correcto querer atribuir à Instituição Militar o preço de um holocausto nacional, quando foi, precisamente, essa instituição que aceitou imolar-se pelo tempo suficiente e possível para que outros, ditos, então, responsáveis, encontrassem a solução adequadamente patriótica, realista e democrática».

Frisou, então, que «esses, então responsáveis, agora pretendem lavar as mãos, perante os actuais erros de que também são co-autores pela sua cegueira e incapacidade no passado». Alberto João Jardim, referiu:

«Não é correcto querer atribuir à instituição militar os erros de alguns que esqueceram a

verticalidade de cidadãos, o compromisso de homens e a isenção de soldados, para mergulhar o País numa das maiores crises da sua história. E são esses mesmos que, procurando a solidiedade daqueles que não há de quem conceder, vêm agora fazer crer que as críticas que foram dirigidas ao seu comportamento demissionário e inaceitável, eram críticas dirigidas a toda uma instituição ou a todos os da instituição».

Depois de traçar o elogio dos comandos e da sua associação, o presidente do Governo Regional da Madeira, referindo-se ao brigadeiro Soares Carneiro, disse que «todo o País conhece o seu valor de cidadão e de militar» sublinhando:

«Nesta ocasião de franca expectativa nacional, o Governo da Região Autónoma está convicto de que a instituição militar e outras instituições, sem esquecer algumas das organizações cívicas, vêm em si o perfil de um líder e de um homem que cumpre sem precisar de prometer».



## Fundação Cuidar o Futuro

A TRIBUNA — Domingo, 3.2.80

### JOÃO JARDIM «JOGA» EM SOARES CARNEIRO

# «Um homem que cumpre sem precisar de prometer»

«O Governo Regional está convicto de que a instituição militar» e outras organizações cívicas vêm no brigadeiro Soares Carneiro «o perfil de um líder e de um homem que cumpre sem precisar de prometer» — afirmou no Funchal o chefe do Executivo madeirense, Alberto João Jardim.

Alberto Jardim, que discursava num jantar com membros da Associação Nacional de Comandos, que na sexta-feira passada inaugurou na Madeira uma delegação, realçou que nas fileiras daquele corpo militar estão cidadãos «com quem temos que contar ainda mais intensamente e para outras missões, agora que surge o Inverno do nosso descontentamento e a fúria de uma cidadania agredida pela incapacidade e manobristismo dos que não cumpriram».

O chefe do Executivo do Funchal não especificou quais as missões a que se referia no seu discurso. Mas a crítica velada ao general Eanes, implícita na alusão ao slogan da última campanha das eleições presidenciais, fazem os observadores considerar que Alberto João Jardim colocou Soares Carneiro como seu candidato às próximas presidenciais que terão lugar em 1981.

Respondendo num breve improvisado, o brigadeiro Soares Carneiro, presidente da

que associação, disse que é «ambição, na Associação de Comandos, afirmarmos-nos disponíveis para todas as tarefas de engrandecimento da Pátria portuguesa».

No jantar estiveram igualmente presentes o ministro da República, Lino Miguel; o comandante da Zona Militar da Madeira, além de outros membros do Governo Regional, autoridades locais e oficiais dos «comandos» que se deslocaram do Continente.

#### Extinção da colónia

Um decreto-regional sobre a extinção da colónia será remetido à Assembleia Regio-

nal da Madeira pelo Governo do Funchal. Esta é uma das medidas aprovadas no último plenário do Governo Regional daquele arquipélago.

O Executivo madeirense reuniu-se na passada sexta-feira tendo ainda aprovado outras medidas, como o suporte dos custos das passagens dos clubes Real Union de Teherife (Canárias) e do Sport Clube Lusitania (Açores), que se deslocam ao Funchal a fim de participarem num torneio de futebol cujas receitas revertem a favor das vítimas do sismo nos Açores.

Foi igualmente deliberado solicitar a presença para uma reunião da entidade bancária estrangeira que se propôs

efectuar um empréstimo para a construção de habitações, e encarregue o secretário Regional do Equipamento Social para que proceda a uma prospeção do mercado pré-fabricado do sector. Foram ainda aprovados diversos projectos de abastecimento de água em diversas zonas da Madeira, cujos valores rondam os 76 mil contos, assim como a beneficência da sede da Banda Municipal do Funchal, cujas obras estão orçadas em cerca de 54 mil contos.

O Governo Regional da Madeira decidiu também a criação de quatro zonas de mecanização agrícola, respectivamente sediadas no Funchal, Santana, Porto Moniz e Porto Santo.

# AD muito activa na procura de candidato às presidenciais

Lemos Ferreira, actualmente chefe do Estado-Maior da Força Aérea, disse não ao convite que lhe teria sido dirigido pela AD para que fosse seu candidato às presidenciais de 1980. Entretanto, sublinhamos, de fonte fidedigna, que a AD resolveu insistir no convite, o qual deverá ser formalizado muito brevemente.

Esta individualidade foi recentemente alvo de sondagens discretas, acabando por decidir não se candidatar contra Pires Veloso, que já anunciou a sua candidatura, nem poder aceitar tal convite antes de

Outubro, em primeiro lugar porque pretende confirmar que a AD não se desintegra até lá e, em segundo, que a mesma força política consegue vencer as próximas eleições.

Entretanto, depois de sondagens a Lemos Ferreira, a AD teria já avançado outras, nomeadamente junto de Rocha Vieira, de Altino de Magalhães e de Carlos Azere do, os quais, segundo as nossas fontes, se remeteram igualmente a uma negativa.

Recorde-se que Rocha Vieira havia já anteriormente recusado a pasta da

Administração Interna no Governo AD, o que teria contribuído para que as relações não sejam as melhores entre ele e a AD.

Voltando a Lemos Ferreira, que é tido nalguns meios como muito «ambicioso», diz-se que ele desejaria esperar mais cinco anos, aproveitando-se, deste modo, do desgaste de outras figuras que eventualmente ocupem o cargo de presidente.

Sublinhe-se que não está posta de parte a eventualidade de Pires Veloso, caso venha a ser eleito, nomear Lemos Ferreira



Lemos Ferreira resistirá à segunda sondagem?

para o cargo de chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas.

## A CORRIDA PARA BELÉM

# Lemos Ferreira ou Soares Carneiro — as «cartas» militares da AD

Fundação Cuidar o Futuro

## Pires Veloso candidato «irreversível»

O brigadeiro Soares Carneiro, o general Lemos Ferreira e «um nome civil mantido no mais completo sigilo», são as três «cartas» presidenciais que a Aliança Democrática se prepara para jogar, na corrida a Belém, quando entender que «é a altura própria» — soube «O Comércio do Porto» de fonte para-governamental.

O general Lemos Ferreira, chefe do Estado-Maior da Força Aérea e conselheiro da Revolução por inerência, era um dos nomes desde há muito apontados como sendo dos «preferidos», o mesmo aliás acontecendo com o do brigadeiro Soares Carneiro actualmente presidente da Associação Nacional de Comandos.

Quanto ao nome civil, a nossa «averiguação» não logrou, por ora, descortinar-lhe a identidade; tendo no entanto constatado a convicção generalizada, que se vive no seio dos responsáveis da AD, de que, neste momento, a escolha

de um militar para ocupar o lugar de Ramalho Eanes se torna cada vez mais necessária. A entrevista dada por Sousa e Castro ao nosso jornal teria, aliás, consubstanciado esta convicção...

**ALBERTO JOÃO JARDIM LEVANTA PONTA DO VEU...**

É é nesta conjuntura que talvez melhor se possam entender as declarações que Alberto João Jardim, presidente

O Comércio do Porto  
4 DE FEVEREIRO DE 1980

do Governo Regional da Madeira proferiu durante um jantememorização com membros da Associação Nacional de Comandos.

«Soares Carneiro cumpre sem precisar de prometer» — teria dito o presidente do Executivo madeirense, na presença deste militar e de Lino Miguel, ministro da República e comandante da Zona Militar da Madeira, para logo acrescentar de seguida: «Nas fileiras dos «comandos» estão citados com os quais temos que contar ainda mais intensamente e para outras missões, agora que surge o inverno do nosso descontentamento e a fúria de uma cidadania agredida pela incapacidade e manobristismo dos que não cumpriram».

**PIRES VELOSO : «CANDIDATURA IRREVERSIVEL»**

Entretanto, e no meio disto tudo, Pires Veloso continua

«firme» na mesma corrida para Belém. «A candidatura do coronel Pires Veloso é irreversível» — confirmou a «O Comércio do Porto» pessoa muito próxima deste militar-candidato. E especificou: «Ninguém pode ter dúvidas sobre isso. O coronel está disposto a servir o povo e não a servir-se do povo. O MAVE (movimento de apoio à sua candidatura) está a estruturar-se de modo surpreendente. O patriotismo de Pires Veloso não pode estar em causa. A Pátria é o que mais lhe interessa e não as promoções ou honrarias humanas».



# A via da ditadura militar

D.N. 2 FEV

Raul Rego

A democracia é civilista; não conhece privilégios, sejam eles para padres, nobres ou militares, seja para os detentores da riqueza. O grande mal do nosso liberalismo, desse século que principia em 1820 e é encerrado em 1926, foi sem dúvida a casta militar. Os homens que fizeram a guerra, que nunca se ocuparam de política, habituando-se ao primeiro plano, utilizam depois a farda para se imporem como governantes. Sáldanha é a figura destacada do século XIX português que, em 1870, aos oitenta anos, se punha á frente da sua ultima revolta e intimava o rei D. Luis a entregar-lhe o Governo. A coragem que devia ser a do rei, mostrou-a a jovem rainha D. Maria Pia, ao explodir na cara, nas veneras e na espada do marechal encanecido e sempre ambicioso: — Marechal, se eu fosse o Rei, mandava-o fuzilar aqui mesmo!

Aliás, que políticos é que ficam no nosso século XIX, se excluirmos os militares? Era a carreira que levava a tudo e até dirigentes da opposição republicana militares eram também. Quem se lembra que Fontes era general? E os republicanos Elias Garcia, Sousa Brandão, Latino Coelho eram oficiais da arma de Engenharia, a mesma a que pertencia Fontes.

Proclamada a República assiste-se a um movimento espontaneo dos jovens oficiais que mais tinham contribuido para a mudança de regime e se caracteriza pelo seu espirito civilista. São os chamados Jovens Turcos, com Helder Ribeiro, Alvaro de Castro, Vitorino Godinho, Vitorino Guimarães e outros. Eram políticos e não queriam a influencia das Forças Armadas na politica;

mas a ditadura de Pimenta de Castro e a revolta do 14 de Maio, primeiro, depois a guerra e o sidonismo, alterara profundamente essa mentalidade. Da guerra saíra essa figura estruturalmente militar que foi Gomes da Costa, mas que seria jogado como um titere, contra a democracia. Aliás, cumprida a missão em que se haviam empenhado outros militares-políticos, ao serviço de outros interesses, como Sinel de Cordes, Raul Esteves e Filomeno da Câmara, indicar-lhe-iam o caminho dos Açores. Entrara-se na ditadura militar.

Ditadura militar. Os militares ocupavam os grandes postos, eram a coluna do regime; mas, por detrás deles estavam os homens da Moagem, estavam os dos Tabacos, os da Companhias das Aguas, muitos outros. Estava o Pereira da Rosa de «O Século», suas ligações e interesses. Essa gente da União dos Interesses Economicos, que tinha como um dos consultores jurídicos o prof. Oliveira Salazar, fizera o 18 de Abril de 1925 e fora vencida, fez o 28 de Maio em 1926 e ganhou. Por isso se pode perguntar: ditadura militar ou ditadura do poder económico? Os Jovens Turcos, esses militares civilistas, que tinham feito a República, foram postos de lado, atirados para a prisão, para o desterro ou para o exílio. Muitos deles estiveram na base das conspirações contra a ditadura.

A propósito de que virá esta evocação? É que a história repete-se. Ou pode-se repetir. A mentalidade dos Jovens Turcos foi a dos capitães do 25 de Abril de 1974. Não quiseram eles enveredar pelo caminho da ditadura militar, conforme o acentuou o major Vasco Lourenço, no seu artigo recente do «Diário de Notícias»:

«Aprendêramos, nomeadamente, na guerra colonial, que o poder deve pertencer ao povo e que os militares devem ser parte integrante desse mesmo povo.»

Não quiseram enveredar pela ditadura. Ainda bem que eles não quiseram ser figuras de proa; mas não tenham ilusões nem Vasco Lourenço nem os seus companheiros do Conselho da Revolução: ao recusarem ser figuras de proa puseram contra si aqueles mesmos homens ou aquelas empresas que gostariam de estar por detrás deles, como espirito santo de orçã ou piloto da barca do Estado que a vai manobrando segundo as suas conveniências, enquanto a gente olha para a proa, de peito feito contra os ventos, mas figura decorativa. Mais nada, sem sequer influir no rumo. Os militares do 28 de Maio foram isso mesmo até entregarem o poder. E o país ficou entregue ao primeiro intérprete e procurador dos interesses das grandes famílias, das grandes companhias. Não se governou ele que tinha a ambição do poder e não dos bens materiais, mas governaram-se os potentados económicos. Nem ele nem os que o sustentavam se consideravam parte integrante do povo.

Na medida em que os militares se considerem parte integrante do povo e busquem servir apenas os interesses do povo, sem tomarem para si quaisquer privilégios, nem tão pouco utilizarem suas armas para impor esses privilégios para esta classe ou para aquela, não podem contar com a boa vontade dos apologistas da força militar, da ordem imposta, da disciplina férrea que não vem do íntimo do cidadão mas das limitações ao exercício das suas liberdades e dos seus

direitos. Quem habitualmente enaltece a violência são exactamente aqueles a quem essa violência aproveita porque tornando-se a sociedade, não uma comunidade participante, integrada, mas um conjunto de elementos divididos, isolados, buscando cada qual o que mais lhe convém, a lei que se impõe é a do mais forte. Nunca é a do mais justo, a do de maior razão.

Os ataques ao Conselho da Revolução a que Vasco Lourenço se refere, partindo de pessoas e partidos que pareciam estar com o 25 de Abril, na altura da Constituição, resultam da evolução que essas mesmas pessoas e partidos têm feito nos ultimos tempos, ao verem que não correm perigo se forecejarem por voltar atras, á sociedade que tinhamos, ao divisionismo em que viviamos. A estatística seria fácil de fazer e era pegar nos deputados desses mesmos partidos e ver quantos deles estavam ao lado do povo antes do 25 de Abril e quantos apoiavam a ditadura em que viviamos. Naturalmente que para eles, os militares não estão ao serviço do povo, muito menos se devem considerar parte integrante do povo, mas devem ser as colunas sobre que se firmam os privilégios de alguns, os elementos que mantêm em respeito quanto ousam atacar o classismo da sociedade. Foi o que nós vimos durante 48 anos: um Exército não ao serviço do povo, não integrando-se no povo; mas defensor de um regime para quem não contavam os interesses do povo e sim tão somente os de alguns. Tanto que acabou por ser levado para uma guerra, «imposta á generalidade da população» e de que os dirigentes e seus familiares fugiam, como muito bem o nota Vasco Lourenço.

A diferença entre uma guer-

ra feita pelo país, pelo povo, e uma guerra feita por uma classe, tem essa grande diferença: a classe faz a guerra mas não vai para ela, atira para lá com os outros. Diz-nos Vasco Lourenço que os dirigentes «tudo faziam para se livrarem dela, quer evitando ser apurados para o serviço militar (tudo servia de cunhas e falsos exames médicos ou mesmo autodeclarações de homossexualidade), quer conseguindo especialidades que se sabia não obrigarem a mobilizações ou permitiam que essas, se inevitáveis, se passassem no chamado «ar condicionado». Nos treze anos de guerra colonial, há um só governante a oferecer-se para ela. Não houve um só ministro, nem um só deputado que fosse para frente de batalha. Bem diferente foi o proceder dos governantes de 1916, em que os deputados que votaram a guerra acharam ser sua obrigação irem para ela. Daí que, não só os militares, a começar pelo Presidente do Parlamento, então Sá Cardoso, mas os próprios paisanos foram para a Flandres. Citemos, por exemplo, Jaime Cortesão, Carlos Olavo, António Granjo.

Quando as Forças Armadas fazem parte do povo, se não se tornam em instrumento de opressão, também o povo se sente nessas mesmas Forças Armadas. Elas fazem parte da nação, em lugar de serem as opressoras da nação. Defendem os direitos do cidadão, em lugar de defenderem os interesses de alguns contra os direitos e os interesses da maioria. E quando a nação está em guerra, é a guerra de todos os cidadãos e não apenas a de um grupo privilegiado que quer defender os seus privilégios e para tal se serve



das armas e das fazendas que são de todos.

As Forças Armadas são em muitos países uma casta à parte. Não se integram na sociedade, dominam a sociedade, tornam-se em instrumento opressor da sociedade. Muitos se servem da carreira militar também para trampolim na política; e é frequente, em todos os países, após as guerras, ver a ascensão política de militares. No século XIX, não foi apenas, entre nós, Saldanha; foi Wellington que, depois de ter vencido Napoleão, dominou a política inglesa; foi MacMahon que, depois de vencido pelos prussianos, viria a ser o árbitro da política francesa. Não tivemos, na Alemanha de depois da I Guerra Mundial, o marechal Hindenburg a aplanar o caminho para a ascensão de Hitler? E, em nosso tempo, não foi o prestígio militar de Eise-

nhower aproveitado por forças políticas e económicas americanas para o elevar à Presidência?

Os militares do 25 de Abril recusaram-se a ser instrumentalizados. Para muitos, de um sector ou de outro, foi esse o seu grande defeito. Integraram-se no povo e o mesmo Conselho da Revolução se considera defensor do civilismo que queremos para a nossa sociedade. Essa a sua grande virtude? Parece-nos que sim. Mas, ao recusarem tornar-se ditadores, voltam contra si todos aqueles que gostariam de se aproveitar da guarda pretoriana para firmarem um regime e tratarem dos seus interesses. Ao contrário dos homens do 28 de Maio, os militares da nossa Revolução recusam-se a ser figuras de proa de uma nova ou renovada União dos Interesses Económicos.

Não estará aí a base de tantas más vontades e tantos ataques aos homens do Conselho da Revolução?

por um militar, obedece a um timing rigoroso...

Mas este plano, imaginativamente congeminado, para ter êxito, necessita do apoio e da colaboração dos comunistas e dos socialistas, uns e outros, aliás, profundamente interessados em manter e agravar o estado de permanente guerrilha entre estes dois importantes órgãos de soberania, pois só assim os seus planos — que, como veremos, se entrelaçam com os de Ramalho Eanes — poderão ter igualmente êxito.

Significa isto que do plano de Eanes fazem parte (ou são parte) indispensáveis os socialistas e os comunistas e que estes, para fazerem vingar os seus planos, necessitam, também, de Ramalho Eanes.

Não é difícil, aliás, seguir o fio à meada e verificar isto mesmo. Basta juntar as peças para se obter o puzzle completo...

Vejamos:

A ascensão dos chamados ex-GIS, que mantêm excelentes relações com o Restelo e com Belém, no seio do PS, onde têm, com os tecnocratas, uma influência cada vez maior, e a dureza manifestada de forma bem expressa por Álvaro

mente a estratégia eanista, é bem certo que o êxito ou o fracasso desta estratégia depende, do mesmo modo, do apoio que lhe dorem essas mesmas forças.

Por um lado, Ramalho Eanes sabe que para ser (re)eleito apenas pode contar com o apoio de socialistas e comunistas. Isto porque:

— Está assente e definitivamente decidido que os partidos que formam a Aliança Democrática não apoiarão a sua (re)candidatura e apresentarão, a seu tempo, o seu próprio candidato;

— As últimas eleições provaram, de forma clara, não ser possível nem viável, pelos menos nos tempos mais próximos, a formação de um partido presidencial com base, por exemplo, na ASDI. A posição alcançada pela UEDS em 2 de Dezembro terá sido, neste plano, um aviso demasiadamente sério e cruel para que Ramalho Eanes e Sousa Franco e os seus pares se lancem na aventura de constituírem um partido com hipóteses de implantação que permitisse apoiar, com relativa segurança de êxito, a (re)candi-

datura do actual ocupante do Palácio de Belém.

Portanto, apesar de tudo, Ramalho Eanes não vai, certamente, correr esse risco, pois se arriscaria a um tremendo fiasco.

Resta, assim, à estratégia eanista o recurso de garantir o apoio, pelo menos, dos socialistas, ao qual, aliás, numa segunda volta, se juntaria o patrocínio dos comunistas de Álvaro Cunhal.

Estes, em manobra de camuflagem, tanto do seu agrado e gosto, poderiam, até, tal como fizeram em 1976, apresentar numa primeira volta um candidato seu sem o mínimo de hipóteses para, justamente, desviarem o apoio para Ramalho Eanes na segunda e decisiva volta.

Por seu lado, a única hipótese de os socialistas se manterem na área (ou na sombra) do poder seria a de ficar em Belém um Presidente eleito com o seu apoio, uma vez que parece cada vez mais afastada a possibilidade de, nas eleições parlamentares de Outubro, voltarem ao poder.

Teríamos, assim, no final do ano corrente, uma situação extremamente perigosa para a estabilidade política, para a democracia e para a

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO 1 de Fevereiro de 1980

# A esquerda na estratégia eanista

por Mário Cília

Fundação Cuidar o Futuro

Não restam dúvidas de que Ramalho Eanes prepara a sua (re)candidatura às eleições presidenciais do próximo mês de Dezembro. Todos os seus últimos actos e atitudes o provam.

Para esse fim, o actual Presidente da República tem um plano e uma estratégia, um e outra em pleno desenvolvimento, uma vez que a longa e difícil corrida para Belém já começou e Eanes e os seus estrategas sabem que o tempo é um factor precioso para o êxito ou inêxito da tarefa a que meteram ombros.

As últimas atitudes de Ramalho Eanes, começando no seu inesquecível discurso no acto de posse do actual Governo e do mesmo modo claramente expressas em algumas outras suas posições mais recentes (como, por exemplo, o caso dos embaixadores), desenham com flagrante clareza uma estratégia que se fixa, principalmente, em dois pontos:

1. Demarcação cada vez mais nítida e mais clara do VI Governo, embora evitando, pelo menos numa primeira fase, uma confrontação aberta, que poderia conduzir a uma situação de ruptura, em nada beneficiando a sua imagem perante o seu possível futuro eleitorado.

Ramalho Eanes prefere, assim, uma situação de guerrilha que vá gerando e alimentando entre si e o Executivo um conflito latente (e permanente) que poderá transformar-se em ruptura aberta, mas apenas e tão-somente no momento que lhe parecer mais propício ao seu objectivo.

Esse momento, em que da situação de guerrilha passará à de guerra aberta e, portanto, de ruptura, será assim escolhido pelo próprio Eanes e será aquele que por ele e pelos seus conselheiros for julgado o mais oportuno e conveniente para o êxito da sua estratégia. É, portanto, uma estratégia que, orientada

Cunhal, com a denúncia de que o Governo da Aliança Democrática prepara um golpe de Estado institucional, são a prova, cremos que clara e concreta, de que a estratégia eanista conta com a colaboração dos dois partidos marxistas e de que estes terão tudo a ganhar e nada a perder se fizerem o jogo de Eanes.

Isto porque, tanto comunistas como socialistas vêem em Ramalho Eanes e na sua (re)eleição o único meio de poderem continuar a desempenhar um papel de primeiro plano na cena política portuguesa, já que tanto uns como outros se recusam a ser, como deviam ser, uma verdadeira e democrática oposição, conforme e pelas razões que explicámos na semana passada.

Mas se comunistas e socialistas, incluindo as chamadas forças de esquerda democrática, a que Mário Soares faz agora apelo, muito principalmente os minúsculos MDP/CDE e UEDS e os tráfugas da ASDI, servem objectiva-

liberdade, mas por isso mesmo muito favorável tanto a socialistas como a comunistas, que seria a de termos em S. Bento um Parlamento e um Governo da Aliança Democrática e em Belém um presidente eleito com os votos das forças socialistas e comunistas, ambas predominantemente marxistas.

E aqui sim, com este quadro é que estaríamos em permanente risco de ruptura institucional, tanto mais que a Assembleia a eger no próximo Outono terá poderes constituintes.

É, pois, neste quadro que se desenvolve e se movimenta a estratégia eanista.

Como o tempo corre célere, o desenvolvimento desta estratégia em pelo menos quatro frentes simultâneas (Belém, Restelo, Emenda e António Serpa), vai processar-se por etapas bem demarcadas mas, simultaneamente, cronometricamente elaboradas.

Os primeiros sinais deste plano já foram dados e, para o observador mais atento, todos esses sinais, alguns bem claros, conduzem, como peças de um enorme puzzle, ao desenvolvimento de uma estratégia conjugada e planeada com a devida antecedência, em que os compromissos foram assumidos com a consciência e a certeza de que do seu êxito dependerá, exclusivamente, não apenas a continuação de Ramalho Eanes por mais cinco anos em Belém como, ainda, a permanência de socialistas e comunistas na primeira linha do processo político português.

Para um e para outros, o êxito deste plano é a única hipótese de sobrevivência política...

É, portanto, uma estratégia em que os compromissos são indispensáveis e em que o preço a pagar por cada uma das partes, de certo já devidamente ajustado, será também muito elevado.

Mas é, também, uma estratégia demasiadamente perigosa e, sobretudo, que poderá custar aos portugueses um preço extraordinariamente elevado, pois, inclusivamente, lhes poderá custar a democracia e o futuro.

É, igualmente, uma estratégia que revela que o adversário é (diabólicamente) astuto e ardiloso, o que impõe às forças democráticas conjugadas na Aliança Democrática um permanente reforço da sua unidade e, sobretudo, uma muito rigorosa selecção do seu candidato às próximas eleições presidenciais, já que essa selecção tem de

merecer o apoio total e a confiança de todos os eleitores da AD e, ainda, a garantia de que, uma vez chegado a Belém, o homem escolhido não trairá o compromisso assumido para com as forças que o apoiam nem o voto de quem o eleger.

O exemplo de Ramalho Eanes deve constituir um aviso muito importante, que em momento algum poderá deixar de estar presente na escolha, que não poderá tardar muito, da personalidade, civil ou militar, que a Aliança Democrática pretender colocar em Belém.

Os riscos de um novo engano e, sobretudo, os riscos de uma maioria parlamentar e de um Governo da AD terem de defrontar-se com um presidente alinhado com as forças socialistas e comunistas é extremamente sério para que a estratégia em curso e em pleno desenvolvimento não seja desde já denunciada com o maior vigor, sem alarmismos mas com firmeza.

Que Ramalho Eanes queira (re)candidatar-se e que, para isso, se utilize de todos os meios ao seu alcance, é um risco que, em democracia, tem de aceitar-se e correr-se.

Que socialistas e comunistas, talvez um tanto a contragosto alinhem e façem parte desse plano como único meio de se manterem na primeira linha do processo político, é ainda outro risco que, em democracia, não pode evitar-se.

Mas o que se pode (e vai) evitar é que esta estratégia se concretize e tenha êxito.

Isso, no entanto, implica muita coesão das forças democráticas agrupadas na Aliança, muita firmeza, muita argúcia e uma acção deliberadamente voltada, a todos os níveis, em todos os momentos e em todas as circunstâncias, para um duplo triunfo eleitoral em 1980.

# O Presidente, os seus conselheiros revolucionários e os Militares

M.F.A.\*

\* Oficial superior no activo

A estratégia de Eanes para a sua tão desejada recandidatura tem vindo a delinear-se desde Novembro passado, com a progressiva colagem dos conselheiros da Revolução, concretamente da ala mais esquerdista.

Nas vésperas das eleições de 2 de Dezembro estes membros não designados pelos militares que dizem representar nos termos da sua tão querida Constituição "rumo ao socialismo", manifestavam euforicamente a grande esperança de os Portugueses continuarem fiéis aos "ideais de Abril" (omitiram apenas que tais ideais são os constantemente propagandeados pelo Povo Português em entrevistas, artigos e declarações nos meios de comunicação social e até o tão cauteloso Martins Guerreiro apareceu a dar "um ar da sua graga" no estatizado e comunizado "Diário de Lisboa").

Os resultados eleitorais justificaram a sua preocupação, mas estes senhores, que de militares já pouco têm, não desarmam facilmente.

... "Pelo que toca aos militares, aqueles poucos — infelizmente alguns de patente elevada — que se servem de tal "informação" agasalhando-a e alimentando-a, segundo as fórmulas já conhecidas, já estão perfeitamente detectados e isolados do restante corpo militar.

"Quanto a todos os outros, recolhidos aos quartéis, desde 1976, também não se deixam enganar por ninguém."

E caso para dizer: "Não posso rir que fique feio"...

Também o corajoso e intrépido (mas torcionário da Guiné) segundo o seu registo disciplinar publicado nos ditos "pasquins reaccionários") Vasco Lourenço, em 27 de Janeiro, num artigo publicado no mesmo matutino, vem fazer a defesa do "seu" Conselho da Revolução, afirmando a certa altura:

"Considero, no entanto, que uma acusação há que ninguém lhe poderá fazer (referia-se ao CR): a de que se não venha empenhando para que a democracia se consolide em Portugal de

Assim, surge a grande oportunidade com o discurso de Eanes (de inspiração melo-antonista) na posse do Governo da AD — o Presidente desesperado e desiludido dos apoios que pretendia receber dos Partidos da Aliança para a próxima corrida a Belém, passa a dificultar, à partida, a acção do Governo que obrigatoriamente devia apoiar e manifestar-lhe a sua confiança.

A cómoda e característica tática de caserna apoiada na ideia de ser imperioso manter o prestígio do Chefe Supremo das Forças Armadas, apesar das acérrimas críticas que, dos vários quadrantes políticos democráticos, recebe como chefe de Estado, vai apatrocando perante os olhares agoniados dos Portugueses. Assim, em 14 de Janeiro, no "Diário de Notícias", Franco Charais, depois de um virulento ataque à Imprensa privada, considerada por ele uma autêntica "máquina de desinformação" e de se deleitar com uma grande defesa do seu Presidente, termina dizendo:

modo que, findo o período de transição, possam existir condições para o seu aprofundamento."

E os Militares, que continuam a aceitar e permitir portavozes deste tipo, engolem estas e outras patranhas, assim como as do oficioso e viajado (à custa do orçamento) Vítor Alves e do indispensável e omnipresente Melo Antunes que deseja permanecer em Lisboa para jogar a última cartada. E pelos vistos (as últimas declarações na TV são disso um indicativo) vai apostar forte na campanha presidencial de Eanes com o apoio do PS e do PC, aproveitando as comemorações do próximo 25 de Abril e do bicentenário de Camões para dourar a pilula, que este Povo sempre tão sentimental, prazenteiro e de memória curta acabará por engolir.

Isto se... os Militares (com letra maiúscula) patriotas e dignos (que ainda restem) o permitirem.





O presidente da República é um homem que fez muito mais do que o «25 de Abril». O general Ramalho Eanes é não só o garante do espírito do 25 de Abril de 1974, mas também o sustentáculo maior da Constituição da República, o elemento fundamental para prosseguir até 1984 o enraizamento da Democracia na vida dos portugueses. Não sei se é intenção do sr. presidente da República recandidatar-se — mas se o fizer terá todo o meu apoio. Se dependesse de mim próprio, o general Ramalho Eanes seria o próximo presidente dos portugueses. E hoje a imagem pública do general Ramalho Eanes é muito mais rica. Em 1976 era praticamente um desconhecido do grande público e hoje é um homem que todos tentaram atrair para o seu próprio campo todos repudiaram e que através da sua «prática» revelou ser um cidadão exemplar, um democrata insuspeito, um homem respeitado, um intransigente defensor dos princípios pelos quais se fez a Revolução.

Estas são palavras do tenente-coronel Vítor Alves proferidas numa tarde de sábado, perto do mar, durante uma longa conversa.

Aos 44 anos, este antigo operacional de Infantaria que possui o Curso do Estado-Maior, elemento activo do MFA desde os primeiros momentos, está disposto a passar à «reserva» logo que o Conselho da Revolução desapareça como órgão

**GOVERNO ATACA EANES  
«EM VÁRIAS FRENTE»**

constitucional da organização política do Estado. Mas Vítor Alves é também, neste momento, um tenente-coronel porque preside a várias comissões nacionais — a mais importante das quais é, sem dúvida, a que terá de levantar o Congresso das Comunidades Portuguesas. Hoje mesmo o Parlamento irá debater um pedido de ratificação dos poderes dessa comissão (e de outras). Mas neste diálogo sem limites procurei, sobretudo, aprofundar com este membro do Conselho da Revolução as diversas componentes que se vislumbram no horizonte português neste ano de 1980.

Que se passa com o «Dia das Comunidades» que se pretende confundir com o Congresso das Comunidades?

— Instalou-se de facto uma grande confusão. O que parece estar a interessar mais às pessoas é dizer que o presidente da República não deve mandar fazer essas coisas e que não deverá ser o Conselho da Revolução a fazer essas tais «coisas». Mas não se diz o que são... as «coisas». Neste momento, há quatro comissões, três das quais são de nomeação,

segundo a lei, do presidente da República. Existe uma outra que é nomeada por proposta do primeiro-ministro. Por acaso, estou nomeado para três dessas comissões, tal como está o prof. Jacinto do Prado Coelho indicado para presidir à Comissão Organizadora das Comemorações do IV Centenário da Morte de Camões. Mas atenção: não estou nomeado por ser membro do Conselho da Revolução — estou, sim, por decisão directa do senhor presidente da República. É nessa perspectiva que estou a trabalhar. Relativamente à Comissão que organiza as Comemorações do 25 de Abril a lei é bem clara: o presidente do Conselho da Revolução e o primeiro-ministro, em despacho conjunto, nomeiam uma personalidade.

Na última reunião, o senhor presidente ouviu o CR, que lhe deu a indicação de que se for entendido pelo sr. primeiro-ministro, e por ele próprio, que a presidência caberá a um militar, deverá ser nomeado o capitão Sousa Castro. Tudo é muito claro.

— Mas, creio, o que levanta a onda de especulações é o facto de o sr. tenente-coronel estar em três comissões, ser quem é, estar no CR, e, portanto, pretendese aliar que há uma estreita ligação ou uma apropriação das comemorações...

— Portugal deve estar acima das apropriações. Repare: reativamente às comemorações camonianas, elas começaram no dia 1 de Janeiro e terminam no dia 31 de Dezembro. Nesse sentido, o presidente foi nomeado muito antes. E não é o prof. Jacinto do Prado Coelho um insigne homem de cultura que

# EANES DEVA CONTINUAR EM BELEM ATE 1984

**TEXTO DE JOSÉ SARAIVA  
FOTOS DE AMÉRICO DIÉGUES**

integra a comissão num conjunto de personalidades do campo cultural? A nomeação é de competência exclusiva do sr. presidente da República?

— Mas no seu caso...

— Há confusão, já disse. Há um elemento comum que sou eu. Sou o mesmo presidente para o dia 10 de Junho, «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades», como já o sou há três anos, e o decreto-lei é de 1978 e diz muito claramente que é o PR que nomeia e não sob proposta de alguém. Depois, há outra comissão para o Congresso das Comunidades Portuguesas, instituído por diploma legal de 30 de Novembro de 1979. Num dos artigos diz-se que o presidente da Comissão

**SÓ EM 1984 O PR  
DEVERÁ SER UM CIVIL**

Organizadora é nomeado sob proposta do primeiro-ministro. Na altura, por proposta do primeiro-ministro, foi nomeado pelo presidente da República. É bom que não se esqueça que há sempre um Governo, e que o que lhe sucede não tem por obrigação destruir o que os anteriores fizeram. Se isso sucedesse era ridículo e um país é muito mais do que uma série de grupos folclóricos...

— Concretamente, o que será o Congresso das Comunidades? A Direita critica-o pessoalmente pelos gastos dispendiosos que está a proceder com as deslocações ao estrangeiro, acusando-o de diminuto contacto com os nossos compatriotas...

— Tudo nasceu em 1978, quando, em Portalegre, o senhor presidente da República lançou a ideia. Começou imediatamente a trabalhar-se para esse objectivo, que trará a Lisboa, entre 4 e 9 de Junho, 500 portugueses representantes de 40 comunidades espalhadas pelo Mundo. Nessa altura, através de um despacho, o sr. presidente da República designava a comissão do «10 de Junho» para iniciar as tarefas preparatórias. Um

congresso destes demora dois anos a preparar, a não ser que se queira fazer como o fez o sr. Adriano Moreira e então fez-se num mês ou em quinze dias, escolhendo-se o sr. A, B, ou C, para estar ali a «representar» as comunidades. Pensamos que, depois do «25 de Abril», deveria viver-se em democracia em todos os actos. Daí os delegados que estarão em Lisboa serem eleitos pelas suas comunidades. Para isso é preciso tempo.

— Não pensa que o Governo actual teme a apropriação que lhe referi atrás?

— Só se o Governo não acredita na Democracia! É que toda a estrutura do Congresso é democrática, tendo por base a eleição directa. Se critica há a fazer é a relativa ao «basis-

## RECANDIDATURA DE EANES NÃO TERÁ OPOSIÇÃO DE MILITARES NO ACTIVO

mo» que é utilizado. Há congressos prévios nas próprias comunidades abertas à participação de todos. Em França, por exemplo, há 17 congressos que correspondem a outras tantas áreas consulares. Depois, haverá um congresso final, provavelmente em Paris. O mesmo sucede em outras partes.

— Quando é que isso tem de estar pronto?

— Tudo deverá ficar concluído até 31 de Março — o que quer dizer que os congressos locais, em muitos sítios, já estão feitos.

— Mas o dispêndio de verbas...

— Essa é uma outra tentativa de continuar a atecar o Conselho da Revolução. Mas é infeliz, porque o CR nada tem a ver com qualquer das duas organizações. Sou membro do CR, mas não é nessa qualidade que presido às comissões. O senhor presidente poderia ter nomeado alguém do Governo, da Assembleia da República, ou outra pessoa que nada tivesse a ver com os órgãos de soberania...

— Mas quanto é que se gasta com isso — com o Congresso e a sua preparação e com o «Dia de Portugal»?

— Com o «Dia de Portugal» tem-se gasto 20 mil contos, que provêm do Orçamento Geral do Estado. Há relatórios que dizem como se gastou esse dinheiro. Quanto ao Congresso, tinha-se estimado em 7 500 contos para a sua fase preparatória em 1979. Já se gastou esse dinheiro. Como? No contacto, na dinamização directa das próprias comunidades. Não acredito no telefone ou no telex como forma de animação do que quer que seja. É preciso ir lá, falar com as pessoas, explicar-lhes o que se pretende, quais são as linhas-mestras...

— Mas há quem afirme que tem tido poucas pessoas nesses contactos — o que significa que não há excitação dos emigrantes para participarem no Congresso...

— É falso. Tenho tido boa recepção e também tenho tido problemas. Convoquei para essas reuniões representantes das associações de portugueses. Não se pretende um comício de propaganda, mas sim sessões de trabalho. Eu próprio gostava que me criticassem por eu me deslocar, fazer longas viagens, com mudanças horárias, chegar, realizar a sessão de trabalho e regressar a Lisboa. Isto rebenta com as pessoas. Não ando à procura de nada, nem de futuro político. A mim não me custa nada queimar-me... Outros têm de se defender, eu não.

— De qualquer modo, o Governo suspendeu as resoluções tomadas pelo Governo anterior depois do dia 2 de Dezembro...

— É uma atitude da qual discordo, porque penso que é ilegal. Mas a mim só me competirá, em sede própria, pronunciar-me sobre a constitucionalidade ou não. A questão da legalidade compete aos tribunais. Mas, de entre as que decidiu suspender, encontra-se uma que é de facto posterior àquela data e que diz respeito à verba destinada para este ano (7 500 contos). Logo, não há dinheiro para se prosseguir a acção, para tomar decisões que é preciso tomar desde já, o que compromete o próprio Congresso. É que trazer 500 pessoas a Lisboa implica desde já assegurar instalações. E sublinho-se: o Congresso coincide com um período que já é época turística, e os hotéis estão cheios... Temos de arranjar 500 camas em Lisboa. Depois, há as viagens das comunidades para Lisboa, que é preciso assegurar. Com tudo isto, o Congresso custará, 75 mil contos.

— Será, portanto, uma questão de verbas, uma tentativa de suspender ou limitar essas verbas...

— Não. No caso do «Dia de Portugal» nem é isso. Os vinte mil contos têm sido gastos desde 1977, 78 e 79. Não é nisso que está o problema. A questão é outra, é a do Congresso. O problema é político e está neste campo, como, aliás, se viu na discussão do Programa do Governo na Assembleia da República. Mas, pergunto: como se poderá dizer que não se está a trabalhar no Congresso e que deveria ser o próprio Governo a trabalhar no Congresso? É que a Comissão — e eu recomendo a leitura do diploma regulador — engloba, por Lei, os próprios ministros, deputados da Assembleia da República, deputados das Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, e ainda da Assembleia Regional de Macau. Estão muitos ministros e só deveria estar um? É uma ideia. Estão estes e deveriam estar outros? É uma opinião. Mas não creio que possam retirar da Comissão Organizadora os deputados pela Emigração, os representantes das assembleias locais, o representante da Conferência Episcopal, os representantes da CGTP e da UGT. Será por que não estão representados os «patrões»? Creio que na

sua esmagadora maioria os nossos emigrantes não são patrões. No fundo, parece-me, que o problema reside no facto único de o presidente do Congresso, que sou eu, ter sido nomeado pelo presidente da República.

— Vê, portanto, nessa crítica uma forma de ataque directo ao presidente da República?

— Para mim é evidente. É que um Congresso das Comunidades está para além, é algo que transcende, as coligações e os partidos. É um problema nacional que interessa aos nossos compatriotas que estão lá fora, independentemente das suas posições político-partidárias. Os problemas que os afectam são iguais. Um democrata-cristão, um socialista ou um comunista têm os mesmos problemas, por exemplo, face à Lei Barre-Bonet em França. Este Congresso tem a ver com a universalidade do próprio Estado português.

— Vê nas críticas e nos ataques uma directiva dirigida a si próprio, enquanto militar e enquanto membro do CR?

— Eu sou um peão obscuro no xadrez de tudo isto. O problema seria o mesmo se o presidente tivesse nomeado o comandante Almeida e Costa, o major Vasco Lourenço ou o coronel Ribeiro Cardoso. Sobre o que penso? Se por acaso tivesse sido nomeado o prof. Adriano Moreira, o Governo AD não tinha nada a dizer... Não teria reivindicado nada. Isto é mais uma frente de ataque ao presidente da República.

— Falou em outra «frente de ataque» ao presidente da República...

— Claro: em termos concretos, tudo começou com a permanência em funções na UNESCO da eng.ª Marie de Lurdes Pintasilgo. Então o Governo ou alguém poderia pensar que o senhor presidente exonerasse a eng.ª Lurdes Pintasilgo depois de lhe ter pedido para vir aqui dirigir um Governo de cinco meses e depois simplesmente a mandasse para casa? Isso não é um caso político, é um caso de moral! O Governo no entanto, mediu os riscos da sua própria atitude. Seria preferível talvez ter a eng.ª Lurdes Pintasilgo longe daqui, a fazê-la, passe a expressão, uma «mártir». Concluíram que, apesar de tudo, era preferível atacar o presidente da República. Enganaram-se, porém, e demonstraram uma vez mais que não conhecem o país.

DIPLOMACIAS PARALELAS:  
NÃO SE LAVE ROUPA SUJA  
FORA DO TANQUE...



presidente. Ele é um homem de palavra! Mas como não pode fazer mais do que isso, não exonerou a embaixadora Lurdes Pintasilgo. Mas há uma coisa que este Governo terá de assumir perante o povo português: é que Portugal não tem um embaixador na UNESCO! A não ser que as pessoas não tenham senão uma estranha ideia do que é a honrabilidade e a dignidade. Talvez seja essa, afinal, a grande diferença entre vastos sectores da sociedade portuguesa... Esta é mais uma forma de ludibriar o povo português!

— Disse «uma vez mais»?

— Sim, e de vários lados, de várias áreas políticas. Mas quando se faz uma campanha eleitoral, num país como o nosso, e se lhe promete mudanças e se faz crer através de discurso eleitoral que essa mudança — o que é mais grave! — tem a ver com as condições de vida — sabendo-se, como não é possível que se ignore, da existência das dificuldades internas e externas — como quer que lhe chame? A não ser que se queira mudar o regime — mas não podem fazê-lo, enquanto estiver em vigor esta Constituição.

— Chegamos a um ponto interessante — à Constituição da República. O senhor pertence a um órgão de soberania — o Conselho da Revolução, que é, sem sombra de dúvida, o mais atacado de todos. Sucede que essa participação resulta de um Pacto subscrito pelos partidos — creio que com exclusão do PPM e da UDP — em 26 de Fevereiro de 1976. Mas o CR tende a desaparecer. Nessa altura, as Forças Armadas voltarão à fase donde saíram em 25 de Abril...

— É isso que vai ocorrer, provavelmente. Tudo resulta de facto de um acordo entre as forças políticas e o MFA da altura. Foi um acordo feito após negociações correctas e nelas participou, até o actual presidente da República, sem concessões de espécie alguma. Não é, portanto, um acordo coercivo. Não apareçam agora púdicos virgens — porque não existiram! Houve consenso quanto à necessidade desse «Pacto» e como nós, militares, estamos habituados a cumprir — e temos cumprido tudo o que prometemos desde as eleições para a Constituinte, à própria concretização da Constituição da República, às eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República — também não iremos desrespeitar compromissos que assumimos, pese embora a opinião de alguns «penistas» desta praça... Mas parece que temos maus contratantes que não querem cumprir o que livremente aceitaram. Provavelmente, em princípios do próximo ano, quando for promulgada a Lei de Revisão Constitucional, o Conselho da Revolução acabará.

— Voltar aos quartéis enzim...  
— Com a missão cumprida.  
— Mas esse afastamento directo não trará problemas? Há quem pense — e neste caso não falo até de responsáveis portugueses — que na organização política do Estado as Forças Armadas devem estar intimamente ligadas ao fenómeno da orientação política. E nem são pessoas radicais — lembro-me, por exemplo, do ministro Afonso Arino de Melo Franco, um constitucionalista brasileiro que politicamente é um «moderado» Mas poderia citar outros...

— Voltar aos quartéis não significa voltar a 1973 e ao estado de passividade em que nos encontrávamos. Não nos envolveremos, é certo, na condução política do país, mas quanto à neutralidade, que é sinal tantas vezes de passividade total, de um estado abúlico perante o que se passa, isso não acontecerá. As Forças Armadas, tal como agora, adquiriram uma consciência democrática e farão sentir as suas preocupações. Mas o erro é pensar-se que as Forças Armadas são algumas das erupções que, por vezes, agora aparecem... E, outro é confundir as Forças Armadas com os seus oficiais. Não, há também os sargentos e as praças. Nunca mais acontecerá o que se passou em 25 de Abril de 74, em que os soldados não sabiam ao que iam... Ver as FA pela óptica elitista dos seus oficiais é ainda um resquício de muitos anos de silêncio...

— Mas não haverá ainda enquistamentos no corpo militar? E não serão esses «quistos» um preocupante problema?

— As Forças Armadas têm de tudo e contêm de tudo o que há de bom e de mau na sociedade portuguesa...

— Mas poderão esses ficar mais próximos da hierarquia, mais de acordo com o Poder...

— Não sei o que vai suceder, mas garanto-lhe que os «Santos Costas» de antigamente não vão aparecer. Houve uma altura no país, em 1975, que se confundiu Democracia com anarquia. Isso acabou! Tal como acabou o período amorfo existente até ao 25 de Abril! A Democracia política está cimentada também nas Forças Armadas. Elas serão o garante, sem ser intervenientes ou vanguardas ou outra qualquer coisa no género, da Democracia. E mesmo sem terem um órgão como o CR que até lá tem funções específicas.

— O senhor que vai fazer depois, para o «quartel»?

— Eu vou passar à reserva.

— Deixa a política...

— Não creio que isso seja possível já — mas não irei com certeza fazer da política a minha vida, isso não. Eu sou responsável pela mudança, pela verdadeira.

— Até lá, contudo, há actos decisivos para o futuro do país. E de entre os mais importantes faremos a eleição do próximo presidente da República. O senhor faz um dos mais directos apoios do actual presidente. Voltará a apoiá-lo neste momento?

— Completamente. Neste momento, não só mantenho o apoio que então prestei ao general Ramalho Eanes, como considero que a estabilidade necessária para o enraizamento da Democracia passa necessariamente pela reeleição deste presi-

## EXONERAÇÃO DE PINTASILGO: VETO DE EANES É ATITUDE MORAL

dente da República. Tenho de lhe dizer que não faço a mínima ideia se o senhor presidente da República vai ou não recandidatar-se: Mas quero afirmar-lhe que os portugueses estão perante um homem que fez muito mais do que o 25 de Abril.

— Mas os apoiantes terão, porventura, diminuído e talvez o leque de candidatos seja maior...

— Em 1976, o general Eanes, era um homem praticamente desconhecido. Agora, não. É o presidente que tivemos durante este período; a sua «ficha» enriqueceu-se e tornou-se muito mais válida...

— Admite a hipótese de outro militar se candidatar?

— Tenho receio que a Direita o tente, mas isso significará a meu ver, uma vez mais, que demonstra não conhecer a estrutura militar. Um militar de carreira, creio, não se candidatará se o senhor presidente se apresentar às eleições. Os que estão já na reserva, esses, é natural que o façam. Mas os que estão no activo, esses, não são críticos relativamente ao general Ramalho Eanes.

— Nem qualquer outro membro do CR...

— Nunca me passou pela cabeça que outro qualquer membro do CR se candidatasse contra o general Ramalho Eanes, se ele se candidatar, friso. É que não há adversários dentro do Conselho da Revolução. Há, sim, críticas pontuais, decisões divergentes, porque ali há democracia interna. Mas em termos globais não há adversários e não creio que seja possível...

— Há semanas, no entanto, o semanário «O Jornal» apontava a procura por parte da AD, de um candidato militar, justificando desse modo a escolha, para ministro da Defesa, do eng.º Amaro da Costa — uma pessoa hábil no campo estratégico...

— Gostarei muito de responder a isso. Ainda não perceberam as Forças Armadas — é o que se conclui. Não sabem quem somos. Fizemos uma vida juntos, vivemos uma guerra que agora não valorizamos, mas que é um momento de grande tensão psicológica que obriga, que conduz, ao estreitamento de profundas laços de unidade. Seja essa análise feita por um «out-sider» e está votada ao insucesso. Sal a análise muito bem elaborada e provavelmente resultará numa «baccada»... isto com respeito pela pessoa que a fizer...

— E se houver um civil?

— Sou adepto de um presidente civil... em 1984.

— Porquê só nessa altura?

— Porque até lá há um período de enraizamento, de consolidação, de sedimentação do regime. E era bom que isso fosse alcançado com um militar. Com o general Ramalho Eanes. Em 1984 estaremos «maduros».

— Não cre que a Direita «jogue» um pouco no facto de insistir na participação excessiva dos militares na vida política?

— As Forças Armadas foram vitorizadas pelos partidos e ainda hoje aposta-se em alguns militares contra outros militares. Não era portanto admissível que venham agora os partidos a dizer, num gesto de ilusionismo, que, afinal, as Forças Armadas é que não interessam... O próprio CR que tanto se ataca é um órgão de soberania aceite pelos partidos que subscreveram o Pacto. Por todas as razões, o povo português vai votar, num militar.

— E no futuro, que órgão substituirá o Conselho da Revolução?

— Compelirá a Assembleia da República decidir. De facto, se os parlamentares concluírem que o CR deve ser extinto, serão-o. Se concluírem o contrário, o problema será outro e só então deverá ser analisado. Quanto às funções que lhe competem agora — as de órgão de conselho do PR, as de órgão legislador militar, as de «Tribunal Constitucional», creio que terão de ser repartidas. A parte legislativa passará para a Assembleia da República. A parte de conselho do presidente poderá ser transferida para um Conselho de Estado. A parte de tribunal constitucional, que ocorre pela primeira vez em Portugal, através do CR, que dispõe de uma Comissão Constitucional, deverá ser criada em meu entender. A prática neste campo tem sido tola e permite pensar na necessidade de no futuro prosseguir.

— De qualquer forma, teremos uma outra eleição — para a Assembleia da República.

— Será muito importante, determinante mesmo do futuro. Mas está profundamente ligada à eleição presidencial, tal como esta está ligada à eleição. O que é decisivo é que a defesa da Constituição e a competitividade de vários órgãos de soberania — que neste momento está confiada ao CR, tal como o é do «espírito de Abril». E, nessa altura, o papel do presidente da República será decisivo. Essa mais uma razão para apoiar o general Ramalho Eanes.

— Uma última questão, que é também um quase retorno ao princípio da conversa: a Política Externa está a ser objecto de controvérsia.

— É um dos pontos de agenda da próxima reunião do Conselho da Revolução.

— A política seguida pelo actual Governo?

— Não, propriamente. Toda a condução da Política Externa.

— Mas eu preferiria apontar-lhe um caso recente: o ministro dos Negócios Estrangeiros, em Estrasburgo, criticou as «diplomacias paralelas» em Portugal, que teriam desvirtuado a posição portuguesa face aos problemas internacionais e dando uma imagem transfigurada da realidade portuguesa, dos nossos objectivos principais...

— Não gostaria de me pronunciar sobre as afirmações do senhor ministro dos Negócios Estrangeiros, que não conheço em pormenor, mas não deixaria de acentuar que falar-se lá fora, seja quem for, dos nossos problemas internos, e, como se diz em bom português, «lavar roupa suja fora do tanque»... Mas deixe dizer-lhe que nunca houve, antes ou agora, qualquer enviado especial do senhor presidente ao Estrangeiro de que não tenha sido dado conhecimento prévio ao primeiro-ministro e ao próprio titular da pasta dos Negócios Estrangeiros. Já com este Governo, e ainda que a viagem tivesse um carácter particular, o presidente informou o Governo da ida do tenente-coronel Melo Antunes à Jugoslávia. Não há razão para falar disso. Mas creio bem que se está perante mais uma forma de ataque, em várias frentes, ao presidente da República. As coisas são muito claras e ninguém as poderá desmentir.

5-2-80

JIN



# Que este 25 de Abril não se extinga



É do seguinte teor do discurso (integral) do conselheiro Pezarat Correia:

«É para mim uma honra poder estar presente nesta cerimónia em que se comemora o primeiro levantamento militar e popular contra a ditadura que, frustrado aquele, haveria de amodorrar o povo português até que outro movimento militar, seu herdeiro e continuador, a derrubaria na madrugada libertadora do 25 de Abril.

Honra que recebo e homenageio que presto, àquelas que, fiéis aos ideais da república e da democracia, foram os primeiros a baterem-se pela reposição das liberdades, apontando com o seu exemplo o caminho no qual, ao longo de 48 anos, tantos haveriam de tombar por teimar percorrer-lo, até que outros, mais felizes e beneficiando de condições mais propícias, lhe vieram o termo abrindo as portas da liberdade.

Esta oportunidade permite-me também cumprir um dever e satisfazer um desejo. O de, finalmente, poder em público saldar uma dívida, acto cujo simbolismo se vê acrescido por ocorrer perante os poucos sobreviventes da arrancada do 3 de Fevereiro. Estou a referir-me ao sacrifício de todos os que, em tentativas repetidas, foram mantendo vivas as esperanças na democracia e cujo papel, em minha opinião, o 25 de Abril nunca reconheceu suficientemente. Os heróis do 3 de Fevereiro, vítimas do insucesso da sua luta, foram os primeiros sobre quem se abateu a fúria da repressão fascista, depois sistematicamente aperfeiçoada. Como refere o historiador Oliveira Marques, na sua biografia do general Sousa Dias, comandante do movimento, «... os milhares de presos e deportados marcaram o verdadeiro início de uma era de repressão como não havia memória na história portuguesa».

É indispensável que as gerações de hoje, com a generosidade e patriotismo com que se deram ao 25 de Abril vitorioso, tenham mais a humildade e a justiça de reconhecer que o seu próprio movimento e adesão popular não foram fenómenos de geração espontânea, mas o ponto de chegada de uma longa luta de portugueses patriotas, militares e civis, que desde o 3 de Fevereiro de 1927, os precederam na luta antifascista e foram alimentando as contradições do regime e a consciência popular, que explodiria de entusiasmo nas ruas, no 1.º de Maio de 1974, conferindo à revolta do 25 de Abril o conteúdo social que a transformaria na revolução aplaudida e festejada em todo o mundo.

Esses democratas, os ainda vivos e os que ficaram pelo caminho, foram também os artífices da vitória de Abril, marco que é do povo português mas que a

história já chamou a si, elogiando-o com um daqueles que influenciaram decisivamente a sua marcha na década que findou.

Um investigador e jornalista dos nossos dias José Freire Antunes, ao invocar na revista de história, em 1979, o 3 de Fevereiro, chamou-lhe «O primeiro 25 de Abril falhado». Frase feliz e que nada tem de depreciativo, pois foi com o sacrifício de muitos 25 de Abril falhados que se construiu o 25 de Abril vitorioso. Todos anéis da mesma esperança que só terminaria quando realizada.

Seja-me ainda permitido, nesta introdução evocativa, uma nota de sentimentalismo pessoal, mas que se justifica, até porque também está um pouco nas razões da minha presença, hoje e aqui.

Tivasse a vida sido menos cruel e estariam hoje conosco, comemorando o 3 de Fevereiro e a sua vitória 47 anos depois, alguns bons e velhos amigos, combatentes dessa data pelo ideal democrático, entre eles meu pai, e para quem o seu combate valeu a deportação e o exílio. É com orgulho e respeito que registo a influência que o seu exemplo e o dos seus amigos, alguns felizmente ainda aqui presentes e que me habituei a distinguir desde sempre, tiveram na minha formação, determinando sem equívocos a minha opção, de que que tomei clara consciência da realidade que me cercava.

Se a história nos dá a conhecer o passado, para compreendermos o presente e poderemos influenciar o futuro, a evocação do 3 de Fevereiro exige que se vá para além da simples comemoração da efeméride, para que assim se cumpra como data histórica que é.

É no momento actual, em que os ideais do 25 de Abril exigem o empenhamento constante de todos os democratas, não deve deixar-se perder a oportunidade para reforçar o nosso ânimo, com o exemplo daqueles que à mesma causa ofereceram o sacrifício de sua própria liberdade.

Em 28 de Maio de 1926, vítima das contradições e das fraquezas do regime debilitado por divisões entre os democratas que não conseguiram encontrar plataformas de entendimento em torno do essencial, a ordem constitucional republicana fora violada por um golpe militar reaccionário, que iniciaria a que viria a ser a mais longa ditadura da Europa do século XX.

Os objectivos dos revoltosos do 3 de Fevereiro eram o regresso à Constituição democrática, sendo assim eles que se colocavam no campo da legalidade contra o Poder, que o era de facto mas não de direito, porque assentava apenas na detenção da força contra os interesses e direitos dos cidadãos. Intenção bem clara e sem ambiguidades,

como se retira do texto do ultimato enviado a Carnona «...Regresso à normalidade constitucional...», ou da fórmula de rendição do coronel Mendes dos Reis, comandante do movimento em Lisboa, «...combater a ditadura militar, com o único fim de restabelecer a Constituição para bem da República...» como mesmo nas alegações de defesa do general Sousa Dias em tribunal «...reintegrar o país dentro do regime democrático constitucional...».

E porque lhes assistia a razão, o movimento e os revoltosos actuaram animados do ideal humanista que distingue os revolucionários generosos, que levou o engenheiro Cunha Leal, insuspeito pela sua oposição à maioria anterior à ditadura e aliás crítico quanto à oportunidade do movimento do 3 de Fevereiro, a afirmar nas suas memórias que «...um forte núcleo de civis... colaborou no acto revolucionário, sem, ao invés dos meus receios (estou a citar) ter enodado a sua viril acção com criminosos procedimentos de vinditas pessoais...» e mais adiante que, (prossigo a citação) «...Não se verificou um único acto de vileza... durante os 6 dias da Revolução!»

Razão tinham o general Sousa Dias e os revoltosos para identificarem a defesa da Democracia com a Constituição democrática, pois as democracias não existem como conceitos abstractos, a não ser através das suas interpretações pessoais, ao serviço dos interesses egoístas, momentos quando no aproveitamento abusivo e casuístico das liberdades se fundamenta, a manutenção e reforço dos privilégios das minorias poderosas.

A Democracia exige quadros de referência, aceites em liberdade, que a todos obriguem para que todos protejam e que assumem forma política-jurídica na lei fundamental do país. A democracia representativa não concede apenas a delegação do poder, mas também o controlo desse poder pelo povo que o delega, que começa por se materializar através dos preceitos constitucionais que ele próprio definiu e limitou os parâmetros em que se movem, tanto governados como governantes. A violação desses parâmetros é a prevaricação da democracia.

Constitui ensinamento a meditar este, dos revoltosos de 1927, que uma vez derrotados pela descoordenação das acções no Norte e no Sul, viram contra eles abaterem-se as calúnias, as difamações e a violência, física e moral, dos que, carentes de razão, os venceram pela força.

O general Sousa Dias, republicano, democrata, militar íntegro, defensor da subordinação das Forças Armadas ao poder político, que viria a morrer em 1934 deportado em Cabo Verde e só depois do 25 de Abril reintegrado no exército a título pós-

tumo, viu-se acusado de «...da sua farda ter feito farrapo... para satisfação das suas próprias ambições», como pode ler-se no já citado artigo de José Freire Antunes, exactamente por aqueles que — esses sim — viriam a ser os covelros do prestígio do exército ao identificá-lo e pô-lo ao serviço da ditadura que eles próprios impunham.

Estamos hoje mais habilitados a compreender estes fenómenos e constatar com perplexidade como a detenção da força legítima a inversão dos factos e a manipulação das realidades.

Não nos surpreenderá assim que agora, de novo, os neodemocratas ataquem a Constituição em nome da (sua) democracia e, em nome do 25 de Abril que não desejaram, ataquem aqueles que no 25 de Abril se empenharam, enquanto exaltam os falsos valores que o 25 de Abril derrubou.

E assim também encontraremos as respostas para as interrogações e angústias que legitimamente se avolumam, quando em meras cerimónias militares públicas, em que o tom e o sentido das palavras assumem o significado do tilintar das espadas e das vozes de comando, a invocação das virtudes militares é suporte para afirmações que invadem o campo da política, a democracia é pretexto de renúncia ao cumprimento das Leis da República democraticamente aprovadas em sede própria, o que a disciplina se identifica com juízes e insultos à hierarquia e com recomendações ao mais alto comando responsável. Isto a ser verdade o que os órgãos de informação atram para os olhos do leitor atônito e que ganha credibilidade na ausência de desmentidos que se impunham se assim não fosse.

Mais preocupante do que aquilo que por vezes é dito e que nem sempre corresponde sequer à força real que se detém, é a convicção implícita de que «há já condições para certo tipo de altitudes, deslocadas numa democracia que se pretende institucionalizada e em instituições que se pretendem vocacionadas para a servir».

E aqui de novo se impõem os ensinamentos da efeméride que comemoramos. Para que as vicissitudes se não repitam e para que aos democratas, amanhã, não se torne imperativa a luta por um novo 25 de Abril, necessário é que não permitam que este 25 de Abril se extinga.

Para que os democratas não tenham amanhã, como o general Sousa Dias, o coronel Mendes dos Reis, ou os seus camaradas, de bater-se em condições mais desfavoráveis pela reposição da legalidade democrática constitucional, têm de se unir hoje para que essa legalidade não seja derrubada e em seu nome se instale a arbitrariedade que não aceita limites, a discricionariedade que ignora quadros de refe-

nunca é do mais reafirmar essa vontade, compreender o porquê de luta iniciada, recordar a extensão e a dureza do trajecto, assumir-se a razão da vitória e a determinação de a marcar.»

compensam os vencidos. Um primeiro passo falhado não impediu que se chegasse ao termo da jornada. Porque esse primeiro passo já fora movido pela vontade de chegar ao fim. E

traço um grito de alarme mas sim uma afirmação de optimismo. Que trago a estas comemorações as felicitações que se conferem aos vencedores e não as palavras de conforto com que se

rência limitativos, a perseguição que subirá em escalada, a intencionalidade que recusa a contestação. É porque acredito que é possível defender a democracia constitucional, que aqui não

Fundação Cuidar o Futuro

LUCAS PIRES RESPONDE A PEZARAT

# C.R. é apoio táctico das forças que se opõem à A.D.

«A forma como o Conselho da Revolução se vem preocupando com problemas internos da Aliança Democrática dá, pelo menos, a ideia de que perdeu toda a perspectiva de um órgão de soberania nacional, e pretende apenas ser um apoio táctico das forças partidárias que se opõem à AD», declarou a «A Tarde» Francisco Lucas Pires, coordenador geral da Aliança Democrática, a propósito de declarações ontem proferidas no Porto pelo conselheiro da Revolução Pezarat Correia.

Para Pezarat Correia, a AD «teve necessidade de eleger determinados alvos preferenciais sobre os quais vai focar as atenções», talvez para desviar as atenções de problemas «próprios internos». Segundo o conselheiro, «as recentes críticas de individualidades governamentais a membros do Conselho da Revolução integram-se numa política de diversão». Trata-se de «fazer

política negativa», de «seguir uma prática chauvinista», que consiste em «elegger inimigos externos» para operar essa diversão.

Comentando estas declarações, Lucas Pires afirmou-nos que «os problemas internos da AD são mais aqueles com que os nossos adversários se preocupam ou tentam criar do que os que realmente existem». E «aquilo que o sr. conselheiro Pezarat Correia chama inimigos preferenciais da AD foram sempre inimigos preferenciais da AD, no sentido em que o sr. conselheiro utiliza a expressão. Não são, pois, de agora, nem têm a ver com quaisquer problemas internos da AD».

E o dirigente da AD acrescentaria: «Quanto ao facto de o CR ser ou não um objecto de diversão, o problema é com o CR, de saber ou não encontrar um sentido às suas actividades. O

CR, quando, como em recentes declarações de Sousa e Castro, acusa a AD, tal e qual como o fizera Vital Moreira na Assembleia da República, de estar ideologicamente colonizada pelo CDS, dá a entender manifestamente, por sua vez, que é o CR que está ideologicamente colonizado pelo Partido Comunista.

«Quanto à alegada prática chauvinista da AD», afirmou ainda Lucas Pires, «parece muito estranho que os adeptos do internacionalismo e da nova ordem económica internacional pretendam separar tão artificialmente inimigo externo e inimigo interno, sobretudo num caso em que o inimigo externo se serve internamente de agências institucionalizadas de representação».

Pezarat Correia, na mesma ocasião, revelou ter sido indicado ao Presidente da República, o nome de um membro do Conselho da Revolução para as celebrações

comemorações do 25 de Abril, e acrescentou que a respectiva nomeação «depende de um despacho conjunto do Presidente da República e do Primeiro-Ministro».

Anteriormente, ao usar da palavra durante uma sessão evocativa do levantamento militar de 3 de Fevereiro de 1927, Pezarat Correia dirigira «um apelo a todos os democratas em defesa da legalidade democrática constitucional», e criticou os «neodemocratas», que «hoje atacam a Constituição em nome da (sua) democracia, e em nome do 25 de Abril que não desejariam».

Na referida sessão, realizada na Escola Secundária Carlos Cal Brandão, ocuparam a mesa da Presidência, além de alguns sobreviventes do movimento de 1927, o antigo Governador Civil do Porto Cal Brandão, e o reitor da Universidade do Porto, Ruy Luís Gomes.

Fundação Cuidar o Futuro

4 de Fevereiro de 1980

## Hugo Rocha chefe de Gabinete de Amaro da Costa

O tenente-coronel Hugo Rocha assume amanhã as funções de chefe de Gabinete do ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa, soube-se hoje de fonte oficial.

Hugo Rocha nasceu no Funchal e possui o curso de Infantaria da Escola do Exército, onde assentou praça em 1951.

Foi chefe do Estado-Maior da PSP desde 25 de Abril de 1974 até 27 de Julho de 1976, data em que assumiu as funções de subsecretário de Estado da Administração Interna (primeiro Governo constitucional).



Hugo Rocha desempenhou depois as funções de segundo-comandante da Escola Prática de Infantaria (Mafra).



## pode presidir às comemorações do 25 de Abril

O capitão Sousa e Castro pode ser o presidente da comissão responsável pelas comemorações do 25 de Abril. Segundo conseguimos apurar, a sua nomeação estaria nas intenções do Presidente da República, com a aceitação geral dos restantes membros do Conselho da Revolução. O CR reuniu-se hoje devendo este assunto constar da agenda dos trabalhos.

Como se sabe, a referida nomeação constituiu ponto de divergência entre o PR e o Governo. De acordo com certos círculos, o general Ramalho Eanes te-

ria sido claro e firme na sua posição em recente encontro com Sá Carneiro: ou, à semelhança dos anos anteriores, caberia ao PR nomear a personalidade incumbida de presidir à comissão ou ele se desligaria das comemorações, cabendo ao Governo encarregar-se das respectivas tarefas. Nesse sentido o Executivo deveria tomar uma decisão até depois de amanhã, dia 1.

Acerca do assunto contactámos o capitão Sousa e Castro que nos disse estar à disposição do Presidente da República e sentir-se muito honrado no caso de lhe ser atribuída tal missão.



Sousa e Castro: à disposição do PR



O Comércio do Porto 3 DE FEVEREIRO DE 1980

Victor Alves avisa:

31 JANEIRO 1980 O DIA

## “CR tem de ser ouvido sobre todos os assuntos”

O porta-voz do conselho da Revolução, tenente-coronel Vítor Alves, através de uma lógica de raciocínio de pacotilha, chegou ontem à conclusão de que "sobre todos os assuntos da vida nacional o CR é ouvido".

Na presença dos jornalistas e à entrada para mais uma reunião daquele órgão político-militar, Vítor Alves enunciou o seguinte silogismo falacioso: O Presidente da República tem de se pronunciar sobre todos os assuntos da vida nacional; o CR é um órgão consultivo do Chefe do Estado; logo, sobre todos os assuntos da vida nacional o CR é ouvido.

Vítor Alves não esta argumentação para negar afirmações de membros do Governo, segundo os quais o CR nada tem a ver com a política externa portuguesa. Vítor Alves em reforço da sua argumentação aludiu também ao teor do artigo sétimo da Constituição para justificar a acção do CR e citou como mais uma prova da justeza das suas palavras o art. 142º da lei fundamental, cuja letra confere ao órgão de tutela do regime a missão de "garantir o cumprimento da Constituição e a fidelidade ao espírito da revolução portuguesa. Tudo isto justificando a

interferência de uma política externa defendida pelo Governo, embora reafirmasse que "não haverá qualquer conflito na área das suas competências bem desenhadas na Constituição".

Vítor Alves manifestou o seu acordo com as declarações prestadas recentemente por Melo Antunes, garantindo todavia que o seu camarada as pronunciou "a título individual e não em nome do conselho". Daí que Vítor Alves não perceba "como se pretenda envolver o CR neste problema da discussão da política externa portuguesa".



Vítor Alves: perder privilégios custa muito

# A. D. AUSENTE DAS COMUNIDADES

### Fundação Cuidar o Futuro

A Comissão Organizadora do I Congresso das Comunidades Portuguesas reuniu-se ontem com a ausência dos membros do Governo e dos deputados sociais-democratas, democratas-cristãos e populares-monárquicos.

O mesmo aconteceu na anterior reunião, efectuada em Janeiro. O Parlamento analisa o decreto do Governo de Lurdes Pintasilgo que criou a Comissão para organizar o Encontro das Comunidades.

Uma nota deste órgão, manifesta estranheza pelo facto de o Governo, através da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades, ter dado instruções telefónicas e embaladas no sentido de suspenderem a execução de disposições relativas à organização do Congresso.

«A Comissão lamenta que a ideia de um Congresso, que deveria ser precisamente o «congregar» das comunidades portuguesas, esteja a aparentar não ser compreendida pelos membros ausentes» — refere a nota.

No texto, apela-se para o Parlamento «no sentido de serem ultrapassadas eventuais divergências, pois o actual atraso pode fazer prejudicar a realização do Congresso na data prevista», dentro de quatro meses.

A Comissão voltará a reunir-se em 11 do corrente, à tarde.

# «Ao 25 de Abril deve presidir um militar que tenha participado nele activamente»

O capitão Sousa e Castro foi indigitado pelo Conselho da Revolução para presidir às comemorações do 25 de Abril. Esse facto deve-se, conforme o próprio Sousa e Castro disse a A TRIBUNA, a «ainda não estar definido, se as comemorações vão processar-se nos moldes anteriores ou do modo como o Governo entender, caso a sua proposta seja a escolhida».

A nomeação do presidente da comissão organizadora das comemorações do 25 de Abril terá de ser objecto de um despacho conjunto do presidente da República e do primeiro-ministro, o que pressupõe, no entender do capitão Sousa e Castro, «um consenso entre ambos».

De acordo com o nosso interlocutor, «não haverá muitas razões para que o militar escolhido não seja um elemento do 25 de Abril, pois que o facto de se tratar de «um militar que participou activamente» naquela data, que marcou um rumo no

vo na sociedade e política portuguesas, será um aval, como Sousa e Castro deixou depreender pelas suas palavras, da importância que o acontecimento histórico suscita.

O indigitado responsável das comemorações do 25 de Abril afirmou-nos que a comissão, que poderá vir a dirigir, «terá de ser nomeada muito em breve, competindo ao presidente dar sugestões para a sua constituição».

Sousa e Castro disse também que, relativamente a essa comissão, «não há muito por onde escolher», recaindo as atenções sobre personalidades pertencentes «a departamentos governamentais que possam acionar as manifestações que vierem a ser realizadas».

«Cinco mil contos — um mínimo»

O capitão Sousa e Castro recordou a sua participação, nas funções para que foi agora indigitado, nas comemorações do 25 de Abril de 1978,

então subordinadas ao tema: «Defesa da Democracia em Liberdade».

O programa abrangeu cerimónias oficiais e outras de índole cultural, desportivo e popular, como foi o caso de uma manifestação que reuniu, no Terreiro do Paço, milhares de pessoas que quiseram comemorar a data que marcou a separação entre duas Repúblicas.

Nessa altura, «as comemorações contaram com um orçamento de 5 mil contos», o que para Sousa e Castro é o mínimo exigível para o tipo de manifestações que o 25 de Abril encerra.

«Seja o presidente mi-



Sousa e Castro é da opinião que, nas comemorações do 25 de Abril, «seja o presidente militar ou civil, tem de haver dinheiro».

litar ou civil, tem de haver dinheiro», salientou aquele conselheiro da Revolução que invocou igualmente «razões políticas», determinantes da conduta do Governo, que se encontra empenhado num processo de contenção de despesas.

Solicitado para definir tais «razões», o capitão Sousa e Castro considerou que elas se fundamentavam no possível afastamento da presidência da comissão de «um militar que tivesse participado activamente no 25 de Abril».

## Fundação Cuidar o Futuro



### 25 de Abril: Sousa e Castro organiza em Santarém

O PRESIDENTE da República terá já formalizado a nomeação de Sousa e Castro para presidir à comissão organizadora das comemorações do 25 de Abril, comemorações que terão lugar em Santarém, com a participação dos mais destacados elementos da hierarquia militar.

Por se tratar de uma cerimónia de carácter essencialmente militar, a Lei atribui competência para nomear a comissão organizadora ao Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução.

Na última reunião do Conselho da Revolução, Eanes obteve a concordância necessária para a nomeação de Sousa e Castro. As únicas reticências teriam sido colocadas por Lemos Ferreira (acompanhado, segundo alguns rumores, por Ribeiro Cardoso). Por outro lado, foi notado o apoio de Canto e Castro (que se vem ligando nos últimos tempos ao Presidente) e de Almeida e Costa à proposta do Chefe de Estado.

### Vitor Alves telexa — funções confirmadas

O TENENTE-CORONEL Vitor Alves, que tem presidido à Comissão Organizadora do "Dia de Portugal e das Comunidades", enviou a diversas embaixadas portuguesas um telex, em que chama a atenção para o facto de se manter em funções.

Vitor Alves terá tomado essa posição face à dúvidas surgidas nalgumas embaixadas em função da disposição do Governo de rever a actual estrutura encarregada da preparação das comemorações.

## CONGRESSO DAS COMUNIDADES

Os meios militares das relações do tenente-coronel Vitor Alves negam que as «faíscas» surgidas com a realização do Congresso das Comunidades revistam o carácter de «polarização de conflito entre o Governo e o Conselho da Revolução». Aqueles meios salientam, em abono da sua afirmação, o facto de Vitor Alves não participar na referida organização, de que é presidente, na qualidade de conselheiro da Revolução mas como simples cidadão.

Por outro lado, foi ainda salientado que, apesar das ausências de membros do Governo e dos partidos da AD na reunião realizada há dias com a presença de Vitor Alves, estiveram contudo presentes a Obra Católica das Migrações e um representante da Assembleia Regional da Madeira.

Estas precisões foram adiantadas a propósito de um artigo publicado na nossa edição de terça-feira em que se afirmava que «já se fala em medida de força entre o Conselho da Revolução e o Presidente da República, por um lado, e o Executivo, do outro».

Entretanto, a verba mencionada para o Orçamento da secretaria de Estado da Emigração — 80 mil contos — refere-se realmente ao montante proposto, uma vez que ainda não foi aprovado o OGE deste ano.

EXPRESSO 2.FGV

ENTREVISTA

# SOUSA E CASTRO REAÇÃO

Fundação Cuidar o Futuro

Sousa e Castro, 36 anos, capitão do Exército, conselheiro da Revolução. Quatro anos depois, o repórter volta a entrevistá-lo. Sem qualquer compromisso mútuo ou outro propósito definido, que não fosse o da pertinência em ouvir uma individualidade que, pese embora a controvérsia que possa provocar, assume a responsabilidade das opiniões expressas.

Incapaz — como ele faz questão de dizer — de derrapar na areia, solicitado pelo jornalista a quebrar um silêncio que a si próprio impusera entendeu ser, agora, o momento azado para não se calar mais e reagir.



## Entrevista conduzida por COSTA CARVALHO

— Há cinco anos, precisamente, o sr. capitão conspirava. O MFA era uma realidade. Então, o povo não sabia disso, mas a todo o momento aguardava a «chegada de um qualquer D. Sebastião». A «manhã de nevoeiro» digamos que foi o 16 de Março. Era a ponta do «iceberg». O sr. capitão, entretanto, estava altamente comprometido com os futuros «revoltosos». A tal ponto, que a sua actuação, na madrugada de 25 de Abril de 1974, teve uma influência decisiva. Independentemente das razões «administrativas» que também pudessem assistir no MFA, nessa época qual era a sua motivação ideológica para uma revolta?

— Começaria por lhe dizer que, desde Abril de 1974, quase todos os intervenientes no Movimento Militar que derrubou a ditadura têm do seu empenhamento a ideia de que ele foi decisivo e determinante. Alguns desses elementos escrevem volumosos livros ou abundantes depoimentos, em que se colocam no centro dos acontecimentos e fazem deliberadamente a apologia, muitas vezes exagerada, da sua actuação. Dir-lhe-ei quanto a essa questão, que o meu modesto contributo para o 25 de Abril teve como motivação

— A quase seis anos da revolução de Abril, poder-se-á afirmar que os objectivos políticos inspirados nos «ideais de Abril», isto é, o direito às liberdades fundamentais e a possibilidade de o Povo Português escolher livremente o seu destino em cada momento, foram alcançados. Outro tanto não se poderá dizer dos objectivos económico-sociais subjacentes às intenções dos capitães de Abril, isto é, a realização de uma política de desenvolvimento que garantisse uma melhor distribuição de rendimentos, o direito à instrução geral e gratuita, o direito ao trabalho e à justa remuneração, o direito a uma casa decente para cada família, o direito à saúde e à prestação de cuidados médicos e medicamentosos gratuitos; e outros direitos de natureza económica e social infelizmente ainda não foram realizados. E que as forças político-partidárias não foram capazes até agora de se unirem no essencial e garantirem efectivamente esses direitos à generalidade do Povo Português.

— Disse Pessoa que o homem sonha, Deus quer e a obra nasce. Por que fenómenos passou a Revolução, a que acuturas esteve vinculada, para que alguns se queixem,

tantos capitalistas, que serviram de sustentáculo ao regime de Salazar e Caetano, passar com o seu «Jaguars» junto à porta de armas da Cova da Moura e oferecer cravos vermelhos à sentinela, considerei tais cravos vermelhos como um estigma «estranho ao serviço». Sim, porque os cravos vermelhos nas mãos do povo humilde e trabalhador que é a maioria dos portugueses foram de facto a festa da Liberdade e da Esperança.

— Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, atendendo à brandura de costumes da nossa gente, que as «sapatas», as voltas de vento e de mar, quando bruscas, representam um perigo julgado de morte. Malefícios do diabo — diz-se. Dinho é figurativamente vermelho, vermelho é comunismo, comunismo é uma realidade portuguesa. No entanto, os Capitães de Abril quase não se importaram com

o apelo dos comunistas e jogaram forte numa mudança, numa radicalização de estruturas mais mentais do que sociais. O sr. capitão apadrinhou, em algum dia, o comunismo como elemento actuante, foi filocomunista, ou, tão-somente, um liberal tolerante, um elemento estranho na engrenagem tentacular que terá subvertido os autênticos ideais de Abril?

— Em primeiro lugar, é preciso não esquecer e é necessário lembrar que os ditadores do passado e os candidatos a ditadores do presente sempre existiram e os que se lhe opõem como comunistas ou filocomunistas. Esta questão tem até uma candente actualidade. Basta olharmos e ouvirmos as forças direitistas, desde a extrema-direita parlamentar até a alguns elementos proeminentes da nova classe política identificada com a AD e dos seus apoios eleitorais, onde sobressaem, infelizmente, inúmeros membros da Hierarquia Católica, para verificarmos que eles tentam confundir os espíritos catalogando deliberadamente de comunistas ou filocomunistas todos os cidadãos que saem da sua concepção conservadora, e muitas vezes retrógrada, da sociedade, da organização política dessa sociedade e da convivência entre os homens. Por isso lhe direi que me considero um homem de Esquerda, não comunista, que não hesitou em circunstâncias adversas em opor-se à escalada antidemocrática de forças de extrema-esquerda, como não hesita em reconhecer o papel histórico dos comunistas no combate ao fascismo e a necessidade da existência dum Partido Comunista que devia, porém, quanto a mim, assumir uma atitude de clara independência em relação à

**«ESTOU CONVICTO QUE O CR CUMPRIRÁ O SEU MANDATO CONSTITUCIONAL ATÉ AO FIM, SEM TIBIEZAS E COM MUITA FIRMEZA, DENTRO DOS LIMITES DA SUA COMPETÊNCIA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL»**

principal, o pretender colaborar, ainda que com o sacrifício inerente a uma actividade conspiratória que comportava alguns riscos, na conquista da Liberdade Política para o Povo Português em geral e dos direitos humanos para cada português em particular.

— E a revolta fez-se e foi bem sucedida. Isto em termos de estratégia e tática militares. Ou não foi? Houve falhas de última hora, «abstenções», imprevistos, traidores do meio? Suponhamos que nada disso aconteceu, ou, se aconteceu, os mortos que enterrem os mortos. Pensando nos ideais de Abril/74 e no País/80 germinado na Revolução, que afinidades ou dessemelhanças encontra, a cinco anos de vista?

amargamente, de que o 25 de Abril não se consiga ver ao seu próprio espelho? Esse «embaciamento» não terá surgido do simples facto de, a exemplo de outras revoluções, os cravos vermelhos terem surgido logo no primeiro dia como um estigma «estranho ao serviço»?

— Se considera a expressão «cravos vermelhos» como símbolo da Esperança, da Alegria e da Fraternidade, penso que apareceram no momento oportuno. Se considera ao invés, tal expressão, como símbolo do oportunismo, da demagogia, da incompetência e dos vira-casacas, dir-lhe-ei que tem razão. Um exemplo apenas: quando, passados dois dias do 25 de Abril, vi um dos mais impor-

URSS e de menor ortodoxia em relação aos fundamentos teóricos da sua «praxis» política.

— Dir-me-á que o catolicismo é o caso mais flagrante do antinacionalismo autêntico, genuíno, pois não nasceu em cada nação, antes foi uma doutrina importada à escala mundial e exportada da Judéia. Logo, não haveria razão para, em

confrontação entre catolicismo e marxismo.

— Depois de talo isso, não paradoxalmente a tais acontecimentos, V. Ex.ª entra num novo processo revolucionário, dá nome ao Grupo dos Nove, «liga-se» para o Norte, movimenta-se no sentido de acabar com um consulado e impede a formação congénua de uma «treika». Porque era e continuava a ser inimigo declarado das ditaduras ou porque se queria abater mais da escala do poder?

— A minha resposta à sua primeira pergunta adequa-se também a esta. De qualquer forma havia no chamado «verão quente» de 76 uma situação objectivamente atentória da Democracia Pluralista e da Liberdade. Contra ela lutei, e não o fiz com qualquer ideia de ser compensado ou recompensado. Penso poder afirmar tal.

— Não queria, pois, o poder, e muito menos mobilizar a cavalegadura que lhe passasse à porta com essa oferta no tombo. No entanto, sabe-se que nunca perdeu o espírito de combatividade que, diz-se, terá sido aproveitado a preceito, porque à experiência do tenente-coronel Meão Antunes de muito serviria um emocional também da palavra O gr. capitão foi e é um melancólico por ideologia científica, por conveniência de subordinação a uma política forte dentro do CR, ou simplesmente por galopismo?

— Começa por lhe dizer que ainda hoje não descorrirei

plamente na ONU!!! Tudo isto para afirmar que, não reconhecendo eu o «melancolismo» como uma teoria política, como um estado de espírito, ou como uma realidade ou projecto de vida, não posso por razões óbvias ser melancolista...

— Sempre imaginado, pela opinião pública e pelo público (jornalistas) da opinião, na ala esquerda do CR, há, naturalmente, quem, neste momento e neste país de 1980, lhe pretenda assucar uma quota parte de responsabilidade naquilo que ontem pôde ser visto como bom e, hoje, se apresenta como retintamente mau. A sua consciência acusa-o de ter traído o povo, o país, e de ter posto acima do bem comum interesses subjectivos ou de índole meramente bipartidários?

— Assumindo, como sempre entendi fazê-lo, as responsabilidades que em cada caso e em cada momento julgo caberem-me, penso que se de algo a minha consciência me acusa é de não ter sido capaz de lutar e trabalhar com mais eficiência, competência e vontade para aquilo em que acredito, isto é, uma sociedade livre, justa e fraterna, onde não haja injustiças gritantes e cada homem se realize plenamente.

— Insinua-se, ou insinuou-se em devido tempo, que havia razões pessoais para a «benevolência» exibida por V. Ex.ª no caso concreto dos ex-pólos. Nessa processo, terá afrontado aqueles que precontam e

«A COLIGAÇÃO AD É UMA FORMA HÁBIL E COERENTE DE O CDS ASSUMIR A HEGEMONIA DA CONDUÇÃO POLITICA DO EXECUTIVO E DO PROJECTO DE TODA A DIREITA PORTUGUESA»

termos políticos, as pessoas se afrontarem com o materialismo, e muito menos com a sua absorção. No entanto, o que se passou, concretamente, na Assembleia de Póvos, de 6 de Setembro de 1975? Que desígnios presidiram ao 11 de Março? Que código ideológico e deontológico, em termos de consideração pátria assistiu à implantação do CR?

— O catolicismo é, no plano civilizacional, um dos casos mais espantosos e desconcertantes da «praxis» da civilização ocidental no âmbito da personalidade do Homem. Para é que a Hierarquia que controla tão impressionante fenómeno ideológico e religioso esteja numa fase acelerada de angústia e não se abra ao mundo e à realidade actual, apesar dos esforços de alguns papas, com particular relevo para João XXIII. Por sua vez, o marxismo é uma tese filosófica de valor incalculável e que marca uma etapa do pensamento humano. Para mim, o catolicismo, o verdadeiro catolicismo, comporta também esta aquisição enorme para o conhecimento humano que foi a obra de Karl Marx. Se não erigirmos o primeiro em Tribunal Inquisitorial do pretensso dogma que é o Marxismo, não nos confrontaremos. A confrontação existe sim no Evangelho. Está lá escrita e proclamada. É entre os pobres e os ricos, dos dominadores e subjugados, os poderosos e os humildes. É a dialéctica permanente entre o sentido profundo da palavra de Cristo e o uso que dele fazem os fariseus da actualidade. Não devemos, quanto a mim, reduzir os momentos mais críticos por que passou a sociedade portuguesa no pós 25 de Abril até à Institucionalização da Democracia a uma

«NÃO VOU SUBIR A ESCALADA DO CINISMO DAQUELES QUE NEM A PRÓPRIA FAMILIA RESPEITAM E SE ARVORAM NOS SEUS EXTREMOS DEFENSORES»

o significado exacto do que chamam «melancolismo». Se é uma teoria, que a enunciem, se é um estado de espírito, que o denunciem, se é uma realidade que a demonstrem, se é um grupo que o identifique!!! Mas, se para a Direita, tal existe, com substância suficiente para não ser apenas o espantinho de que ela se serve para justificar os seus sucessos ou mais actualidade as suas incapacidades, que dizer do facto de não terem deixado o Ten-Cor. Meão Antunes, logo o líder «melancolista», logo o adverso, logo o homem a abater, exilar-se política e fisicamente num cargo no estrangeiro, mais pro-

princípio do olho por olho e dente por dente. Tratou-se de uma sincera defesa dos direitos do homem ou de uma satisfação de compromisso humano?

— Nos casos dos processos da ex-pólos/DGS, pude actuar com autonomia e responsabilidade e por conseguinte impor os meus pontos de vista quanto à justiça que devia ser adoptada. Passados cinco anos, os factos dão-me razão. E se, pontualmente, críticas justas podem ser feitas, inclusive à acção de um ou outro tribunal ou juiz, no geral a justiça que se devia exercer tem sido feita.

(Continua na pág. seguinte)



(Continuação da pág. anterior)

ta de modo equitativo, apenas com um tremendo defeito: a morosidade. Aqueles que não suportavam a imposição de uma justiça serena e democrática para os ex-polis, refugiaram-se em insinuações que pretendiam justificar a minha actuação da benevolente ou até injusta. Ainda hoje espero que possam das insinuações à denúncia dos factos. Só depois terão a minha resposta...

— Será caso para lhe perguntar, frontalmente: é um homem religioso? Que é para si a família? Entre o termo concreto homem e o abstracto humanidade por qual opta? Onde é quando falhou a Revolução não em termos da religião-trabalhador, tão encarecida e explorada, mas apenas do homem-homem sem outros títulos e brasões que não fossem os dessa condição humilde e desprezada, do homem que envelhece sem fazer anos, lutando por uma melhoria de vida, de habitação, de alimentação, de educação, de assistência social mais para os seus do que propriamente para ele, pelicano que rasga as suas próprias entranhas para alimentar as suas famílias que mais não são do que a sua família?

— A minha formação de base é cristã. Mas a palavra de Cristo para mim é Redentora, não pode por isso ser utilizada para conservar ou reacquirir privilégios e situações injustas. É Redentora, portanto, no sentido escatológico e no sentido do real vivido e a viver. A Redenção faz-se também na Terra, na luta pela justiça concreta, pela igualdade concreta pela solidariedade concreta. Quanto à Família dir-lhe-ia, que tenho dela o conceito do comum dos portugueses. Não vou por isso subir a escadela do cinismo daqueles que nem a própria família respeitam e se arvoram nos seus extremos defensores. É claro que a Revolução falhou na abordagem do homem concreto, como vai falhar a tão proclamada mudança... E isto porque, só quando aqueles que necessitam quer

da Revolução, quer da mudança, as pudésem controlar e dirigir politicamente é que a sociedade se transformará. Enquanto uma maioria (a maioria) de deserdados e (des)esperançados, fizeram «delegação» de poder político através do voto (falda que livre e democrática) em elites oportunistas e decadentes, a questão política permanecerá de pé e o Regime Democrático ameaçado. Se a descentralização do Poder e a sua Democratisação não for aceiteada, perdida a esperança (quase me atrevia a dizer que já está) na recentemente anunciada mudança, o descontento será ainda maior e o Regime Democrático tal como se apresentara verá os seus frágeis fundamentos abalados...

Por isso é que, quanto a mim chegou a hora para aqueles que disseram querer refor-

gência, umas declarações de outros conselheiros motivaram e ao pedido de exoneração do cargo. Por cansaço da luta, por se sentir profunda e imerecidamente culpado de uma falta inexistente? Ou, como se disse, então, por pretender demarcar-se de certa corrente ideológica do CR, pensando em termos de futuro militar, a partir do momento em que o CR teria pouco mais de um ano de vida?

«Deixei o lugar de porta-voz por divergências que foram esclarecidas publicamente, com dois membros do C.R. Entendi então, como entendo agora, que cada um deve assumir as suas responsabilidades. Em, neste caso concreto, assumi as minhas. Gostaria agora de lhe falar sobre a situação material dos membros do CR. Acredito que, será mais um glamar do discurso a que, os profissionais da salina foram ouvidos de mercedor ao que

O TEMPO CONFIRMARÁ QUE A EXISTENCIA DO CR E A SUA ACCÃO FOI IMPORTANTE PARA O CONJUNTO DOS MILITARES DO QP»

ma" o Regime Democrático. Devem responder antes que seja tarde, se essas reformas têm a apresentação do Poder e do Estado, a redução Parlamentarismo e a reconstituição do Poder económico e financeiro da meia dúzia de famílias que dominavam o País em 1973, ou não? Devem responder se o seu projecto é o maior poder possível às Autarquias e às Comunidades de Base, ou não? Devem definir o sentido profundo da nova Lei Eleitoral ou apadrinhar a sua nova concepção caciquista. Devem adoptar o referendo como instrumento de aferição duma política ou como plataforma para o golpe institucional?

— O homem, dizem uns, é um animal político. Voltemos, pois, à política que é o não ser homem, mas o homem-massa. Foi, durante bastante tempo, porta-voz do CR. Uma diver-

vou dizer. No entanto, a realidade é que os membros do CR auferem como vencimentos, apenas o soldo correspondente às suas patentes. Têm, sem uma vitória do Estado que um oportuno debate por C.R. é extremamente razoável. Recõem, ainda, nove mil escudos de despesas de representação, e que, obviamente, não chega para ocorrer às despesas de representação de elementos que integram um órgão de soberania. Há membros do C.R. que têm dificuldades financeiras, enquanto tais, e que não as teriam se acaso estivessem num quartel com as obrigações inerentes à sua actividade profissional específica. Esta é a verdade.

— Diz-se que o CR terá funcionado, continuará a funcionar como elemento de obstrução a este Governo, espalhando-se em termos de imobilismo a um texto constitucional cuja caducidade poderá estar por meses. Será que o Poder Executivo só tem razões

Fundação Cuidar o Futuro





# SOUSA E CASTRO

«CHEGOU A HORA  
PARA AQUELES  
QUE DISSERAM  
QUERER REFORMAR  
O REGIME  
DEMOCRÁTICO»

d' queixa do CR e nenhuma culpa no mau relacionamento que entre os dois órgãos possa existir?

«Elementos proeminentes do actual poder Executivo e das formações político-partidárias que o apoiam têm-se, referdo publicamente em relação ao CR, e seus membros de uma forma agressiva, irresponsável, demagógica e desajustada. O actual Governo, enquanto tal, não tem hostilizado o CR, e não se poder falar de confrontação entre os dois órgãos de soberania. Por outro lado, a acção do C.R., desde que cingida às suas competências constitucionais não pode ser considerada objectiva ou subjectivamente como obstrução ao actual Governo. Entende, todavia, que os membros do CR, têm o direito de se defenderem publicamente, utilizando todos os meios ao seu alcance, das contumazes calúnias e costumes dichotos que os elementos mais radicais identificam, com a coligação liberal conservadora no poder lhe dirigem.»

— Com maior incidência e até precisão, nem só os dirigentes da maioria AD têm

desferido ataques e críticas ao PR. Entende essa falta de apoio publicamente, anunciada já como retirada de confiança, em termos de «Fim de Mundo» ou ao Homem, na sua tripla função de Presidente-militar, Presidente do CR — militar e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas?

«Os ataques generalizados e concentrados que as forças opoiantes da coligação liberal conservadora no Poder têm dirigido ao Presidente da República resultam directamente da sua recusa — numa linha de actuação firme, coerente, e apartidária —, em apadrinhar tal coligação após a demissão do Professor Mota Pinto, nomeando um Primeiro-Ministro do seu agrado. Enfim, tais ataques visam os seguintes objectivos:

— desacreditar a acção coerente, corajosa e patriótica do Presidente da República;

- desestabilizar as Forças Armadas, dividindo-as com vista ao aparecimento de um novo candidato militar às próximas eleições presidenciais;
- transferir para o confronto ideológico-institucional que está a forçar com o Presidente da República, as justificações da incapacidade já demonstrada na equação e resolução dos problemas mais graves que afectam a comunidade nacional.

Para isso a coligação liberal-conservadora no Poder, irá exercer (já começou a exercer) um controlo mais ou menos rígido dos meios de comunicação estatizados após colocado inequivocamente ao seu serviço a quase totalidade da Imprensa escrita que pertence a grupos económicos e a Emissora Católica — Rádio Renascença.

Pensa, assim, controlar as consciências e impor uma subtil censura à circulação e debate de ideias no seio da Comunidade Nacional. É importante no entanto refer o facto incontroverso de que a coligação AD é uma forma hábil

e coerente de o CDS assumir a hegemonia da condução política do Executivo e do projecto de toda a Direita Portuguesa. Os factos estão à vista e demonstram-no cada dia que passa. Esta é aliás a razão justificativa da virulência e muitas vezes do despropósito dos ataques dirigidos ao Presidente da República que, como é óbvio, tem demonstrado pela sua acção política uma larga convergência com a zona da social-democracia, numa larga convergência com a zona da social-democracia.

— Será que o fosso que os políticos pretendem cavar entre os civis e os militares não terá uma contrapartida de levantamento de d que entre os militares e o Poder civil por parte do CR?

«Julgo que apenas os políticos da Direita demonstraram até hoje a vontade de cavar um fosso (separação intransponível) entre civis e militares, criando um clima emocional propício, à desculpabiliza-



ção das suas incapacidades em resolverem os problemas fundamentais do Povo Português.

— De que modo a nomeação de um ministro da Defesa civil poderá ter funcionado como um aviso prévio de dispensa dos serviços dos militares com a sua consequente guetitização ou confinamento?

Quando se proclamava que, vencia a fase de transição, os militares da livre vontade regressariam aos quartéis, isso implicava uma total renúncia ao controlo da Democracia, ou apenas um gesto de boa vontade e de desprendimento pelo Poder?

«A nomeação dum Ministro da Defesa civil resulta em linha directa, do desentendimento que as atitudes tomadas pela coligação no Poder provocou com o actual Presidente da República e não do desejo de dar qualquer sinal de mudança em relação à questão da Defesa Nacional. Aliás, a personalidade escolhida, aparece aos observadores mais atentos, pelas suas características quer pessoais, quer políticas, como uma solução de recurso a como resultado duma dura negociação no seio da coligação liberal-conservadora pela partilha do Poder. Actualmente, o cargo de Ministro da Defesa só se justifica no caso de ser ocupado por um militar. A ser um civil, como ora acontece, a designação deveria ser de ministro ou secretário de Estado para a Protecção Civil»

— O facto é que, pelas leis que regem a Revolução de Abril, e por força dos pactos voluntariamente assinados pelos partidos que agora mais podem criticar a existência (então, aplaudida) do CR, os militares que compõem este Órgão de Soberania são acusados de estarem isolados em re-

«O tempo confirmará que a existência do CR e a sua acção foi importante para o conjunto dos militares do QP. A forma acintosa e caluniosa com que largos sectores, apoiantes da actual coligação, se exprimem através dos meios de comunicação social e por outras vias, em relação aos militares, faz crer que, logo que extinto o CR, a Instituição Militar ficará politicamente indefesa perante um poder civil que tenderá a transferir para os militares todas as suas incapacidades. Sem a existência do CR, os militares teriam já uma situação económica mais difícil do que a actual. A pergunta é simples: quem, no Parlamento defende, rá o tratamento adequado, da realidade específica que é a profissão militar? Um ministro da Defesa civil? Os partidos políticos? O ministro das Finanças? Quando os militares se derem conta, que também neste aspecto a demagogia da direita os levará a um caminho sem regresso, creio que a justiça será feita aos membros do Conselho da Revolução».

— Será maniqueísmo pensar-se e dizer-se que, no CR, há duas frentes? Isto é, que há os «maus» — os que são dos «outros» — e os «bons» — os que são «nossos»? Em que medida os partidos terão contribuído, e também os «mass-média», para essa ideia generalizada? Será o «caso» de uma Direita «dispositiva», dentro do CR, de «formadores» que possibilitem um relativo equilíbrio de forças, ou, pelo contrário, tendam a favorecer no tempo e no modo mais esta do que aquela corrente ideológica?

«A composição do CR não é

Todavia é impossível evitar a formação de cabalas que deturpam aquela realidade. Alguns sectores da informação fabricam notícias e tentam dar uma imagem falsa do que se passa no seio do CR. Este por sua vez não possui qualquer meio de comunicação social ao seu dispor, e apenas poderia travar uma luta inglória de «desmentidos ao abrigo do direito de resposta» por enquanto ainda consignado na Lei de Imprensa, mas sem os resultados que se conhecemos.

— Sem dúvida que o CR irá cumprir o seu mandato constitucional até ao seu termo. E vai fazê-lo como? Com tibiezas, com ajustamentos às circunstâncias, ou actuando numa permanente «antipatia» por um Poder civil declaradamente hostil? E até que ponto poderá o Executivo desligar-se do CR e dar de ombros às suas determinações? Se isso sucedesse não já por palavras mas por obras, qual seria a posição do CR e que medidas poderiam estar ao seu alcance para fazer respeitar as suas competências? A proclamação do descrédito civil e o convencimento dos políticos de que faltará apoio militar ao CR não poderia constituir um autêntico «desarmamento» não só do Órgão em si como de cada conselheiro em particular e especialmente do próprio Presidente da República, como Chefe Supremo da Nação e das Forças Armadas?

«Estou convicto que o Conselho da Revolução cumprirá o seu mandato constitucional até ao fim. Sem tibiezas e com muita firmeza dentro dos limites da sua competência jurídico-constitucional. Não pode por conseguinte, em meu entender, qualquer Executivo — até hoje tal não aconteceu com cinco governos constitucionais —, assacar ao CR, quando no exercício legítimo das suas atribuições constitucionais, as culpas da sua governação ou des-governação. Tal atitude deverá ser denunciada por todos os meios legítimos e não deverá demover o Conselho do cumprimento da sua missão. A legitimidade da actuação do CR não está no apoio ou desapoio militar que cada um subjectivamente lhe atribuiu. A generalidade dos elementos que integram as FA's (oficiais, sargentos e soldados) são legalistas e constitucionalistas, logo o apoio objectivo dos militares ao seu CR, enquanto este actuar no quadro das suas competências constitucionais, é massivo».

— Por fim, será correcto dizer-se que, como quando aconteceu com a Lei da Amnistia e virá sucedendo nas promoções de militares, há uma confrontação aberta com estes e sobre-

tudo com a hierarquia, quer por menos atenção pelas suas competências, quer por menos consideração do que possa ser submetido à aprovação do CR e que este seabe por rejeitar, independentemente da insistência que se faça, por exemplo, na indigitação desta ou daquela nomeação, desta ou daquela sugestão ou decisão? Até que ponto os interesses pessoais de conselheiros (e também profissionais) terão pesado em deliberações recebidas com menos agrado em determinadas áreas das Forças Armadas sobretudo naquelas que defendem a tese de o CR não ser um órgão democrático, porque não nasceu de um plebiscito, mas antes de uma repartição de despojos entre os mais disponíveis ou oportunistas?

«A velha questão levantada pela Direita de que o CR, não é um órgão eleito parece-me



ser caricata. A pergunta que eu faço é esta: está a Direita, actualmente no poder, disposta a propor eleições democráticas nas Forças Armadas, não só para o CR, mas também para os comandos mais importantes, como de resto já se fez em algumas épocas da nossa História Militar? Ora toda a gente sabe que a Direita, age, no campo militar, no sentido inverso ao referido. Age pela centralização excessiva do comando pelo culto da personalidade do chefe (nem que o chefe seja um médico ou um escroque), pela fuga ao diálogo com os comandados, pelo escamoteamento das informações através dos canais de comando até aos escalões mais baixos, pelo culto do militarismo e do chauvinismo, pela subserviência às potências e comandos estrangeiros. O sonho da Direita era atribuir o comando das Forças Armadas a um novo conde de Lippe, a um novo Beresford — ou a um seu qualquer títule «made in Portugal». Acredito que o CR, enquanto existir, não lho consentirá.

FIM

## «A ACÇÃO DO CR, DESDE QUE CINGIDA ÀS SUAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS NÃO PODE SER CONSIDERADA (OBJECTIVA OU SUBJECTIVAMENTE) COMO OBSTRUÇÃO AO ACTUAL GOVERNO»

lação às Forças Armadas e marginalizados por estas. Os conselheiros, na sua maior parte e por razões de sinal contrário político, deviam ser, senão proscritos, pelo menos segregados. Porque é a mim e a mim sobre si o CR todo um acervo de depreciações que levam a pensar que, ao contrário do que se diz, os males deste País vêm ainda mais do CR do que dos órgãos de comunicação social?

politicamente homogénea no sentido da uniformidade ou da unicidade. Não poderia nem de-vera sê-lo. Felizmente, cada membro do CR — talvez por ser uma formação militar antes de tudo —, actua de forma independente e franca. As opiniões no interior do CR são mais livres, com certeza que em qualquer outro órgão de soberania. Não há questões de natureza partidária, de grupo, ou até pessoal que impeçam o diálogo franco, leal e aberto.

# “Terceiro-mundismo é capa de defesa do pró-sovietismo”

• “Lamentáveis as declarações de Melo Antunes”

O Governo português entende que “o momento internacional actual é de crítica à União Soviética e não àqueles que a condenam” — afirmou ontem Freitas do Amaral à chegada de Estrasburgo, onde esteve durante três dias para apresentar no Parlamento Europeu o relatório do comité de ministros do Conselho da Europa. O ministro dos negócios estrangeiros e vice-ministro português, referindo-se às intempestivas declarações produzidas por Melo Antunes, considerou-as “estranhas” e “lamentáveis”. Desta maneira, Freitas do Amaral apontou não ser da competência do Conselho da Revolução ou dos seus membros “pronunciar-se publicamente” sobre a política externa portuguesa.

“O Governo não abdica do seu direito de conduzi-la como entender mais conveniente aos interesses nacionais e dentro do programa aprovado no Parlamento” — acrescentou o vice-primeiro-ministro, ao lembrar que quase todos os países islâmicos “críticaram severamente” a Rússia nos casos do Afeganistão e de Sakharov. E perguntou “se temos entre nós personalidades mais terceiro-mundistas do que os próprios países do Terceiro Mundo”. Recordando os exemplos de países comunistas como a China, Roménia e Jugoslávia, que se pronunciaram contra “as atitudes condenáveis da URSS”, Freitas do Amaral pôs em questão se “o terceiro-mundismo é afinal capa da defesa do pró-sovietismo”.

Para Freitas do Amaral, o Governo não deseja de modo nenhum regressar à guerra-fria. Contudo, entende que a détente “não pode ser um movimento unilateral”, devendo “acabar o conceito pró-soviético” da mesma, segundo o qual “é ao Ocidente que cabe sempre recuar e à URSS avançar sempre mesmo com violação do direito inter-

nacional”. Reafirmando claramente uma política externa pró-europeia e pró-ocidental, Freitas do Amaral acrescentou que se ela “é motivo de escândalo para alguns em Portugal, então isso vem demonstrar que ela estava a ser utilizada até aqui, ilegítimamente, por alguns, contra os interesses de Portugal e do mundo ocidental e a favor dos interesses soviéticos”. Para aquele membro do Executivo, “se isso era assim ou alguma vez foi”, tal “não volta a acontecer”.

Nas declarações à Imprensa, no aeroporto da Portela, Freitas do Amaral rejeitou formalmente as acusações marxistas ao Governo sobre o caso de Lurdes Pintassilgo e “a má fé da sua avaliação, mesmo relativa, ao caso de Sakharov”. Para o responsável da pasta dos Negócios do Estrangeiro, o caso de Sakharov “é suficientemente sério e dramático” para sobre ele “se fizerem especulações desviadas e distorcidas”. Aliás, a situação da engenheira Lurdes Pintassilgo “não tem a menor repercussão internacional” — concluiu.

Freitas do Amaral relatou o acontecido no Parlamento do Conselho da Europa, quando um socialista português fiel ao internacionalismo, levantou intoleravelmente a questão de Lurdes Pintassilgo, o que levou um deputado francês, no meio do aplauso e do riso geral, a dizer que não devia confundir-se o Reno com o Tejo, levantando-se problemas que poderiam interessar ao Parlamento português, mas não ao europeu. Neste sentido, o vice-primeiro-ministro português considerou “lamentáveis as declarações de Melo Antunes”, que, acrescentou, vivendo “num país onde não há, felizmente, casos Sakharov”, pode criticar o Governo “à vontade quantas

vezes entender, que o Governo responder-lhe-à”. Como Melo Antunes “foi o principal inspirador da anterior política externa portuguesa, quanto mais criticar o Governo, mais o Governo sentirá que está a seguir o caminho certo” — frisou.

Quanto à chamada conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, a realizar em Março, em Madrid, Freitas do Amaral disse não ter qualquer ideia de propor o seu adiamento, nem dela prescindir “por agora”, mas “se se realizar, será certamente uma ocasião de chamar à responsabilidade a URSS, que não cumpriu a acta de Helsinquia”. Quanto à nacionalização das acções do Estado angolano na Dialap, em Lisboa, versus nacionalização da Diamang em Angola, Freitas do Amaral disse que, embora a “orientação genérica” do Governo português “seja a de desenvolver as melhores relações”, isso “não pode impedir que Portugal reaja a factos” que considere “negativos para o nosso País”.

Fundação Cuidar o Futuro

O DIA 30 JANEIRO 1980



URSS ao Afeganistão”, sendo ainda “absurdo e ridículo” que tenha comparado Lurdes Pintassilgo a Sakharov. Tal “amalgama estalinista é imprópria de um responsável pela Comissão Constitucional”.

## SEM MANDATO POPULAR

Também o Governo reagiu ao teor das declarações de Melo Antunes, afirmando por intermédio do secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro, Ribeiro e Castro, que são afirmações inteiramente desqualificadas”, vindas de quem “não tem mandato popular para falar sobre coisa nenhuma”.

“Este interesse do sr. conselheiro pelas questões de política externa apenas vêm confirmar a prática nociva das chamadas diplomacias paralelas”. Para Ribeiro e Castro o “azedume” patente nas palavras de Melo Antunes provém de o conselheiro “saber e já sentir que com o Governo actual a direcção da política externa é uma e não há lugar a qualquer diplomacia paralela. O sr. conselheiro tem de compenetrar-se de que já não é o ministro dos

Negócios Estrangeiros, nem directamente, nem por interposta pessoa, até porque não tem qualquer mandato popular para falar sobre estas questões”.

## PINTASSILGO NA “VOZ DO OPERÁRIO”

A eng. Lurdes Pintassilgo vai participar na próxima terça-feira, na “Voz do Operário”, num encontro destinado a debater a acção governativa e política da antiga primeira-ministra.

O encontro será promovido pela comissão que desde há algum tempo se afadiga na recolha de assinaturas sobre um documento de apoio a Lurdes Pintassilgo que, segundo ontem revelou a esquerda festiva, pode vir a liderar um novo partido, ou, mesmo, correr também para Belém.

A presença de Lurdes Pintassilgo no encontro está já assegurada, tal como as participações de Francisco Chambel, António Teresa Ferreira, Rui Grácio, Teresa Ambrósio e Raimundo de Oliveira.

## PSD toma posição

# Eanes deverá condenar declarações de Melo Antunes

Constituem uma “nítida ingerência na área do Executivo e contribuem para a criação de um clima de tensão entre os diferentes órgãos de soberania”, as afirmações anteontem proferidas pelo tenente-coronel, Melo Antunes, à chegada da sua visita a Belgrado.

Segundo a comissão política nacional do PSD, tais afirmações “extravassam a competência do conselho da revolução” e o “mínimo que se espera do general Ramalho Eanes”, seu presidente “será a condenação formal das declarações em causa,

por forma a que não se possa insinuar a existência de opiniões coincidentes”.

As afirmações do conselheiro Melo Antunes são “de extrema gravidade e de total ausência de senso político” e “servem objectivamente a política expansionista da URSS”, sendo “reveladoras do conceito de paz defendido pelo sr. conselheiro”, conforme assinala o comunicado dos social-democratas.

“Comparar a situação de Lurdes Pintassilgo com a repressão e deportação que vitimou Sakharov”, atigura-se aos olhos do PSD “de tal for-

ma ridículo que poucos considerando há a fazer”, embora “semelhante alusão denote o confusão político que caracteriza alguns elementos do CR”.

A título pessoal, Pedro Roseta condenou as afirmações de Melo Antunes, cujo teor não lhe causou surpresa, uma vez que são “habituais” no conselheiro da revolução as “posições de defesa das teses do PC”. Para o citado dirigente social-democrata o que o surpreendeu, embora não muito, foi o facto de Melo Antunes nada ter dito “sobre a invasão armada da

## POLÍTICA EXTERNA EM QUESTÃO

# Conselho da Revolução

## «emenda» F. do Amaral

O tenente-coronel Vítor Alves declarou carecer «de fundamento dizer-se que o Conselho da Revolução nada tem a ver com a política externa portuguesa».

Reportando-se às declarações proferidas, terça-feira, pelo ministro Freitas do Amaral, comentando as de Melo Antunes, o porta-voz do CR afirmou que este órgão «tem uma posição sobre política externa que é a definida pelo artigo 7.º da Constituição».

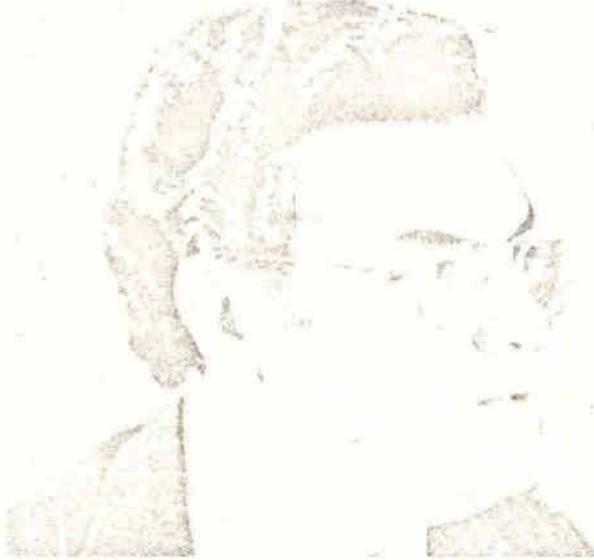
Vítor Alves recordou o artigo 142 da Lei Fundamental, em que se estipulam as funções do CR, ou seja a de «garantir o cumprimento da Constituição e a fidelidade ao espírito da revolução portuguesa do 25 de Abril de 1974».

Além disso, acrescentou, o CR tem como missão, em matéria de política externa, a assinatura dos acordos em assuntos militares.

Considerando que o Presidente da República tem de se pronunciar sobre todos os assuntos da vida nacional, e porque o CR é um órgão consultivo do Presidente, Vítor Alves concluiu que, «assim sendo, sobre todos os assuntos da vida nacional o CR é ouvido», além do exercício das suas próprias funções.

Sobre este assunto, o porta-voz do CR disse que «promulgar leis ou assinar tratados não é, de maneira nenhuma, um acto de uma firma, mas envolve responsabilidade pessoal».

«A promulgação não é uma assinatura que se obtém com certeza, tem de estar dentro de



*Depois das declarações do vice-primeiro-ministro Freitas do Amaral contestando Melo Antunes, Vítor Alves sai a terreno em defesa do seu colega do Conselho da Revolução*

uma determinada política, que é a política nacional», frisou o conselheiro da revolução.

De qualquer modo, Vítor Alves, pessoalmente, afirmou-se de acordo com as declarações prestadas pelo tenente-coronel Melo Antunes, que, disse, as pronunciou «a título individual e não em nome do Conselho».

Para Vítor Alves, o CR tem apenas três canais para «expressar as suas opiniões oficiais», ou seja, o presidente do CR, os comunicados e o porta-voz.

Deste modo, acrescentou, «não se percebe como se pretende envolver o CR neste problema de discussão da política externa portuguesa».

Vítor Alves lembrou que «até agora, não consta que o CR tenha interferido na política externa de governos anteriores, pelo que está convicto de que «não haverá qualquer conflito na área das suas competências bem desenhadas na Constituição».

O porta-voz do CR referiu também que a presidência da comissão das comemorações do 25 de Abril depende de «um despacho conjunto do presidente do CR e do Primeiro-Ministro» e que o CR só será ouvido sobre a matéria «se for indigitado um dos seus membros».

Em todo o caso, em sua opinião, se for indigitado um civil para esse cargo, a decisão

«pode por uma imensa falta de lógica, nesta fase de transição e existindo um Conselho da Revolução».

Contrariando notícias de que as Forças Armadas não seriam abrangidas pelas medidas de austeridade, recentemente ditas pelo Governo, Vítor Alves disse que elas «não vão ser privilegiadas, nem o estão a ser».

Embora um dos membros do executivo tivesse afirmado que, relativamente às FA, o CR era quem legislava, o que Vítor Alves considerou correcto, «as medidas de austeridade preconizadas já estão a ser usadas há muito tempo nas FA», acrescentou.

Fundação Cuidar o Futuro

# «Não haverá conflitos em política externa entre o Conselho da Revolução e o Governo»

— assegura Vítor Alves

«Não haverá qualquer conflito com o Conselho da Revolução em termos de política externa» assegurou ontem, o tenente-coronel Vítor Alves, ao entrar para a reunião daquele órgão militar, a propósito da polémica entre o tenente-coronel Melo Antunes e o prof. Freitas do Amaral. O porta-voz salientaria ainda que, o primeiro fizera os comentários em questão, a título individual, acrescentando que, pessoalmente concordava com eles. Por outro lado, e pela terceira vez consecutiva, foi analisado o caso de Timor que, no entanto, não deverá ter ficado concluído.

Inquirido se o Conselho da Revolução iria pronunciar-se sobre a competência ou não, em matéria de política externa, que havia sido referida, na véspera, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. Freitas do Amaral, o tenente-coronel Vítor Alves dividiu a questão em dois pontos.

Segundo ele, o ministro referia-se às declarações do tenente-coronel Melo Antunes «que teve o cuidado de dizer, à sua chegada, que tinha sido convidado a título pessoal. Não percebo portanto como é que se pretende envolver o Conselho da Revolução, neste problema da discussão da política externa pois, quando o CR pretende exprimir as suas opiniões, tem três canais (é a única forma oficial de expressão das suas posições): ou através do seu presidente, ou através de comunicados do órgão ou através do seu porta-voz.»

Mas há um segundo plano — acrescentou aquele militar — que é o aspecto do CR ter ou não ter a ver com a política externa do País. É óbvio que tem, conhecendo-se ou lendo-se a Constituição no seu art.º 142 («O CR tem como funções entre outras, garantir o cumprimento da Constituição e a viabilidade do espírito da Revolução Portuguesa do 25 de Abril») citou ele, acrescentando: «O CR tem uma posição sobre política externa: é a posição do art.º 7 da Constituição».

## Afirmações que «carecem de fundamento»

«Além do mais — continuou Vítor Alves — o CR, em política externa, tem como missão que lhe é atribuída, a assinatura dos acordos externos em assuntos militares. Onde, me parece que carece de fundamento dizer-se que o CR nada tem a ver com a política externa».

Inquirido sobre a eventualidade de um contencioso entre o Governo e o CR, e possíveis choques, entre os dois órgãos de soberania, o conselheiro assegurou que não serão possíveis, pelo menos em política externa.

«Eu diria que não haverá qualquer conflito com o CR em termos de política externa. Se nós pensarmos no que tem sido a nossa vida, desde 1976, altura em que a Constituição foi promulgada, nós seguimos primeiro, a política externa definida pelo Partido Socialista, durante o primeiro Governo Constitucional; depois a definida pelo PS e pelo CDS, durante o segundo Governo Constitucional e continuámos a agir assim com os diversos governos».

«Até agora — comentou Vítor Alves — não consta que o Conselho da Revolução tenha interferido, através dos diferentes canais, alguma vez, na política externa. Portanto, não vai haver, com certeza, qualquer conflito de competências que aliás estão bem demarcadas na Constituição».

Inquirido se, dentro do CR, haveria um grupo de militares que apoiasse as declarações do tenente-coronel Melo Antunes, o porta-voz começou por considerar a pergunta de «resposta extremamente difícil. O CR — acrescentou — não pode ser visto como vários grupos. É um órgão de soberania que é um todo. Por outro lado, ainda não reuniu depois das declarações em questão, só agora o vai fazer. A pergunta, portanto, só pode obter resposta a título individual. Pela parte que me toca, concordo com o sr. tenente-coronel Melo Antunes».

## Presidência de comissões comemorativas

Inquirido se o CR iria debater a nomeação de um militar, ou de um dos seus membros, para presidir à Comissão da Organização das Comemorações do 25 de Abril, o porta-voz admitiu essa possibilidade mas sublinhou que a nomeação depende de um despacho conjunto daquele órgão e do primeiro-ministro.

Convidado a confirmar ou a desmentir a nomeação do capitão Sousa e Castro para esse cargo, o tenente-coronel Vítor Alves disse não o poder fazer, uma vez que o Conselho a que pertence ainda não discutira o assunto. Mas, a hipótese da nomeação de um civil foi por ele considerada, a título pessoal, como pecando «por uma imensa falta de lógica» na medida em que atravessamos «uma fase de transição, com a existência do CR».

A questão da organização das comemorações do Dia das Comunidades e do seu Congresso, foi também focada com os jornalistas depois daquele conselheiro voltar a sublinhar que o assunto nada tem a ver com o CR mas apenas com ele próprio, uma vez que preside à sua organização.

Aquele militar rejeitou que houvesse, a esse propósito, um conflito com o Governo que «decidiu pedir a ratificação de determinados problemas legais que estão em vigor», o que a Assembleia da República fará hoje, aguardando-se essa decisão.

Contudo o tenente-coronel, como presidente da comissão de organização do Dia das Comunidades admitiu que «tem havido algumas dificuldades», que foi decidido expor ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República e ao primeiro-ministro e que são devidas à suspensão de uma resolução do Governo anterior, publicada ainda em Dezembro, mas depois do dia 2. Assim «as verbas que estavam distribuídas a esta Comissão — esclareceu aquele militar — ficaram congeladas, suspensas, o que

quer dizer que há uma situação de impasse que eu estou convencido que se resolverá a partir do momento em que haja a ratificação do diploma».

Convidado a comentar a não-aplicação das recentes medidas de austeridade decretadas pelo Governo, às Forças Armadas, o que as tornaria privilegiadas, o porta-voz do CR rejeitou esse adjectivo.

«Com certeza que não vão ser, nem estão a ser privilegiadas. O Governo disse, através de um dos seus membros, que essas medidas não se referiam às Forças Armadas porque a legislação para as Forças Armadas é da competência do CR. É correcto. Mas, digamos que, estas medidas, numa primeira abordagem, são medidas que os vários governos pós-25 de Abril têm indicado aos vários sectores da vida nacional, um dos quais são as Forças Armadas que, por sua vez, desde sempre, e por tradição, têm seguido a austeridade».

«As verbas que lhes são atribuídas — referiu o militar — na sua maior parte são para pagamento do pessoal e os restantes — creio que 16 por cento — correspondem a projectos de programa. Isto é, estamos habituados, talvez por vocação, talvez por educação, a esquemas de organização muito claros e muito concretos e, por conseguinte, as medidas que agora são preconizadas já são usadas pelas Forças Armadas, há muito tempo».

Por último, o tenente-coronel Vítor Alves fez o ponto da situação dos trabalhos do CR na análise de um *dossier* do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre Timor, agendado pela terceira vez, e cuja discussão nos seus aspectos humanos e políticos, não deveria, em princípio, ficar terminada na reunião de ontem.

Manuela Ferreira



# Belém não gostou do discurso de F. Amaral proferido em Estrasburgo

SEGUNDO fontes bem informadas, foram muito vivas as reacções verificadas em Belém relativamente ao discurso proferido pelo Vice-Primeiro Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral em Estrasburgo, onde, perante o Conselho da Europa, expôs as linhas mestras da política externa do VI Governo Constitucional.

Círculos próximos de Belém admitiam que fora particularmente chocante o facto de aquele membro do Governo ter ido, para uma instância internacional crítica a actuação do Presidente da República no domínio da política externa, designadamente na referência que fez às "diplomacias paralelas".

## Uma semana sem ir a Belém

Entretanto, ao contrário do que é prática corrente nas relações entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, o general Ramalho Eanes não recebeu durante esta semana Francisco Sá Carneiro, em audiência para tratamento de questões correntes.

Na verdade, Eanes deslocou-se em visita oficial a Évora, ontem e anteontem, e, por esse motivo, ficou adiada a audiência com Sá Carneiro. Aliás, o EXPRESSO conseguiu apurar que também o Primeiro-Ministro estaria a estudar a hipótese de muito brevemente se deslocar também a Évora em visita oficial.

## Mais dois pontos de atrito

Para além da reacção dos círculos próximos de Belém à intervenção de Freitas do Amaral no Conselho da Europa, dois outros pontos continuam na "ordem do dia", podendo repercutir-se nas relações entre o Governo e o Presidente da República. O primeiro deles respeita ao pedido de ratificação apresentado pelos Grupos Parlamentares ao "Dia de Camões e das Comunidades", matéria que poderá ser debatida na Assembleia da República na reunião da próxima terça-feira.

A recusa de ratificação ou introdução de profundas emendas equivaleria a um certo afrontamento entre o Governo e o Presidente da República.

Este facto está a motivar uma certa posição de reserva por parte dos reformadores, que não se mostram muito entusiasmados pela hipótese de tal afrontamento.

Outro ponto polémico poderá vir a ser a questão da ratificação do decreto-lei que criou o "Instituto de Pesquisa Social Damião de Gois" na dependência da Presidência da República.

De uma forma muito directa, poderia suceder que a recusa da ratificação privasse o Presidente da República de um instrumento de apoio técnico, criado pelo V Governo Constitucional.

No entanto, poderá bem suceder que a AD tenha de recuar, não chegando a suscitar a questão da ratificação em S. Bento, sobretudo porque os reformadores não a votarão.

Ontem mesmo, o EXPRESSO apurou directamente de fonte reformadora que tratasse de "questão fechada", não se devendo portanto esperar que eles apoiem essa iniciativa. (Ver "Análise Política" de Marcelo Rebelo de Sousa na pág. 2 e "Nos Corredores de S. Bento" de Pedro d'Anunção, na página 3).

O PRIMEIRO DE JANEIRO  
4 de Fevereiro de 1980

## Discurso do MNE mal recebido em Belém?

# Presidência não comenta «hipóteses jornalísticas»

«A Presidência da República não comenta hipóteses ou especulações jornalísticas» — foi assim que o assessor para a comunicação social do presidente da República, o jornalista Silva Costa, comentou a «O Primeiro de Janeiro» as notícias veiculadas por um semanário lisboeta, segundo as quais terão sido muito vivas as reacções verificadas em Belém relativamente ao discurso proferido pelo vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros Freitas do Amaral, em Estrasburgo, quando, perante o Conselho da Europa, apresentou as linhas mestras da política

externa do VI Governo constitucional.

«Com efeito, a Presidência da República não tem como hábito responder a interpretações subjectivas que lhe sejam atribuídas», afirmou ao «PJ» outra fonte próxima de Belém. No entanto, considerase como fora de questão que o discurso de Freitas do Amaral não tenha sido já analisado, quer pelo presidente, quer pelos seus assessores políticos. Mas dessas análises, não é vulgar transparecerem quaisquer posições críticas, quer num sentido quer noutro.

Também suscita considerações específicas o facto de Sá

Carneiro não se ter avistado na passada semana com o general Ramalho Eanes, na audiência destinada à análise das questões correntes. A mesma fonte declarou-nos não existir outra causa para além da simples circunstância de Ramalho Eanes se ter deslocado a Évora, em visita oficial, o que impossibilitou a realização do encontro habitual. «Considerar esta visita como pretexto para um encontro que não pôde de facto realizar-se é uma análise no mínimo evadida de certa morbidez e de um certo gosto pela especulação», comentou, por outro lado, fonte próxima do VI Governo constitucional.



## Tomar a parte pelo todo

Vasco Lourenço veio, em artigo no "Diário de Notícias", queixar-se lamentosamente dos ataques de que é alvo o Conselho da Revolução que, na RTP, constitui sempre notícia.

Na realidade, a má vontade e a crítica acesa suscitada contra aquele órgão de soberania — de respeitar, aliás, como os demais — não existiriam — até porque decerto desaparecerá com a Revisão Constitucional — se a sua componente de Esquerda se limitasse a garantir e a reforçar a Democracia e as Liberdades, em vez de querer impor ao País as linhas de pensamento do PS ou do PCP.

De facto, não só assistimos a esses componentes de Esquerda assumirem, publicamente, posições anti-Aliança Democrática antes das eleições intercalares, como os vemos fazer o mesmo depois daquele agrupamento as ter ganho o mais limpidamente possível. Mais: um deles ameaça com novo 25 de Abril, como se tivéssemos voltado à meninice política e à bitola das arruás!

Acontece que o Conselho da Revolução é

constituído, para além dessa componente de Esquerda, por oficiais que lá estão por inerência de cargo — Chefes de Estado Maior — e por outros conselheiros que, remetendo-se apenas ao desempenho das suas altas funções, em nada contribuem para a crescente má vontade e até revolta existente contra aquele órgão de soberania.

Há, na realidade, evidente injustiça em tomar uma lamentável parte do Conselho da Revolução pelo seu todo, o que aliás aqui nunca fizemos nem faremos.

tratar-se de um facto "muito grave".

"A sociedade civil e ao Governo competem o debate das posições políticas — afirmam — e "aos militares competem os quartéis". E "é segundo este princípio, de dar a cada um o que é seu", que a JSD de Lisboa reputa de "vergonhosas, desleais e abusivas as declarações do conselheiro Melo Antunes" sobre política externa.

"As medidas de austeridade do Estado, tomadas pelo Governo, são um sinal positivo e marcante de mudança" — afirmam por outro lado os

O DIA 2 FEVEREIRO 1980

### JSD toma posição

## "Abusivas as declarações" do conselheiro Melo Antunes

Segundo anunciaram dirigentes distritais da Juventude Social-Democrática, esta organização venceu onze das treze eleições realizadas em Lisboa no ano lectivo de 1979/80.

A comissão política de Lisboa da juventude do PSD, além de sublinhar o "forte reforço das posições da JSD", revelou a entrega ao secretário de Estado da Juventude e Desportos de um documento de cerca de quatro mil palavras, em que alude à situação dos jovens em Portugal. Os tempos livres e a educação são alguns dos sectores analisados.

Sobre a situação política, os dirigentes da JSD assinalaram "um recrudescer das intervenções dos conselheiros da revolução" considerando

mesmos dirigentes. A JSD criticou, também, a União Soviética pela intervenção no Afeganistão e pelas medidas restritivas de liberdade do cientista Andrey Sakharov.

Relativamente às vitórias da JSD em estabelecimentos de ensino, aquela organização obteve, fora de Lisboa, a maioria na Escola Secundária de Miratejo/Almada, Liceu Nacional de Almada/Setúbal, Escola Secundária de S. João da Pesqueira/Viseu, Escola do Magistério Primário/Viseu, Escola Secundária Avelar Protero/Coimbra, Escola Secundária José Esteves/Aveiro, Escola Secundária Polivalente do Entroncamento/Santarém, Liceu Alves Martins/Viseu, Escola Se-

cundária N. Senhora do Carmo/Évora, Liceu do Barreiro/Setúbal, Escola Filipa de Vilhena/Porto e Escola Infanta D. Maria.

Também os núcleos da Juventude Social-Democrática e da Juventude Centrista do

Liceu D. Pedro V, face às afirmações do tenente-coronel Melo Antunes sobre política externa do Governo de Portugal, decidiram "repudiar, vivamente, as afirmações deste senhor conselheiro da revolução".

Para aquelas organizações, "esta insólita atitude de um membro proeminente de um dos órgãos da soberania, em flagrante oposição aos critérios e à orientação do Governo em matéria tão importante, não podia deixar de ser interpretado como inadmissível intromissão em áreas que são da exclusiva competência governativa nos termos da Constituição".

Desta maneira, reiteram o "total apoio e solidariedade à política externa do Governo, bem como ao Primeiro-Ministro, dr. Sá Carneiro, primeiro responsável pela política do VI Governo Constitucional, nomeadamente nos casos da invasão do Afeganistão por parte da URSS e da prisão de Sakharov".

ATRIBUVA

## Juventude Monárquica contra os militares no Poder

A Juventude Monárquica — núcleo distrital de Coimbra — tomará uma atitude de reserva crítica às possíveis candidaturas de militares à Presidência da República dado que, "quando eles se instalam na área do poder, o fazem invariavelmente mal". O Conselho da Revolução foi dado como exemplo.

Assim se lê no termo do comunicado saído duma reunião daquele organismo político juvenil, na

qual, depois duma palestra proferida pelo coronel Agostinho Gama, se fez a análise das actividades do núcleo no ano de 1979, que interferiu no campo do ensino pré-primário e organizou as comemorações da Conferência de Zamora.

Depois de exprobar o aproveitamento político-partidário que se fez do Ano Internacional da Criança, o comunicado denuncia a inexistência de

um sistema pré-escolar de ensino. Relativamente à comemoração da Conferência de Zamora, considera ter ela atingido êxito pleno, mercê da adesão da população aos seus actos principais.

Foi eleito a nova direcção do núcleo distrital da J.M. que ficou constituída por Maria Luísa Pinto Coelho, António Pego, Luis Arnaud, Amílcar Pego e José Coelho.

## Charais com Kadafi e comités líbios

O brigadeiro Franco Charais, que vai ser promovido a general, foi recebido pelo coronel Kadafi para deixar a Líbia, onde passou alguns dias em visita oficial a convite do regime de Trípoli. Aquele conselheiro revolucionário, que ali participou, nomeadamente, num plenário dos comités revolucionários líbios, seguiu depois para Argel, no avião pessoal do ditador da Líbia.

O DIA 4 FEVEREIRO, 1980



# Carter pede a Eanes que boicote as Olimpíadas



O EXPRESSO publica hoje, em primeira mão, uma mensagem enviada pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Jimmy Carter, ao Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, pedindo que este interceda junto do Comité Olímpico Português para que Portugal não participe nos Jogos Olímpicos de Moscovo, como represália contra a invasão soviética do Afeganistão.

Esta mensagem, transmitida por carta do embaixador norte-americano em Lisboa, R. Bloomfield, tem por detrás de si duas histórias extremamente curiosas.

A primeira dessas histórias é a que respeita a um certo aparente desfasamento de critérios entre a Embaixada americana em Lisboa e as autoridades governamentais norte-americanas.

Por indicação do "State Department", o destinatário da missiva do Presidente Carter era o Presidente Ramalho Eanes, o que pode ser



interpretado como um sinal de que era considerado o principal responsável pela política externa portuguesa. Por isso, era dirigida ao general Ramalho Eanes a carta do embaixador Bloomfield, contendo a mensagem de Carter, juntamente com



a data de 21 de Janeiro de 1980.

Conforme é costume nas relações diplomáticas normais, a carta de Bloomfield com a mensagem de Carter foi entregue no Ministério dos Negócios Estrangeiros em

do Protocolo do Estado.

Dias volvidos, porventura por iniciativa da Embaixada em Lisboa, foi comunicado informalmente a um colaborador próximo do Primeiro-Ministro português o conteúdo da carta enviada a Eanes. Esta comunicação pode, por seu turno, ser interpretada como o reconhecimento de que a matéria política externa constitui, essencialmente, competência do Governo.

Mas, para além desta subtilidade na actuação das autoridades americanas, a carta em apreço tem por detrás de si uma outra história: a carta tem a data de 21, foi entregue no Ministério dos Negócios Estrangeiros, para ser enviada a Belém e, ontem, dia 1 de Fevereiro, ainda não tinha chegado à Presidência da República. Daí os desmentidos sucessivos e firmes de Belém.

Ou seja, uma mensagem politicamente muito importan-

Continua na pág. 16

Fundação Cuidar o Futuro

te do Presidente americano, sobre um tema de inequívoca actualidade, corre o risco de demorar 11 dias a ser reconhecida pela Presidente da República Portuguesa, que sobre a matéria deverá pedir explicações, se é que não é conhecida pela leitura do EXPRESSO, na companhia de muitos milhares de portugueses. Ontem fontes próximas da Embaixada americana admitiam a hipótese de extravio, já que os seus registos de saída de correspondência não costumam falhar, mas não são infalíveis. Quanto ao MNE, que a Embaixada assim pretendia salvaguardar nenhum dos vários serviços contactados conhecia a existência da carta em apreciação.

## Contra os Jogos de Moscovo

Segue-se a publicação na íntegra do conteúdo da carta do embaixador Richard J. Bloomfield, contendo a mensagem pessoal do Presidente Carter.

"A Sua Excelência o General Ramalho Eanes, Presidente da República Portuguesa — Lisboa

Lisboa, 21 de Janeiro de 1980

Exm.º Senhor Presidente,

Tenho a honra de lhe transmitir a seguinte mensagem do Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, juntando a sua carta para o Presidente do Comité Olímpico dos Estados Unidos.

"Exm.º Senhor Presidente

A 20 de Janeiro, envio a carta anexa ao Presidente do Comité Olímpico dos Estados Unidos informando-o de que não posso apoiar a participação dos Estados Unidos nos Jogos Olímpicos de Verão em Moscovo, a capital de uma nação cujas forças militares ocupam o Afeganistão. Peço que o Comité contacte com outros Comités Nacionais de forma a estudar a mudança ou o cancelamento dos Jogos Olímpicos de 1980 a menos que a União Soviética retire as

suas tropas do Afeganistão durante o próximo mês. Se os soviéticos não retirarem e os jogos não forem transferidos ou cancelados, peço ao Comité Olímpico dos Estados Unidos para não participar nos Jogos em Moscovo, e, em vez disso, organize com outras nações uns jogos alternativos.

Espero que insista com o seu Comité Olímpico para tomar uma decisão idêntica. Creio

que tal acção é necessária para apoiar a Assembleia Geral das Nações Unidas, para convencer o Governo e o povo soviéticos do escândalo universal perante a agressão soviética ao Afeganistão e desencorajar futuras agressões".

Com os melhores cumprimentos  
Jimmy Carter"

Aceite, Senhor Presidente, a expressão da minha mais alta consideração.

Respeitosamente  
Richard J. Bloomfield  
Embaixador

Anexo — o referido."

Exm.º Senhor Robert Kane  
Presidente do Comité Olímpico dos Estados Unidos

Caro Senhor Kane: Como Presidente desta Nação e presidente honorário do Comité Olímpico dos Estados Unidos, escrevo para lhe dar conhecimento do meu ponto de vista quanto aos XXII Jogos Olímpicos que deverão ter lugar em Moscovo neste Verão.

Considero a invasão soviética e a tentativa de submissão do Afeganistão como uma séria

violação do Direito Internacional e uma séria ameaça à paz mundial. Esta invasão põe também em perigo os países independentes vizinhos bem como o acesso a uma parte substancial dos fornecimentos mundiais de petróleo. Ela põe, portanto, em perigo a nossa própria segurança nacional, bem como a segurança da região e do mundo.

Devemos mostrar claramente à União Soviética que não pode esmagar uma nação independente e ao mesmo tempo continuar a negociar normalmente com o resto do mundo. Devemos mostrar claramente que eles devem pagar um preço elevado, tanto económico como político, por tal tipo de agressões. E é por isso que tomei severas medidas económicas, anunciadas a 4 de Janeiro, e que outras nações livres estão a apoiar estas medidas. É por isso que a Assembleia Geral das Nações Unidas, por uma votação esmagadora de 103 contra 18, condenou a invasão e exigiu a imediata retirada das tropas soviéticas.

Pretendo reafirmar o meu empenhamento nos princípios e fins do movimento olímpico. Acredito na conveniência de conservar as políticas gover-

namentais fora dos Jogos Olímpicos, mas valores mais elevados estão em questão.

Na União Soviética a competição desportiva internacional é em si própria um aspecto da política governamental soviética, tal como o é a decisão de invadir o Afeganistão. O dirigente principal do Comité Organizador das Olimpíadas de Moscovo é um importante membro do Governo soviético.

O Governo soviético dá uma enorme importância política à organização dos Jogos Olímpicos de 1980 em Moscovo, e se os Jogos Olímpicos não se realizarem em Moscovo, devido à agressão militar soviética no Afeganistão, este poderoso sinal de desprezo mundial não poderá ser escondido do povo soviético, e ecoará através do mundo. Isso poderá talvez deter uma futura agressão.

Por isso insta o Comité Olímpico dos Estados Unidos, conjuntamente com outros Comités Olímpicos, a aconselhar o Comité Olímpico Internacional no sentido de que, se as tropas soviéticas não se retirarem do Afeganistão até ao final do próximo mês, Moscovo se tornará um local indesejável para a realização de um festival destinado a celebrar a paz e a boa vontade. Se a União Soviética não retirar as suas tropas dentro do prazo acima definido, insta com o Comité Olímpico dos Estados Unidos para que proponha que os Jogos sejam transferidos para um local como por exemplo Montreal ou para vários locais, ou sejam mesmo cancelados por este ano. Se o Comité Olímpico Internacional rejeitar esta proposta do Comité Olímpico dos Estados Unidos, eu insta o Comité Olímpico dos Estados Unidos bem como os Comités Olímpicos de outras nações livres a não participar nos Jogos de Moscovo. Neste caso, se for possível concluir acordos aceitáveis, insta que tais nações organizem Jogos alternativos de sua própria iniciativa, neste Verão, num ou vários locais apropriados. O Governo dos Estados Unidos está preparado para providenciar o seu pleno apoio a qualquer um desses esforços.

Conheço, a partir da carta que me enviaram e da V. reunião do secretário de Estado Vance e Lloyd Cutler da V. profunda preocupação relativamente aos homens e mulheres que por esse mundo fora se treinaram infatigavelmente na esperança de participarem nos Jogos Olímpicos de 1980. Partilho a V. preocupação. Apoiaria a participação de atletas do mundo inteiro nos Jogos Olímpicos de Verão ou outros jogos deste Verão realizados fora da União Soviética, tal como dou as boas

vindas aos atletas do mundo inteiro que vêm a Lake Placid para os Jogos Olímpicos de Inverno.

Tenho a maior admiração e respeito pelos atletas olímpicos e a sua procura de triunfo. Ninguém compreende melhor do que eles o significado do sacrifício necessário para realizar fins meritórios. Não há objectivo de maior importância do que aquele que está agora em causa — a segurança da nossa nação e a paz no mundo.

Também aconselho o Comité Olímpico Internacional a dar mais um passo para eliminar no futuro a competição política entre as nações no desejo de serem hóspedes dos Jogos Olímpicos.

Apelo a todas as Nações para que apoiem um local permanente para os Jogos Olímpicos de Verão na Grécia, e para que procurem um local permanente olímpico apropriado para os Jogos Olímpicos de Inverno.

As medidas que proponho são necessárias para ajudar a garantir a paz no mundo neste tempo crítico. A mais importante tarefa dos responsáveis mundiais, públicos e privados, é a de deter a agressão e prevenir a guerra. A agressão destrói a amizade e a boa vontade internacionais que o movimento olímpico tenta desenvolver. Se a nossa resposta à agressão for a de prosseguir com competições desportivas internacionais, como de costume, na capital do agressor, os nossos outros passos para a paz serão ficam destruídos.

O espírito e o futuro dos Jogos dependem de uma acção corajosa e resoluta neste momento. E eu peço o vosso apoio e ajuda na concentração do apoio dos outros Comités Olímpicos através do Mundo.

Jimmy Carter"

Mais uma originalidade do processo português: uma carta pessoal do presidente americano Jimmy Carter ao general Ramalho Eanes (a semelhança das que enviou a outros países da área da Nato) chegou primeiro ao semanário «Expresso» (publicada na sua edição de ontem) do que ao Palácio de Belém onde habita o seu destinatário.

A carta, datada de 21 de Janeiro passado, terá sido entregue no dia imediato no Palácio das Necessidades pelos serviços do embaixador americano em Lisboa, Richard Bloomfield. Contudo, anteriormente, um informador oficial da Presidência da República dizia que não tinha sido ali recebida qualquer missiva do presidente dos Estados Unidos e, ontem, uma fonte oficial assegurava-nos que o general Ramalho Eanes teve conhecimento dela apenas pela leitura do «Expresso».

O Governo de Sá Carneiro tem afirmado que não ad-

mite interferências do presidente da República na política exterior e esse entendimento poderá justificar a autêntica «sonnegação» de correspondência que este acto comporta. O presidente americano terá entendido que Ramalho Eanes é o seu interlocutor privilegiado e, nesse sentido, dirigiu-lhe uma carta pessoal. O Governo pensa que não deve ser assim e terá acordado a mesma no Palácio das Necessidades, não deixando que ela chegasse ao seu destinatário.

A ser assim, trata-se de um caso da maior gravidade que põe seriamente em causa as relações entre o Governo e o presidente da República. Em primeiro lugar, porque é a todos os títulos grave a sonnegação de correspondência pessoal e é o mais quando, para além do conflito de princípios que se vem esboçando no domínio da política exterior, surge agora um conflito concreto: o Governo não só não admite acções do PR nesse campo como «confisca» em seu proveito os resultados da acção anterior por ela desenvolvida.

Cum efeito, o general Ramalho Eanes assumiu uma posição preponderante no desenvolvimento das relações de Portugal com a Administração Carter e o Governo não só não estará disposto a deixá-lo prosseguir esse papel como pretende cortar as relações de confiança entre ele e o presidente dos Estados Unidos.

Mais do que isso, com e sem o conhecimento do presidente da República é colocado numa posição ridícula. Não se sabe quem deu a carta ao «Expresso», mas tenha sido o Governo ou a Embaixada Americana em nada se altera esse «status».

Se foi o Governo, tentará de uma provocação objectiva a Eanes. Se foram os americanos, poderá estar a funcionar um «balão de ensaio» com o objectivo de saber em definitivo que peso tem o PR em Portugal: se é um estadista a quem se possa dirigir outro estadista ou um simples «strawman» (homem de palha). Uma questão que terá com certeza, resposta nos próximos dias.

### Conflito aquece

Ontem, uma personalidade próxima de Eanes considerava aquele caso como «mais um acha na fogueira». Com efeito, o presidente da República considera que tem uma palavra a dizer no domínio da política exterior e, nesse sentido, não aceita o que considera uma «tentativa de usurpação do poder» por parte do Governo. Numa das próximas reuniões do Conselho da Revolução — que funciona como conselho do presidente da República —, Eanes vai ouvir as opiniões desse órgão sobre a matéria.

Ao que sabemos, uma boa parte dos membros do Con-

selho considera, aliás na esteira dos mais conhecidos constitucionalistas portugueses, que as funções do PR não se esgotam na assinatura do movimento diplomático. Como representante do Estado português, cabe-lhe em parte, como tem sido entendido até agora, a direcção da política exterior, que é do país e não do Governo.

Mas, para além disso, é sua função fazer conformar a política do Governo com os parâmetros constitucionais da matéria, o que, não sendo conseguido, pode levar a retirada da sua confiança no Gabinete e a consequente queda do mesmo.

Essa hipótese extrema está por agora, afastada, porquanto Eanes não quer transformar o conflito institucional existente numa crise política grave como a que decorreria da queda do Governo por sua iniciativa. Mas há outros expedientes que ele pode usar com efeitos igualmente negativos para a socção do Governo. Desde logo, se coloca a afirmação mais forte de sua intervenção na política exterior que poderá ter imediato significado prático com as próximas deslocações a Itália e a África e com intervenções pessoais na área do NATO.

Também isso são questões a aguardar o desenvolvimento da situação.

### Novamente a carta

Mas, voltemos à carta de Carter. No essencial, ela pede a Eanes que desenvolva diligências no sentido de levar ao boicote dos Jogos Olímpicos de Moscovo por parte dos atletas portugueses, se a URSS não retirar do Afeganistão. Entregue num momento em que o Governo tentava monopolizar em seu favor a cruzada contra a invasão soviética, ela, sendo dirigida ao general Eanes, poderia ter um efeito negativo para a imagem do Gabinete e essa pode ter sido uma razão por que não foi entregue.

A TRIBUNA — Terça-feira, 5.2.80

De resto, o funcionário que agora parece estar em causa, não só não pertence ao quadro de pessoal diplomático como parece ter sido já publicado anteriormente ocasião intervenções num outro caso em que o extravio de uma outra carta, esta enviada por \*Monsieur Casaroli, do Vaticano.

Dal que tenhamos de esperar do inquérito ordenado pelo ministro a sua rápida conclusão e o não menos rápido apuramento de responsabilidades. Pela retenção do documento e, facto talvez ainda mais grave, pela sua divulgação no interior e exterior do Ministério com fins pouco esclarecidos ou, noutra perspectiva, talvez demasiado claros.

Fundação Cuidar o Futuro

Centro de Documentação e Publicações  
FUNDAÇÃO  
CUIDAR  
O FUTURO

JIN  
3-2-80  
Governo evolui uma conferência com o PR

# Reformadores atenuam confronto AD-Eanes

## Nos corredores de S. Bento

EXPRESSO

Pedro d'Anunciação 2 FEV.

OS REFORMADORES atenuaram um confronto entre a Aliança Democrática e Ramalho Eanes, ao recusarem-se a votarem contra a ratificação dos decretos que regulamentam a constituição das comissões para as comemorações do 10 de Junho e do centenário de Camões, e para a organização do Congresso das Comunidades.

Estes diplomas, elaborados pelo Governo Pintasilgo, dão competência ao chefe do Estado para nomear as três comissões, de que é presidente honorário, sob proposta do Primeiro-Ministro, e atribuem-lhes autonomia financeira.

Entre as primeiras ratificações, pedidas ao Parlamento pelo Gabinete de Sá Carneiro, figuravam precisamente aqueles três documentos. No essencial, os responsáveis pela AD contestavam a autonomia financeira das Comissões (pretendiam que ficassem sujeitas ao Orçamento Geral do Estado) e reivindicavam o direito de nomearem os seus membros. Por isso mesmo, a per dos pedidos de ratificação, o Executivo congelou as verbas destinadas àqueles organismos.

Recorde-se que Ramalho Eanes já tinha nomeado Vítor Alves para presidir às Comissões do 10 de Junho e do Congresso das Comunidades (nesta última, assessorado por Costa Correia), e o prof. Jacinto Prado Coelho para a do centenário de Camões. Por seu turno, nos meios afectos à AD, começou a constar que o Governo projectava indicar Mota Pinto para presidir às duas primeiras Comissões e Vasco Pulido Valente para a última. Com o pedido de ratificação, procurava-se rejeitar os três diplomas, que tinham substituído os decretos, dando ao chefe do Estado competência para nomeação e financiamento das Comissões.

Isto seria o primeiro passo para um confronto com Ramalho Eanes. Confronto que se poderia agravar, se o Presidente da República recusasse a promulgação dos documentos.

Contudo, os "reformadores"

informaram os seus parceiros da AD de que se nevavam a votar contra as ratificações, manifestando a intenção de não colaborarem numa prova de forças clara com Eanes. Ao mesmo tempo, este grupo também não aceitava apoiar um pedido de suspensão do Decreto relativo ao Congresso das Comunidades (hipótese que se chegou a aventar, de modo a adiar para o ano aquela iniciativa). Se o PSD e o CDS insistissem nas suas posições, os "reformadores" propunham abster-se.

Embora os cinco votos do grupo não fossem essenciais, alguns dirigentes social-democratas queriam evitar a situação de emergência política assumir. Assim, chegou-se a um acordo no sentido de os três diplomas serem ratificados pelo Plenário da Assembleia, descendo depois às comissões especializadas, para algumas alterações. Entre as modificações previstas no acordo, salienta-se que as Comissões

passarão a depender financeiramente do Orçamento Geral do Estado e os seus membros passarão a ser propostos pelo Governo e pela Assembleia da República, em vez de serem nomeados pelo chefe do Estado. Chefe de Estado que se manterá como presidente honorário das três comissões. O decreto relativo ao Congresso das Comunidades, entretanto, poderá ficar retido na Comissão Parlamentar Especializada, o que equivale ao adiamento da iniciativa.

Na prática, atenuou-se o confronto entre a AD e Ramalho Eanes. Por um lado, a maioria da oposição na Assembleia da República decidiu apoiar os membros que estavam para as Comissões. Por outro lado, tratando-se de uma proposta do Parlamento, e não apenas do Primeiro-Ministro ou do Governo, o Presidente da República terá mais dificuldades em justificar uma recusa de promulgação.

Contudo, isto não significa que a questão esteja ultrapassada. Com efeito, a escolha dos nomes que integrarão as comissões poderá gerar nova controvérsia, mesmo no interior da AD. Por exemplo, para a comemoração do centenário de Camões, correm rumores de que os reformadores e alguns social-democratas não veriam com bons olhos a substituição de Prado Coelho. Quanto ao 10 de Junho, a questão também não

é pacífica. Uma coisa é certa: os "reformadores" não querem aparecer envolvidos numa disputa óbvia com o Presidente, apesar de, fundamentalmente, estarmos perante uma prova de forças entre Eanes e a AD.

As três ratificações deveriam ter sido apreçadas, no Plenário de quinta-feira passada, pelos deputados. O arrastar da discussão de outros assuntos, porém, adiou a questão para a sessão parlamentar da próxima terça-feira. Sabe-se, desde já, que o PCP, o MDP e o PS se oporão à alteração dos diplomas, alegando que o Governo apenas procura dificultar as relações entre os diversos órgãos de soberania. (Ver pág. 1, sobre a comemoração do 25 de Abril).

## CDS interpela Governo sem consultar parceiros da AD

Entretanto, foi muito mal recebida no PSD a notícia de que a bancada centrista pedira ao Governo, a propósito dos diplomas de preços, sem consultar os seus parceiros da AD.

Numa Proposta de Lei apresentada antecostem, com o seguinte texto: "O Conselho Parlamentar do CDS" e Anaórcia Correia, exige-se que o Executivo esclareça a população de um mês. Para

isso, prevê-se a possibilidade de utilização de um tempo de antena especial.

Os sociais-democratas contestam o facto de esta iniciativa não ter sido precedida de consultas, junto dos diversos grupos da AD, como está estabelecido no acordo da Aliança. Tanto mais que ela pode ser interpretada como uma tentativa do CDS para se distanciar das medidas agora tomadas.

O assunto deverá ser debatido no Conselho de Ministros de hoje, onde os centristas deverão dar uma explicação. Note-se que consta que a atitude de Rui Pena não teria sido comunicada a outros dirigentes do seu partido.

## Bancada do PS elege dirigentes em clima de agitação

Por outro lado, na próxima semana, durante a eleição da Direcção do Grupo Parlamentar do PS, poderá registar-se um novo choque de posições entre as cúpulas do Partido.

A anterior Direcção da bancada socialista era constituída por Saigado Zenha (presidente), Carlos Lage, José Luís Nunes e Manuel Alegre (vice-presidentes) e Teresa Ambrósio, Hercúlio Pires, Sérgio Simões, António Esteves e António Guterres (secretários).

No Secretariado do PS atingiu-se um consenso no sentido de se manterem apenas dois secretários nacionais na Direcção do Grupo Parlamentar: Zenha, que continuaria como presidente, e Lage, como vice-presidente.

Haveria a intenção de substituir ainda Manuel Alegre por Almeida Santos, no âmbito das medidas para a renovação da imagem do partido.

Os históricos, por sua vez, pretendem apresentar uma candidatura própria, o que poderia levar José Luís Nunes a não aceitar aparecer na lista "oficial". Esta candidatura teria como fim fundamental medir forças dentro do grupo parlamentar.

Fundação Cuidar o Futuro



# Fiscalização a actos do Governo surpreendeu sociais-democratas

«Estamos surpreendidos com a atitude do CDS e este fim-de-semana estudaremos o problema» — disse a A TRIBUNA o eng.º Ângelo Correia, do PSD, quando solicitado a pronunciar-se sobre a apresentação do projecto de lei da autoria do CDS, na Assembleia da República, em que é exigida a justificação pública dos actos administrativos do Governo.

Observadores políticos viram nesta tomada de posição do CDS um aviso à equipa do Ministério da Indústria, de que é titular o eng.º Álvaro Barreto, eleito para o Governo pelo PSD, e que estará na primeira linha quanto à responsabilidade dos aumentos dos combustíveis.

A TRIBUNA soube igualmente que os ministros, que no Executivo de Francisco Sá Carneiro representam o CDS, não conheciam, de uma maneira geral, que ia ser apresentado um tal projecto, assinado por Rui Pena, chefe do grupo parlamentar centrista.

Surpresa foi grande em partes significativas das hostes centristas, de que terá sido exemplo a reacção do coordenador-geral da Aliança Democrática, Francisco Lucas Pires, que não contaria com tal atitude por parte de elementos do seu partido.

Contudo, A TRIBUNA apurou, de fonte bem informada, que a tendência existente assentará numa tentativa para diluir os efeitos daquela actuação, chegando-se ao encontro de pontos de vista entre os partidos da AD e o Governo do dr. Francisco Sá Carneiro. Há consenso unânime, nas hostes centristas com assento no Governo, que a Aliança Democrática acabará por sair reforçada.

Entretanto, Menéres Pimentel (PSD) que, na sessão de quinta-feira da Assembleia da República, manifestara o seu apoio crítico à proposta de lei do Governo que lhe competia a capacidade para legislar sobre o estabelecimento de normas pe-

nais e de processo penal relativamente a actividades delituosas contra a economia nacional, alegando alguns erros graves sob o ponto de vista técnico, instado a pronunciar-se para a A TRIBUNA quanto ao projecto do CDS, afirmou textualmente: «Estou muito distanciado de questões como essa, fruto apenas do que classifico de crianças».

em 1.2.80



O CDS apresentou ontem na Assembleia da República uma proposta que fixa um prazo para que o Governo justifique medidas como o dos recentes aumentos dos combustíveis, antes de as anunciar publicamente.

Observadores políticos perguntavam, nos corredores do Parlamento, se esta atitude representaria uma «rasteira» do CDS ao Governo ou se, constituiria uma atitude de demarcação em relação ao Executivo por parte do grupo parlamentar centrista.

Havia ainda quem interpretasse esta atitude do CDS como uma sacudida tendente a levar o Governo a tomar medidas (tal como a substituição dos governadores civis) que certos círculos centristas consideram já deviam ter sido tomadas.

Portugal HOJE

Domingo, 3 de Fevereiro de 1980

# Preços dividem ministros "AD"

Presidida por Sá Carneiro em ambiente de grande sigilo, está a decorrer a reunião do Conselho de Ministros, sobre a qual nenhuma personalidade que integre o Governo da AD se quis antecipadamente pronunciar. Consta, entretanto, que irão ser tomadas medidas importantes, nomeadamente no que diz respeito a novos aumentos de preços.

Ao que «Portugal Hoje» conseguiu apurar, há, porém, quem defenda, dentro do elenco governativo, que novos aumentos seriam prejudiciais para o futuro da AD, sobretudo tendo em vista as próximas eleições, e que o Governo se devia empenhar agora em tomar medidas de carácter

ter não impopular, embora de certa maneira necessárias. Contra novos aumentos, essa «corrente» é da opinião que o actual Governo se deve esforçar em baixar os impostos, «antes e que custar».

Além, entende-se, a diminuição dos impostos foi uma das promessas mais insistentemente repetidas nas últimas campanhas eleitorais pela «Aliança Democrática» e ela própria tem, naturalmente, consciência disso.

Sublinha-se que a grande maioria dos cidadãos que votaram na AD interpretaram o sentido do voto como um sinal de vontade de mudança, isto é, convictos de que a vitória da Aliança Democrática quereria dizer que os portugueses tinham ter uma vida melhor.



# Centristas contra centristas?

**S**INTOMA de desavenças internas e prenúncio de borrasca ou apenas uma habilidade política, o desejo de aparecer mais na vanguarda da defesa dos interesses do Povo que a Esquerda?

São diversas as interpretações e os elementos conhecidos não sancionam, por agora, qualquer conclusão relativamente ao motivo por que o CDS apresentou na Assembleia da República um projecto de lei com a finalidade de vincular o Governo ao dever de «justificar e fundamentar publicamente qualquer medida administrativa que de forma directa ou indirecta agrave o custo de vida dos cidadãos portugueses». Justificação, consta do projecto de lei, que deve ser apresentada com a antecedência mínima de vinte e quatro horas (porquê um prazo tão curto?...) sobre o início da vigência das medidas decretadas, «excepto se puder ocorrer, de tal anúncio, grave inconveniência para a eficácia das medidas, caso em que deve ser simultânea com a entrada em vigor das mesmas».

Ninguém deixará de aliar a iniciativa dos parlamentares do CDS ao recente aumento do preço dos combustíveis, cujo anúncio se revestiu de aspectos em que saiu mal ferido o Governo, tentando, por ignotos motivos, adiar a divulgação de um acto que seria sempre caracterizado pelo espectáculo da «corrida» às bombas de gasolina. Ninguém deixará de pensar, também, que a exigência dos deputados centristas está associada às subidas de outros preços que em breve agravarão o custo de vida. E participando no Governo elementos do CDS ninguém deixará de pensar, por maior soma de razões, que algo corre mal, ou menos bem, no interior das hostes centristas e/ou na relação destas com os sociais-democratas. Este derradeiro ponto foi já ontem abordado por órgãos de informação e por sectores partidários que será despidendo identificar e antegozam a perspectiva de cisões no âmbito da Aliança Democrática.

Nenhuma interpretação é de expulsar à priori. A elas aludimos

para exprimir as dúvidas e interrogações que em muitos espíritos surgiram com a notícia da iniciativa do CDS. Iniciativa que, aliás, inspira louvores. Ontem mesmo, nesta secção se partilhava da opinião veiculada pelos centristas, ao afirmar-se, a propósito da revisão do preço dos combustíveis, dever o Governo ter sempre presente a preocupação de explicar o como e o porquê das suas decisões. Os cidadãos têm o direito de «ser informados com exactidão dos motivos e fundamentos das medidas administrativas do Governo», observa apropriadamente o anteprojecto entregue na Assembleia. Tudo certo, só que...

Ficou bem explícito, quando da formação do Executivo da AD, que os partidos-seus componentes se reservam liberdade de acção no campo parlamentar. Atendendo a tal pressuposto, nada haveria a apontar. Acontece, porém, que têm assento no Governo elementos do CDS — que não foram informados, de modo algum, sobre as intenções. Sendo a maioria dos restantes sociais-democratas, aliados dos centristas, seria curial que a justificação pública exigida ao Governo fosse combinada. A sugestão nesse sentido substituiria o «ultimato» e corresponderia ao desejo de procurar uma nova forma de prestígio para o Governo, o que seria atingido, sem vir à discussão pública uma atitude susceptível de especulação.

Por muitas explicações que sejam fornecidas sobre a atitude do CDS a dúvida persistirá e com ela, com as especulações fomentadas pelos deputados centristas, um gravame para as relações entre eles e com os sociais-democratas. A ideia em si merece, repetimos, encômios. O que pomos de remissa é a sua oportunidade política. Estranharão não poucos eleitores que o projecto, quando subir ao plenário parlamentar, seja aprovado, o que é bastante provável com os votos favoráveis do PS e do PCP a juntar-se aos do CDS, os centristas talvez divididos no escrutínio...

PC

# Impopularidade previsível para o Governo

(...), as medidas a surgir. Particularmente as de carácter económico, que incidirão na bolsa do cidadão. Serão articuladas com a política fiscal, objecto de estudo bastante adiantado por parte do ministro das Finanças. «Todo o esforço foi concentrado — acrescentou Basílio Horta — no sentido de garantir o poder de compra das populações, com especial relevância para as de menores rendimentos (...) e com o objectivo de não sacrificar quem já tão sacrificado foi».

(...) Não endemos, por isso, os lentivos com que se procura atenuar o impacto de decisões forçosamente dolorosas. Ninguém que esteja de boa fé estreñherá os sacrificios. O Governo anunciou, desde o início das suas funções, ir praticar uma política de austeridade. A tanto obriga a situação do País e o compromisso tomado pelo elenco AD do, em rumo oposto ao dos que o sucederam, não agravar problemas instantes e de solução dilatável com medidas dilatórias que nada resolvem e agudizam as questões. Desta forma, e honra lhe seja concedida por isso, estará agindo a bem do interesse nacional e contra os seus interesses próximos. Fácil seria ao Executivo aproveitar os nove meses ao seu dispor, antes da próxima consulta às urnas, para, contemporizando e empregando métodos demagógicos, formar ambiente propício à repositição da vitória eleitoral de Dezembro.

**H**ONROSA será a orientação do Governo, mas — e perdos-nos a pecha pelos aforismos... — «não basta sô-lo, é preciso parecê-lo». Bastem-lhe poucas hipóteses de ficar imune ao juro, embora injusto, que terá de pagar pela impopularidade de medidas que representam sacrificios. Seria mister que antecedesse a divulgação de tais medidas com uma campanha explicativa, e minorar as agruras a que está aliada a sua aplicação. Não o fez, temendo o prejuízo de «declarações extemporâneas». Esperamos que concomitantemente com a divulgação das «medidas concretas» que não tardam, mas era tempo de aparecerem revole na conjuntura actuação convincente. A vantagem será sua... — PC





# análise política

josé miguel julice

to tal, que não desaproveitaram a ocasião para sugerir um certo distanciamento parlamentar.

Isto é, provavelmente no processo de determinação dos aumentos houve uma atenção menor do que seria correcto à fase de pré-harmonização que deve anteceder a acção política. Com consequências não muito graves, dado por um lado a inevitabilidade dos aumentos e por outro as medidas correctivas que se seguem.

Refira-se agora o plano da política internacional, que tem sido o sector em que as contradições entre o Governo e, pelo outro lado, o Presidente da República e o Conselho da Revolução se começaram a concretizar. O mesmo acontece com o sector essencial da emigração, que poderá decidir as próximas eleições, e em que Eanes aparentemente pretenderá retirar à AD a posição hegemónica.

Neste campo, notou-se um acentuado distanciamento entre o Governo e o grupo dos "Reformadores". Terá por isso falhado alguma pré-harmonização, bem patente na modificação da estratégia de ratificação do diploma sobre o Congresso das Comunidades. Por sua vez, no campo estrito da política internacional, o Governo deu provas de total falta de maquiavelismo político (um defeito ou uma virtude...) nos chamados "caso Pintasigo" e "caso Melo Antunes" (candidatura para a ONU), optou por um posicionamento bastante mais pró-americano do que a generalidade dos países europeus e tem jogado na integração europeia de um modo, ao nível do discurso, pouco matizado de realismo quanto aos problemas daí decorrentes.

A falta de pré-harmonização e a consequente flutuação em matéria de ponto de harmonia externo neste campo, estão a gerar um desajuste entre a agressividade e determinação de discurso político não suficientemente acompanhado de resultados no plano interno. Até ao momento, a política externa portuguesa se desenvolve por um empate com o PR no assunto Pintasigo, que permite no entanto que, embora abusivamente, se comece a fabricar à ex-Primeira-Ministra uma auréola de martírio; por uma vitória verbal do Governo (endurecimento em relação à URSS e a Angola), com o aspecto muito positivo de marcar uma imagem de dignidade nacional, mas com o eventual risco de, quanto a Angola, gerar uma escalada recíproca não prevista e, quanto à Rússia, não ultrapassar o plano moral, apesar de se desejar que atingisse outros.

Finalmente, a menor atenção dada à mecânica de harmonização nos últimos tempos, faz com que o Governo vá enfrentar o problema — esse sim politicamente essencial — do Congresso das Comunidades, numa situação que torna mais difícil conseguir a vitória sobre as intenções presidenciais. Houve um certo desgaste político de Freitas do Amaral, e da linha por que optou durante estas últimas semanas, que pode ter como consequência um aumento da dificuldade de atingir a coesão maioritária para retirar ao PR o controlo do Congresso das Comunidades. Houve, portanto, uma guerrilha pouco produtiva — a não ser, repete-se, em matéria de afirmação de coerência política e de renovação da ideia de dignidade nacional — que poderá ter fatigado ou desmuniado o Governo para a batalha em campo aberto que reveste características que a tornam essencial.

O que vier a acontecer quanto ao Congresso das Comunidades, na Assembleia da República ou fora dela permitirá concluir se o juízo atrás descrito peca ou não por ser excessivo. É que, embora menos falado do que os outros, esse é o primeiro conflito real entre Ramalho Eanes e a Aliança Democrática.

Fundação Cuidar o Futuro



(...)

## Alguns exemplos

A falta de espaço para longas digressões obrigará a concretizar pontualmente o raciocínio apenas em dois casos concretos. Para começar, pode referir-se o recente aumento de preços de derivados do petróleo. Não está em questão a inevitabilidade financeira de proceder a tais aumentos. Nem a variação política e económica de os realizar rapidamente. A questão está em que o processo utilizado e a metodologia da separação entre medidas impopulares — imediatas — e populares — subsequentes — provocou algumas reacções dentro da maioria. Foi o caso da CAP (sempre muito sensível, e correctamente, à sua qualidade de grupo de interesses representativos de grupos determinados), e de certos dirigentes do CDS menos propensos à AD enquan-



Militares acusam Conselhos de Disciplina

# “Julgamento do capitão Miranda foi atropelo”

Que caminhos percorre a justiça militar?

Esta é uma pergunta que parece estar na base das inquietações que perturbam (por razões sérias), colectiva e individualmente, alguns sectores das F.A. Os ecos que nos chegam, através de fontes que reputamos bem informadas, falam-nos constantemente de «atropelo aos direitos dos militares submetidos a Conselho Superior de Disciplina», de que já demos nota em apontamentos anteriores, com vasta soma de dados factuais, pelo menos até agora não desmentidos (nem confirmados) pela própria hierarquia. Sendo, portanto, verdadeiras as acusações formuladas pelos militares atingidos por medidas discriminatórias, e mesmo ostensivamente contrárias à Constituição e à legalidade democrática (e o silêncio da hierarquia parece confirmar a verdade de tais acusações), a pergunta que abre esta notícia, mais do que inquietante é angustiante, uma vez que nos sugere estar-se a caminhar, muito rapidamente e em força, para um modelo de justiça que nada tem a ver com as coordenadas de um Estado de Direito autêntico. De resto é a substanciar o calendário de anomalias de que vamos tendo conhecimento, temos agora em mãos um novo «caso», cuja vinda a público nos parece importante para se poder fazer uma

avaliação mais correcta do «espírito» que preside aos «julgamentos» dos Conselhos de Disciplina.

## SANEAR OS QUADROS MAIS JOVENS

Em 29 de Dezembro último, foi promulgado o Decreto-Lei 514/79, que regula a passagem à situação de reserva e reforma dos quadros permanentes das F.A.

Entre o articulado subjacente, ressalta a disposição que encurta o mínimo de anos de serviço activo necessário para que seja atribuída a respectiva pensão de reserva, período que passa assim de 15 para 5 anos. Aparentemente trata-se de mais um privilégio a conceder aos militares em tal situação. Entretanto, porém, alguns desses militares levantaram certas desconfianças em torno do Decreto-Lei em questão. Porquê?

Segundo o que apurámos, esses militares pensam que o referido Decreto-Lei propõe, nada mais, nada menos, que o saneamento a curto prazo dos quadros mais jovens, ao mesmo tempo que, pela sua aplicação, vai «amolecer» a solidariedade entre camaradas de armas e proteger a hierarquia com um evidente «simulacro» de justiça.

Assim sendo, começa, deste modo a não ser difícil adivinhar as intenções de alguns chefes militares, intenções que flagrantemente vêm à tona no primeiro caso de aplicação do Dec. Lei 514/79, o caso do capitão Miranda. Vejamos.

Em princípios do Maio do ano passado, o capitão engenheiro Miranda, que se encontrava doente e, por isso, internado no Hospital Militar (HMP) foi, por ordem do CEME, general Pedro Cardoso, transportado de ambulância a sua casa, para que se tratasse e que se julgasse curado pelo anfitrião de serviço, ao edifício do Conselho Superior de Disciplina, na Av. de Berna.

Contra o parecer dos médicos que o assistiam, o capitão Miranda seria considerado em condições de ser julgado pelo dr. Guimarães, do Anexo ao Hospital Militar Principal, e ao que nos informaram, a rogo do general Alcide de Oliveira. Parece não haver dúvidas quanto ao delicado estado de saúde do capitão Miranda, atestado pelos médicos seus assistentes, acrescido, como é natural, por um profundo abatimento psicológico. Apesar disso, os generais do CSD Algodres Ayres, Alcide de Oliveira, Leão Correia, Lopes dos Santos e Nunes da Silva, que constituem este tribunal de excepção, mantiveram a decisão de o julgarem, o que, se ou-

tros argumentos não houvesse — e há —, contraria os mais elementares princípios dos Direitos Universais do Homem.

E já agora, não resistimos em pôr em destaque o aspecto da sala das sessões onde se realizam os referidos julgamentos. Trata-se de uma sala pequena, com um estrado como fundo, no qual se sentam os oficiais-generais que presidem ao acto. A um dos cantos, o coronel que tem a seu cargo a acusação do réu e o assessor jurídico civil, dr. Rodolfo Mascarenhas. Logo ao lado, o mesmo integrado na acusação, além de um secretário. Se a este «ambiente» juntarmos o facto de tudo se passar à porta fechada, sem direito à presença do advogado defensor e com a «carga» de os depoimentos não serem obrigatoriamente reduzidos a escrito, compreendemos facilmente a inibição opressiva de que nos felam todos quantos por lá têm passado, ainda que apenas para testemunhar. Foi, portanto, neste ambiente, que um homem como o capitão Miranda, adoentado e animicamente perturbado, seria levado a julgamento. E como o arguido, nestas condições, não se encontrava capaz de articular minimamente a sua defesa, o julgamento foi de uma rapidez singular, posto que, praticamente, só a acusação se pronunciou.

Pelas informações que nos foi dado colher, sabemos que o caso tem sido comentado no meio militar com alguma indignação e não pouca amargura, o que lhe conferiu, de certo modo, uma aura de «escândalo». Talvez por isso mesmo — e por outras razões que só a hierarquia conhecerá —, dir-se-ia que nunca mais se viria a saber qual o veredicto sobre o julgamento do capitão Miranda. Vagamente, parece que o general Pedro Cardoso se teria referido ao assunto numa das suas visitas de rotina às unidades, afirmando — foi o que nos garantiram —, que o militar em causa não seria afastado, embora mais tarde se acentuasse que, não tendo aquela capitão 15 anos de serviço, se aguardava a saída de um decreto que aclarasse a situação. E eis que sobre isto, só agora em novo do mês corrente (Janeiro de 80), quer dizer, oito meses após o citado «julgamento», o CEME decidiu que o mesmo foi válido e que, em tal circunstância, o referido oficial iria passar compulsivamente à reserva.

## BARRA DE FERRO E PAPEL DE SEDA

À distância e diante do silêncio da hierarquia, esta situação assemelha-se um pouco — se ainda nos é possível ter opinião —, à história

daquele pai que batia nos filhos com uma barra de ferro envolvida em papel de seda. Não ofendia a boa consciência pública e ressaltava a sua imagem de homem pouco dado a violências. Só que os ossos dos filhos não ganhavam nada com isso e a violência lá estava, apenas oculta e requintada pela cor garrida do papel de seda.

Tendo em conta o que descrevemos acerca do caso do capitão Miranda, indaga-se: poderá chamar-se a isto Justiça? Em nome de que código? Aplicável sobre que espécie de ética?

Entretanto, a Lei da Amnistia serve, por exemplo, para restituir bom nome e ordenança a desertores ligados a grupos terroristas que atentaram contra o Estado de Direito e nega-se a sua utilização no que se refere aos militares tão-somente acusados de defenderem Abril.

E é de um militar íntegro e de actos transparentes que ouvimos este desabafo: «Resta-nos a esperança de que o Presidente da República e o Conselho da Revolução, como garantes do cumprimento das leis, conformem certa hierarquia com essas mesmas leis e com os princípios jurídico-constitucionais aprovados pelos representantes eleitos pelo povo português».

JOSUÉ DA SILVA

## Colaboração com a PIDE compromete promoção de Brigadeiro

Um processo contra o brigadeiro Marques Pinto, o actual director da Academia Militar, por alegado comprometimento com a policia politica, poderá vir a ser reactivado na sequência de uma polémica que se vem desenrolando sobre as novas promoções a general — soube «Portugal Hoje» de boa fonte.

O brigadeiro Marques Pinto é um dos nomes indicados ao CR para promoção ao posto de general. Há cerca de seis meses o Conselho Superior do Exército tinha feito idêntica proposta mas ela foi rejeitada pelo CR, ao que se soube agora por haver dúvidas acerca do comprometimento do actual director da Academia Militar com a PIDE.

Os conselheiros consideraram que tendo sido já julgados e condenados cidadãos que colaboraram com a policia politica, alguns dos quais de condição social humilde e formação cívica insuficiente, seria um escândalo promover às mais altas patentes oficiais com um comprometimento bem mais grave. Em tal sentido negaram a promoção.

Agora a repetição da proposta depois das informações que oportunamente terão sido divulgadas pelos canais internos do Exército terá tido para alguns conselheiros um sabor de provocação. E segundo soubermos, na sequência de uma notícia publicada há dias pelo «Jornal de Notícias» do Porto, manter-se-á na maioria do CR a ideia de que ela deve ser rejeitada.

Segundo o JN «o brigadeiro Marques Pinto era informador da PIDE e por esse motivo foi-lhe levantado um processo na Comissão de Coordenação e Extinção da ex-Pide/DGS».

Esse processo, cuja existência confirmamos, foi «abafado» pelo general Ribeiro Faria com o argumento de que seria um erro colocar os militares na alçada da lei 8/75. Não terá chegado sequer ao juiz de instrução que seguramente não validaria o des-

pacho de arquivamento por ser claro que tal alegação viola uma disposição fundamental da Constituição segundo a qual todos os cidadãos são iguais perante a lei.

O conhecimento público de dados que levam a supor um comprometimento efectivo do brigadeiro Marques Pinto com a policia politica poderá levar à reabertura do processo para que não se suscitem dúvidas tão sérias sobre o comportamento das instituições militares, ao que soubermos de fonte digna de crédito.

Marques Pinto foi adido militar na Embaixada de Portugal em Londres. À margem das suas funções — a ética diplomática não permite a perseguição de exilados no país do posto — «controlava» portugueses e estrangeiros envolvidos em acções de contestação da ditadura de Caetano e da guerra colonial, fornecendo a respectivas informações à PIDE/DGS, através da 2.ª repartição do ER/GFA.

A PIDE pagava-lhe pelo «trabalho» entre 200 e 400 libras esterlinas.

Adquirido pelo brigadeiro Marques Pinto dispunha de uma autêntica rede de espionagem em Londres, chegando ao pormenor de fornecer à policia politica *croquis* das habitações de alguns dos perseguidos. Estará neste caso um *croquis* do prédio em que se instalava o *Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinea*, em Caledonian Road, 531.

Entre as informações dadas à PIDE consta José Laranjo que era «alcitrado, de cabelo crescido, magro e carregava nos rr. Pedro George e João Monjardino, da «Liga de Ensino e Cultura Portuguesa», também tinham indicações precisas. Mas os nomes contidos nos relatórios do então tenente-coronel Marques Pinto contar-se-ão às dezenas e as indicações sobre eles fornecidas vão até pormenores da vida familiar...

ACUSADOS de «homicídio voluntário» na pessoa de António Ramalho Eanes, estão presos em Caxias dois de três ex-soldados do RALIS que, em 11 de Março de 1975, dispararam as suas «G-3» sobre o «mini» que o filho da já célebre «Antónia, Antónia» conduzia.

Os detidos são Manuel Jesus dos Santos e Paulino Silva Rodrigues. O terceiro soldado sobre quem recaí idêntica

## O «4 de Fevereiro»

### Militar protesta contra festejos

«Afirmamo-nos intransigentemente dispostos a lembrar e fazer lembrar o sangue dos nossos mortos e os festejos dos seus assassínios para além de quaisquer 48 anos» — afirma o coronel Gilberto Santos e Castro, organizador e primeiro comandante da unidade dos «Comandos», num texto endereçado ao Primeiro-Ministro, ao presidente do Município de Lisboa e a outras autoridades a propósito da passagem da data de 4 de Fevereiro de 1961, em que se verificou o ataque a esquadras da PSP de Luanda e durante o qual foram abatidos alguns elementos da corporação.

Santos e Castro dirigiu es-

se texto aos responsáveis a protestar contra os «saltimbancos apátridas» que vão «comemorar festivamente em bares e teatros de Lisboa, Porto, Coimbra e Faro este traíçoeiro acto que tanto sangue português fez correr», com isso to demonstrando «inequivocamente querer ignorar o que é a Pátria, a Nação ou sequer o respeito pelos mortos», para além de ser testamento de que «há actos que a dignidade humana impede que sejam comemorados», sob pena de se manchar a dignidade nacional e ferir os próprios interesses da comunidade portuguesa.

O PRIMEIRO DE JANEIRO  
2 de Fevereiro de 1980

CONFIRMADO

CARLOS AZEREDO  
ASSESSOR  
DE SÁ CARNEIRO

O general Ramalho Eanes nomeou o coronel Carlos Azeredo para o cargo de assessor militar do primeiro-ministro Sá Carneiro.

A nomeação veio ontem publicada no «Diário da República» e foi feita sob proposta de Sá Carneiro, depois de ouvido o chefe do Estado-Maior do Exército.

O coronel Carlos Azeredo, que segundo fontes militares bem informadas poderá ser promovido a brigadeiro na próxima reunião do Conselho da Revolução, foi governador militar da Madeira, até à posse do I Governo Constitucional.

Carlos Azeredo tornou-se igualmente conhecido pelas suas polémicas com o tenente-coronel Melo Antunes.

acusação (Firmino António Ferreira Duarte) continua «a monté».

Depois de breve passagem pela Trafaria, os presos foram entregues em Caxias em 22 de Janeiro, aguardando agora o julgamento.

Processo muito complexo pela sua natureza, a Polícia Judiciária Militar começou a trabalhar nele logo a seguir ao 11 de Março. Em fins de 1977 foi entregue o processo ao 1.º Tribunal Militar Territorial, que, por seu turno, o devolveu à PIM para ser completado. Regressou ao tribunal em 30 de Novembro de 79, tendo então os juizes ordenado a passagem de mandatos de captura contra os três referidos indivíduos.

Antónia Ramalho, mãe da vítima, desenvolveu grande actividade no sentido da prisão dos responsáveis pelo assassinato. Durante onze meses, «Antónia, Antónia» esteve

presa por acusação de bombismo, sendo depois absolvida. Fortemente apoiada por Vera Lagoa, «Antónia, Antónia» invocava constantemente a garantia do Presidente da República de que os factos seriam aclarados e os responsáveis julgados. O general Ramalho Eanes ter-se-á empenhado fortemente no esclarecimento do «crime do Ralis», a pontos de ter ajudado o tribunal a obter em Inglaterra a cópia de um filme feito em cima do acontecimento por repórteres suecos.



## Crime do Ralis Presos dois suspeitos

# EMGFA proibiu jantar de sargentos



Não foi autorizado o jantar de confraternização que devia ser promovido por sargentos das Forças Armadas para comemorar o «31 de Janeiro», pelo que o repasto não chegou a realizar-se. A proibição veio do EMGFA que, antes mesmo que lhe fosse apresentado algum pedido, emitiu uma mensagem, distribuída a todas as unidades, invocando as razões para tal proibição.

Segundo essa nota, o jantar e a data não seriam susceptíveis de «conseguirem a amizade dos elementos que integram e instituição militar, bem como a sua coesão».

A mensagem refere que «sendo a camaradagem uma forma de ligação» não podem o jantar e a data «ser considerados sus-

ceptíveis de atingirem aqueles objectivos».

Para o EMGFA tudo indicava que, pelo contrário, coesão da instituição militar e amizade seriam prejudicados.

Recorde-se que no ano transacto tinha havido uma confraternização de sargentos, não proibida, mas bastante contestada por elementos tidos por conservadores dentro das Forças Armadas. Esse jantar, realizado no Algarve, sujeito embora a presenças devéria ordem, reuniu cerca de 600 sargentos, que puderam reforçar laços de amizade e camaradagem.

O almoço que em Abril do mesmo ano reuniu cerca de mil oficiais das Forças Armadas teria sido outro factor de perturbação

para elementos tidos por conservadores, pelo que dificilmente se poderá desligar deste facto a proibição agora decretada.

A data escolhida pelos sargentos para se reunirem em confraternização tem a ver com o papel desempenhado por aquela classe no levantamento popular no 31 de Janeiro de 1891, no Porto.

Dado que um dos fundamentos invocados pelo EMGFA para esta confraternização assinala que não há lugar para um dia do sargento, da praça ou do oficial, alguns sectores parecem temer que este mesmo raciocínio venha a ser aplicado no dia 25 de Abril, altura em que se costumam reunir oficiais, recordando esta data.

Para o EMGFA haverá coesão à volta do 25 de Abril?

PortugalHOJE / Segunda-feira, 4 de Fevereiro de 1980

## Contra a vontade do EMGFA

Fundação Cuidar o Futuro

# Novecentos sargentos vão reunir-se em Abril

Cerca de 900 sargentos dos três ramos das Forças Armadas reuniram-se num jantar comemorativo da tentativa de instauração da República em 31 de Janeiro de 1891. Esse jantar foi realizado contra a tentativa de desmobilização do Estado-Maior General das Forças Armadas que nele via perigos para a unidade, a disciplina e anarquia das Forças Armadas.

Durante a confraternização, realizada na Cova da Piedade, foi aprovada uma moção em que se propõe a realização de um encontro de sargentos em 25 de Abril, para assinalar aquela data.

A referida moção propõe mesmo que se desenvolvam esforços no sentido de oficializar esta data como «Dia do Sargento».

Foi igualmente sugerida e aprovada a ideia de se criar uma Comissão Pró-Clube do Sargento. Foi também decidida a promoção de uma campanha financeira de apoio aos sinistrados do mesmo dos Açores.

Um sargento usou da palavra para evocar o 31 de Janeiro. E

salientou que, naquela data, os sargentos tinham mostrado ao País, através dos actos e não apenas de palavras, que estavam com ele nos ideais da democracia e liberdade.

Este jantar teve a participação de mais 300 sargentos que um outro realizado no ano passado, a despeito da nota do EMGFA que procurava a desmobilização do mesmo.

Este facto vem demonstrar, inequivocamente, o desejo da classe de sargentos se afirmar pelos ideais da liberdade, expresso na proposta de realizar um outro encontro de sargentos numa data que marca a queda do regime

fascista.

Também a classe de oficiais costuma comemorar a mesma data. A adesão de oficiais tem vindo a aumentar de ano para ano. Em 1979, um almoço de confraternização reuniu cerca de mil oficiais em Lisboa e perto de 200 no Norte.

É neste contexto que têm causado certa estranheza atitudes do EMGFA que, de uma forma sistemática, tem procurado levantar obstáculos às confraternizações entre militares, sempre que estas têm um cunho de defesa da democracia.

Estes factos são tanto mais de estranhar quanto poderia caber ao EMGFA a dinamização dos ideais democráticos, o que não parece conseguir-se com uma atitude sistemática de obstáculos levantados.

Porque, e isso é cada vez mais patente, oficiais e sargentos do quadro manifestam-se cada vez em maior número em favor da defesa de um regime democrático, do progresso e bem-estar.

- 4-2-1980

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

## Sargentos comemoram aniversário do 31 de Janeiro

A tentativa de instauração da República em 31 de Janeiro de 1891 foi comemorada por mais de 900 sargentos dos três ramos das Forças Armadas, que estiveram reunidos, no sábado, num almoço, na Cova da Piedade.

Durante a confraternização foi aprovada uma proposta que aponta para a realização de um encontro de sargentos que assinala o 25 de Abril e para o desenvolvimento de esforços com vista a oficializar o Dia do Sargento nesta data.

Do mesmo modo, teria acolhimento dos presentes a ideia de criar uma comissão pró-clube do sargento e a promoção de uma campanha financeira de apoio às populações dos Açores.

Evocando o 31 de Janeiro de 1891, um sargento usou da palavra para sublinhar que naquela data a classe dos sargentos mostrou à Nação estar, não apenas em palavras mas também em actos, em comunhão com ela, transportando as mais belas ideias da liberdade e da democracia.

# EMGFA estuda o caso do encontro de sargentos

A TARDE  
4 FEV.

O Estado-Maior-General das Forças Armadas está a estudar a veracidade da notícia relativa a um encontro de sargentos realizado no sábado e, «consciente o

apuramento a que chegar, serão tomadas as medidas adequadas». Esta informação, prestada hoje a «A Tarde» por um porta-voz do EMGFA, prende-se à reu-

nião de sargentos previamente desaconselhada pela hierarquia militar, a pretexto das comemorações do 31 de Janeiro.

(Continua na pág. 2)

A «contraternização» deu lugar à aprovação de diversas propostas respeitantes à organização dos sargentos para assinalar a data do 25 de Abril e ao desenvolvimento de esforços para oficialização do «Dia do Sargento».

Entretanto, a notícia de que teriam participado na comemoração mais de 900 sargentos, conforme afirma a Anop, foi-nos desmentida por um observador que declarou: «não estiveram presentes nem um terço desse número». Segundo as fontes consultadas por «A Tarde», esta reunião reveste aspectos «preocupantes» uma vez que tanto o Estado-Maior-General das Forças Armadas como os Estados-Maiores dos três ramos emitiram oportunamente mensagens a condenar a iniciativa.

Na mensagem do EMGFA era referido o acontecimento como

«um jantar que se pretende organizar à revelia da instituição militar», desaconselhado em nome da «unidade, disciplina e hierarquia» que devem prevalecer nas fileiras militares.

Por seu turno, a mensagem do Estado-Maior da Força Aérea classificava a reunião de «aparentemente só gastronómica» baseando a inconveniência de nela participar na finalidade de manter o espírito de «união, coesão e lealdade» nas fileiras. Esta mensagem, divulgada pelo Gabinete do Chefe do Estado-Maior, general Lemos Ferreira, acrescentava que a contraternização anunciada para a classe de sargentos visava objectivos políticos. Desta forma, foi denunciado a invocação de números que irão ser divulgados em alguma imprensa, números esses que depois são aproveitados por algu-

mas forças políticas nos seus objectivos.

Segundo os meios da hierarquia militar, os objectivos pretendidos com a concretização do «Dia do Sargento» revelam propósitos «divisionistas» e manipulação no seio das Forças Armadas. Com efeito, «nesse caso seria preciso também criar o Dia do Oficial, o Dia do Cabo e o Dia do Soldado». Além disso, a iniciativa tem lugar no momento em que algumas forças sobreviventes da desestabilização reinante das Forças Armadas desde 1975 aparentam interesse em fazer prolongar uma situação de privilégio que o regresso à normalidade não possibilitaria.

Os promotores desta iniciativa utilizaram o mesmo subterfúgio já aproveitado em ocasiões anteriores — aproveitaram o silêncio inicial da hierarquia que fizeram

passar por «assentimento». Contudo, a situação foi esclarecida com as mensagens enviadas para as unidades pelos órgãos. A situação agora surgida foi de nítido confronto entre os organizadores e participantes do almoço, por um lado, e a hierarquia militar, do outro.

Na reunião de sábado foi também aprovada a ideia de se criar uma Comissão pró-Clube do Sargento e a promoção de uma campanha financeira de apoio ao Povo dos Açores.

Evocando o 31 de Janeiro de 1891, um sargento usou da palavra para salientar que naquela data «a classe dos sargentos mostrou à Nação estar, não apenas em palavras mas também em actos, em comunhão com ela transportando as mais belas ideias da liberdade e da democracia».

## Fundação Cuidar o Futuro

O PRIMEIRO DE JANEIRO  
30 de Janeiro de 1989

### O caso do miliciano morto nos exercícios de Santa Margarida

O Supremo Tribunal Militar negou provimento ao recurso interposto por Manuel Gonçalves Melro contra o Chefe do Estado Maior da Força Aérea e oficiais do comando da Base Aérea de Tancos, alegadamente incriminados num caso de que resultou a morte do oficial miliciano José António Neto Melro, de 19 anos de idade, vítima de um acidente nos exercícios de fogos reais em Santa Margarida.

Segundo o participante, com total desprezo pela vida dos instruídos, dois dos arguidos ordenaram que para as metralhadoras «HK» fossem usados suportes de metralhadoras «Breda», impróprios e inseguros, tornando-os de manuseamento difícil. Os instruídos teriam de passar em campo minado e com poças de água, tendo do lado oposto as metralhado-

ras uma barreira de carvalho, que facilitava o ricochete das balas, tudo a comprovar, segundo o participante, que agiram com dolo eventual, indiferentes ao facto de que, do exercício, poderia resultar a morte dos intervenientes.

Segundo o pai da vítima, como causa da morte foram

decisivos os factos ocorridos na Base Aérea e o comportamento do médico. O juiz de instrução concluiu que dos factos já apurados resultava com toda a evidência que quer o general Lemos Ferreira quer os restantes oficiais não poderiam ser considerados como arguidos.

Por outro lado, o despacho qualifica o crime como

essencialmente militar, daí resultando não ser possível, por inútil e irrelevante, a constituição de assistentes nos processos que tenham como objecto crimes da mesma natureza. O tribunal julgou parte ilegítima para recorrer Manuel Gonçalves Melro, absolvendo, consequentemente os arguidos da instância.



# Entendamo-nos

Condições propostas, condições aceites, condições assentes, começa hoje a publicar-se a minha coluna neste jornal.

Será tanto quanto possível uma colaboração periódica semanal. Como o dia só tem 24 horas e um homem tem mesmo que descansar, espero que a minha desbordante actividade não me obrigue a falhar e que possa sempre, aparecer às quartas-feiras, com o artigo no «Portugal Hoje».

Uma das condições propostas e aceite com cordialidade e sem qualquer objecção pela direcção do matutino, é a plena liberdade crítica de que poderei fazer uso relativamente a instituições ou organizações, sejam elas quais forem. O jornal concede-me, pois, a sua inteira confiança para que, sem restrições, eu possa utilizar o meu direito à liberdade de expressão e de divulgação do meu pensamento. E viva, por isso, o 25 de Abril!

Alguns órgãos da Imprensa privada, incensáveis veículos de defesa de interesses capitalistas, têm ultimamente tecido especulações de vária ordem recorrendo, como sempre, à insinuação venenosa ou à mentira mais descarada para me colocarem em posição de estreita ligação com o Partido Socialista. Obviamente, a minha colaboração inserida no «Portugal Hoje» seria disso uma prova mais do que evidente.

Tais adivinhações de mau jornalismo caseiro levam-me a deixar bem esclarecido, já nesta primeira coluna, que a minha opção politico-ideológica está categoricamente inserida no campo da esquerda revolucionária.

Considerando que o objectivo estratégico da esquerda revolucionária — a tomada e o exercício democrático do poder pelos trabalhadores para a construção da sociedade socialista — nada tem a ver com os objectivos da social-democracia ou com os das novas formas



Otelo Saraiva de Carvalho

avançadas do capitalismo de Estado, nem com os mecanismos rotineiros do parlamentarismo como forma de domínio de uma classe sobre outra, parece-me ficar muito claro que estou longe de ser um «novo socialista», admitindo-se tal designação como de adesão ao Partido Socialista português.

Chamem-me utopista, idealista, irrealista e outros «istas» do mesmo género se isso lhes dá consolo. Agora, incoerente e ininteligente não. De facto, por uma questão de disciplina e de camaradagem, mais militar do que política, sem dúvida, subordinei-me sempre às decisões maioritárias de um movimento politico-militar em que (ingenuamente, reconheço-o) acreditei profundamente e por isso as segui, mesmo quando contrárias às minhas próprias opiniões.

Talvez a minha incoerência, até ao famoso Verão quente de 75, tenha sido afinal subordinar-me à natural incoerência do MFA.

O meu projecto político nada tem a ver com o do PS nem com o do PC nem pretende situar-se entre ambos mas à esquerda de qualquer deles, sem ambiguidades, como alternativa sólida para os trabalhadores e as massas populares deste País.

Em 1976, vi e ouvi na TV Diogo F. Amaral afirmar a um jornalista que considerava ser muito útil a apresentação da minha candidatura à Presidência, pois iria poder concluir que o meu projecto nada tinha a ver com o povo

português e que me daria conta, através dos resultados eleitorais, do meu isolamento.

Mau profeta, o professor Freitas! Como se viu, tendo tudo contra mim, partindo do ponto zero e contra três adversários poderosos — o primeiro-ministro, o chefe do Estado-Maior do Exército e uma proeminente figura da direcção política do PC — o meu projecto teve logo à partida maior número de votos dos que havia conseguido nas eleições parlamentares o partido do professor!

Precisamente hoje, em conferência de imprensa por mim convocada, lanço de novo ao povo português uma proposta formalizada para um projecto de Unidade Popular que passa pela organização da enorme Força de Unidade Popular que existe, embora dispersa, em Portugal.

Um novo passo a dar, uma nova perspectiva política que se abre para as centenas de milhares de pessoas que não se reconhecem em qualquer das organizações políticas existentes. Novo desafio lançado àqueles que sabem que o caminho de estabilização, ansiosamente procurado, não é dominante para a «sua» democracia não servirá nunca os interesses dos trabalhadores e dos explorados.

Um desafio que lhes dá forças para ultrapassarem o medo de serem livres e abandonarem de vez o orgulho de serem escravos.

Desse projecto, por certo, vos falarei em crónicas seguintes.

Fundação Cuidar o Futuro





# FORÇA DE UNIDADE POPULAR CONSTITUIRÁ UMA TERCEIRA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

O major Otelo Saraiva de Carvalho divulgou ontem o seu projecto de criação de uma Força de Unidade Popular com um amplo movimento orgânico de massas populares, nesta fase histórica da luta do nosso povo, o levar à vitória sobre a Direita, hoje no Poder.

Otelo, que se encontrava sozinho na mesa de conferência da Imprensa, sustenta que a FUP não deverá ser uma nova frente de partidos. E observou, a propósito:

«Estou seguro de que ela interessa, sobretudo, aos quase 800 mil portugueses que em 1976 votaram na minha candidatura à Presidência da República, bem como ao conjunto de todos os militantes políticos e sindicais, de quadros e activistas que se empenham no movimento operário e popular, e que estão na primeira linha do combate pela transformação social e política da sociedade portuguesa».

Falando da sua proposta política, disse que se mobilizará em torno de três grandes objectivos centrais: «Por uma nova política democrática, por uma nova política económica e social e por uma posição de Portugal no Mundo».

«Não pretendendo, em devendo a FUP substituir-se organicamente aos partidos que coordenam actualmente o movimento distribuído aos jornalistas e não pelo major Otelo não deixará, por esse facto, de se estruturar eficientemente e disciplinadamente com órgãos de direcção e coordenação a todos os níveis».

## NEM OTAN NEM PACTO DE VARSÓVIA

O antigo comandante do ex-Copcon reafirmou que se encontra «disponível» para a candidatura à Presidência e revelou que as listas candidatas às eleições legislativas do Outono incluirão «militares de Abril» e serão designadas por «listas 25 de Abril».

Admitiu as diferenças entre as forças partidárias apolantes do seu projecto político, mas considerou que o acordo de compromisso e assinar brevemente ultrapassará as divergências.

Anunciou para a primeira quinzena de Março a divulgação da plataforma programática da FUP que classificou de «revolucionária» e considerou que provavelmente a UDP «irá tentar hegemonizar» o movimento.

Disse que no seio da FUP se colocaria numa posição supra-partidária, mas reivindicou para si a iniciativa e a proposta de criação do novo movimento.

Rejeitou que tivesse qualquer ligação com o PS. «mesmo colaborando» o jornal «Portugal Hoje».

O texto da FUP refere que «nunca como agora o Estado possuiu instrumentos de intervenção económica, atendendo à dimensão do sector público, e esta força «deverá lutar pela elaboração de um plano, não submetido à lógica do lucro e da acumulação capitalista».

Tal plano — prossegue o texto — subordinar-se-á à «lógica das necessidades sociais e à definição das suas prioridades», partido «da integral e racionalizada exploração dos recursos naturais do solo, do subsolo e do mar».

Esta organização preconiza uma política de «não alinhamento com qualquer dos blocos existentes» e é contra a «integração de Portugal em qualquer pacto militar, seja o OTAN, seja o pacto de Varsóvia».

Depois de comentar que «ao sabor de numerosas e flagrantes contradições, bem expressas nas sucessivas e diferentes orientações dos governos Mota Pinto e Maria de Lurdes

Pintasilgo, tem sido difícil a recomposição de uma classe dominante no Portugal do pós-25 de Abril», considerou:

## O MOVIMENTO OPERÁRIO RECUOU PARA A DEFENSIVA

«Assim, o movimento operário e popular recuou para posições de defensiva, enquanto os grandes partidos que se realçam do socialismo se mostraram incapazes de encontrar respostas para os anseios das massas populares: o PS, preso nas malhas das profundas contradições existentes entre o seu programa e a sua declaração de princípios e uma prática governamental que abriu caminho franco à recuperação capitalista e latifundiária, alimentou uma perigosa ambiguidade que não cara custou ao povo e tão pernicioso foi para o partido; e o PC, reforçando-se, ao enquadrar habilmente as reivindicações das classes laborais, e tentando conter esses nos limites compatíveis com as leis da economia capitalista em crise, participou afinal na nova fase da reestruturação do capitalismo em Portugal sem se atendo a apresentar qualquer saída válida para os dilemas das classes populares».

Otelo Saraiva de Carvalho entende que, abrindo o leque das forças de Esquerda, representadas no Parlamento com a presença de uma terceira força alternativa, de acção e presença revolucionárias, poderão ser criadas, pela primeira vez após o 25 de Abril, as condições para, a curto prazo, «a Esquerda poder eventualmente realizar acordos de viabilização e incidência governamental; concretizar acordos que impeçam a revisão constitucional da Constituição; criar, enfim, as condições necessárias ao lançamento de uma candidatura à presidência que permita, ainda aí, intervir com o objectivo de derrotar o candidato da Direita».

## ACÁCIO BARREIROS E LUIS MOITA NO GABINETE DE APOIO

Aquele militar propõe-se assegurar a Direcção Política da FUP, em estreita colaboração com um gabinete executivo central, e com as direcções das forças políticas apolantes do projecto.

Esse gabinete está já a funcionar, ainda que provisoriamente, e divide-se em seis pelouros, a saber: Projecto Programático, a cargo de Luís Moita; Organização do Aparato (Acácio Barreiros); organização de Conferência de Unidade Popular (Miguel Serra); Comunicação Social (Catarina Pestana); Agitação e Propaganda (dr. João Pulido Valente); e Fundos (José Moita-Liz, do Banco de Portugal).

Otelo pensa ser possível realizar, em Junho próximo «uma grande conferência de unidade popular», com o objectivo de consolidar a primeira parte da organização da FUP, e na qual os delegados à conferência ratificarão o programa eleitoral e as bases programáticas do Governo; o estatuto dos deputados da unidade popular; as bases programáticas da FUP; e as estruturas orgânicas da FUP.

E, por último, Otelo deixou a seguinte mensagem aos seus apolantes:

«Um revolucionário é, por definição, um lutador, que põe a sua inteligência e a sua capacidade de acção ao serviço de uma classe nobre: a libertação do povo, a que pertence, das cadeias que o oprimem e que lhe são impostas por uma classe que defende interesses que não são os dos trabalhadores».